



DIZ A VERDADE AO PODER

UM INSTRUMENTO PARA AGIR
E CRIAR A MUDANÇA
NA SALA DE AULA E ALÉM DELA

Baseado no livro de KERRY KENNEDY
Fotografias de EDDIE ADAMS e ARCHITECTS OF PEACE
Com excertos da peça *Diz a Verdade ao Poder: Vozes do Outro Lado da
Escuridão*, por Ariel Dorfman
Robert F. Kennedy Human Rights

“EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, TUDO AQUILO A QUE FECHAMOS OS OLHOS, TUDO AQUILO DE QUE FUGIMOS, QUE NEGAMOS, DENEGRIMOS OU DESPREZAMOS, SERVE PARA NOS DERROTAR. O QUE PARECE SER DESAGRADÁVEL, DOLOROSO, MALDOSO PODE TORNAR-SE UMA FONTE DE BELEZA, ALEGRIA E FORÇA, SE ENCARADO COM UMA MENTE ABERTA.” **RIGOBERTA MENCHÚ** “A MAIS PODEROSA ARMA NAS MÃOS DO OPRESSOR É A MENTE DO OPRIMIDO”. **STEVE BIKO** “A PAZ, NO SENTIDO DE AUSÊNCIA DE GUERRA, TEM POUCO VALOR PARA ALGUÉM QUE ESTÁ A MORRER DE FOME OU DE FRIO. NÃO ACABA COM A DOR DA TORTURA INFLIGIDA A UM PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA. A PAZ APENAS PODE SER DURADOURA QUANDO OS DIREITOS HUMANOS SÃO RESPEITADOS, QUANDO AS PESSOAS TÊM ALIMENTO E QUANDO OS INDIVÍDUOS E AS NAÇÕES SÃO LIVRES.” **SUA SANTIDADE O DALAI LAMA** “SE ALGUÉM PERMANECE NEUTRAL EM SITUAÇÕES DE INJUSTIÇA, ESCOLHEU O LADO DO OPRESSOR. SE UM ELEFANTE PISAR A CAUDA DE UM RATO E DISSERMOS QUE ELE É NEUTRAL, O RATO NÃO APRECIARÁ A NOSSA NEUTRALIDADE.” **DESMOND TUTU** “PENSO PARA MIM PRÓPRIO: «O QUE ESTOU A FAZER? NÃO GANHO NADA COM ISTO E NÃO PARECE QUE CONSIGA FAZER ALGO QUE DIMINUA O SOFRIMENTO...» AO MESMO TEMPO, SE VIRAR AS COSTAS E ME AFASTAR, NÃO HAVERÁ NINGUÉM PARA LIDAR COM O PROBLEMA.” **KA HSAW WA** “É A PARTIR DE INÚMEROS ATOS DE CORAGEM E CRENÇA QUE SE MOLDA A HISTÓRIA HUMANA. DE CADA VEZ QUE UMA PESSOA ASSUME UMA POSIÇÃO DEVIDO A UM IDEAL, OU AGE PARA MELHORAR A VIDA DOS OUTROS, OU LUTA CONTRA A INJUSTIÇA, ENVIA UMA PEQUENA ONDA DE ESPERANÇA; CRUZANDO-SE A PARTIR DE UM MILHÃO DE DIFERENTES CENTROS DE ENERGIA E OUSADIA, ESSAS ONDAS JUNTAM-SE NUMA CORRENTE QUE PODE DERRUBAR OS MAIS IMPONENTES MUROS DA OPRESSÃO E RESISTÊNCIA” **ROBERT F. KENNEDY**

DIZ A VERDADE AO PODER

**UM INSTRUMENTO PARA AGIR
E CRIAR A MUDANÇA
NA SALA DE AULA E ALÉM DELA**

ÍNDICE

O PROJETO: “DIZ A VERDADE AO PODER”	5
-------------------------------------	---

KERRY KENNEDY

Robert F. Kennedy Human Rights	6
--------------------------------	---

CONSELHOS AOS PROFESSORES	8
---------------------------	---

CRONOLOGIA DOS DIREITOS HUMANOS	12
---------------------------------	----

O QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS?	13
--------------------------------	----

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Versão Simplificada	14
---------------------	----

UMA BREVE HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS	16
---	----

TORNAR-SE DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS	19
---	----

MALALA YOUSAFZAI, AFGANISTÃO

Direito à Educação	22
--------------------	----

KAILASH SATYARTHY, ÍNDIA

Trabalho Infantil	29
-------------------	----

MARINA PISKLAKOVA, RÚSSIA

Violência Doméstica	38
---------------------	----

DESMOND TUTU, ÁFRICA DO SUL

Reconciliação	45
---------------	----

ANÓNIMO, SUDÃO

Liberdade Política	52
--------------------	----

RIGOBERTA MENCHÚ TUM, GUATEMALA

Direitos dos Povos Indígenas	60
------------------------------	----

JAMIE NABOZNY, EUA

Bullying	67
----------	----

WANGARI MAATHAI, QUÊNIA

Direitos Ambientais	75
---------------------	----

LUCAS BENÍTEZ, EUA

Direitos Laborais	83
-------------------	----

FRANK MUGISHA, UGANDA

Direitos LGBT	92
---------------	----

EXCERTOS DA PEÇA “DIZ A VERDADE AO PODER. VOZES DO OUTRO LADO DA ESCURIDÃO”	100
---	-----

GLOSSÁRIO DE TERMOS	102
---------------------	-----

O PROJETO: **DIZ A VERDADE AO PODER**

“Diz a Verdade ao Poder” é uma iniciativa global que parte das experiências de corajosos defensores dos direitos humanos em todo o mundo para educar alunos, e outras pessoas em geral, sobre os direitos humanos, apelando à sua ação neste domínio. Os temas abordados vão desde a escravidão e o ativismo ambiental à auto-determinação religiosa, passando pela participação política, entre outros.

“Diz a Verdade ao Poder” começou por ser um livro escrito por Kerry Kennedy (e desde então traduzido para seis línguas), tendo sido adaptado a uma produção dramática por Ariel Dorfman. Os retratos dos defensores dos direitos humanos apresentados no livro, da autoria do fotógrafo Eddie Adams (vencedor do Prémio Pulitzer), foram incluídos numa exposição patente em mais de vinte e cinco cidades dos EUA, após ter estreado na Galeria de Arte Corcoran, em Washington, D.C. Já foi apresentada em quatro continentes.

O programa curricular “Diz a Verdade ao Poder” está acessível e foi distribuído a milhões de alunos em África, na Ásia, na Europa e na América do Norte. Com o Presidente Bill Clinton como anfitrião, a peça “Diz a Verdade ao Poder: Vozes do Outro Lado da Escuridão” estreou no Kennedy Center, em 2000. Um vídeo de uma hora de duração foi transmitido pela PBS, incluída na sua “Série de Grandes Atuações”. Muitos atores famosos participaram na peça: Alec Baldwin, Glenn Close, John Malkovich, Sean Penn, Vanessa Redgrave, Martin Sheen e Meryl Streep. A peça tem sido representada em vários locais dos EUA e em várias capitais mundiais, com destaque para a performance em Doha, no Qatar, com emissão transmitida em direto pela cadeia de televisão Al Jazeera e participação dos mais célebres atores e cantores do mundo árabe. Noutras ocasiões, a peça foi representada por alunos de escolas secundárias, estudantes universitários, heróis locais e até prisioneiros. Em 2014, em Bruxelas, na sede da União Europeia, pôde assistir-se a uma atuação de vários membros do Parlamento Europeu, incluindo Martin Schulz, seu Presidente.

“Diz a Verdade ao Poder” estimula os governos, as ONGs, as principais fundações e indivíduos a apoiar os direitos humanos, chamando a atenção para os repetidos abusos de que estes são alvos. No entanto, o seu efeito mais duradouro será porventura a demonstração da capacidade de cada indivíduo para criar mudanças no mundo.

KERRY KENNEDY

Times, *Being Catholic Now: Prominent Americans Talk About Change in the Church and the Quest for Meaning* (“Ser Católico Hoje: Americanos Proeminentes Falam Acerca da Mudança na Igreja e da Procura pelo Sentido [das Coisas]”). Kerry Kennedy começou a trabalhar no campo dos direitos humanos em 1981, quando investigou abusos cometidos pelos agentes dos Serviços de Imigração dos EUA contra refugiados de El Salvador. Desde então, dedicou a sua vida na luta pela justiça, pela promoção e proteção dos direitos básicos e pela preservação do primado da lei. Criou a organização Robert F. Kennedy Human Rights em 1988. Chefiou mais de quarenta delegações de direitos humanos por todo o globo. Preside ao Conselho de Direção da Amnistia Internacional EUA e à Robert F. Kennedy Human Rights. É a autora de *Speak Truth To Power: Human Rights Defenders Who Are Changing Our World* (“Diz a Verdade ao Poder: Defensores dos Direitos Humanos que Estão a Mudar o Nosso Mundo”).



Kerry Kennedy, ©1998 Jane Silk

Nestes textos encontrará um mundo de coragem e esperança, onde os alunos podem aprender sobre os princípios da justiça social e de que forma eles estão ancorados no direito nacional e internacional. Para além dos elementos teóricos, os alunos têm agora ao seu dispor um instrumento que fomenta a ação, para que também eles possam criar mudanças na sala de aula, nas suas comunidades, nos seus países e no mundo que partilhamos. O nosso objetivo é que todos os alunos possam usar este material para abandonar o papel de simples observadores passivos; para que, ao invés, se juntem aos heróis da atualidade como defensores dos direitos humanos.

É comum lamentar que já não existem heróis no mundo; o cinismo e o desespero são vistos como provas da morte da coragem moral. Mas esta ideia é errada. Entre nós caminham pessoas de grande valor e coração, empenhadas num propósito nobre, em vidas marcadas pelo sacrifício pessoal. Durante dois anos, viajei pelo globo para entrevistar cinquenta e uma pessoas, oriundas de quase quarenta países e dos cinco continentes. Nestas páginas, e na peça de Ariel Dorfman, encontrarão pessoas cujas vidas estão repletas de extraordinários atos de bravura. Ouvi-os falar sobre a qualidade e a natureza da coragem e, nas suas histórias, encontrei esperança e inspiração, a visão de um mundo melhor.

Para muitos destes heróis, a forma como combatem a violação de direitos humanos foi profundamente moldada pelas suas experiências pessoais: ameaças de morte, prisão e, em alguns casos, danos corporais. Todavia, esta não é, de nenhuma forma, uma compilação de vítimas, mas, pelo contrário, uma lista de coragem, de confiança na possibilidade de mudança, a palavra que melhor os define, individual e coletivamente. Cada um deles falou comigo com uma eloquência convincente sobre as causas às quais devotaram as suas vidas e pelas quais estão dispostos a sacrificá-las: da liberdade de expressão ao primado da lei; da defesa do ambiente à erradicação do trabalho forçado; do acesso a necessidades básicas ao direito ao devido processo legal; dos direitos das mulheres à liberdade religiosa. Sendo os Mandelas, os Gandhis e as Maathais dos seus países, estes líderes têm em comum um registo de feitos inspirador e uma profunda capacidade para iniciar processos de mudança.

As palavras destes defensores dos direitos humanos deixam-nos perguntas fundamentais: por que motivo pessoas que enfrentam a prisão, a tortura e a morte prosseguem o seu esforço, mesmo sabendo que a possibilidade de sucesso é remota e as consequências pessoais a suportar são tão graves? Por que se envolveram neste trabalho? O que os faz continuar? De onde provém a sua força e inspiração? Como ultrapassam o medo? Como medem o sucesso das suas ações? Das respostas a estas perguntas emerge um retrato solidário e estimulante do poder da determinação pessoal face à injustiça. Estas vozes são, acima de tudo, um apelo à ação, nos lugares mais remotos e obscuros. Para muitos que sofrem, o isolamento é o seu pior inimigo, e a denúncia das atrocidades, a sua única esperança. Precisamos de chamar a atenção da comunidade internacional para as violações dos direitos humanos. É urgente alargar o grupo das pessoas que sabe o que se passa e se preocupa com aqueles que mais sofrem. Este simples facto pode ser suficiente para evitar o desaparecimento de alguém, impedir uma sessão de tortura ou até, um dia, salvar uma vida. Cada história de vida é acompanhada de um guia de recursos e fontes adicionais, onde podem ser encontradas informações sobre os defensores dos direitos humanos e as suas organizações, na esperança de que o leitor se envolva em planos de ação, contribua com donativos, peça mais esclarecimentos. Quanto mais vozes se erguerem em protesto, maior é a possibilidade de haver uma mudança.

Cresci no seio da tradição judaico-cristã: pintávamos os nossos profetas nos tetos e os nossos santos em vitrais. Mas as pessoas descritas nestes textos e inúmeros outros defensores dos direitos humanos vivem e respiram aqui na Terra. A sua determinação, valor e empenho perante impressionantes riscos desafiam cada um de nós a assumir um papel ativo na criação de uma sociedade mais decente. Aquelas pessoas são dadas de Deus; a sua presença honra-nos. Elas não nos ensinam a ser santos, mas sim a sermos plenamente humanos.

Kerry Kennedy
Presidente da Robert F. Kennedy Human Rights

SOBRE ESTE PROGRAMA CURRICULAR

Este programa curricular aborda o problema dos direitos humanos em geral através das histórias de pessoas notáveis que trabalham no terreno, apelando aos alunos para que se envolvam pessoalmente na proteção dos direitos humanos.

As violações dos direitos humanos são definidas pelo direito internacional. É importante que os alunos tenham uma ideia clara do que significa essa violação à luz da lei.

O que significa “Dizer a Verdade ao Poder”? Significa que devemos dizer a verdade àqueles que detêm o poder ou que dizer a verdade é em si mesmo um poder? A resposta depende da forma como professores e alunos se relacionarem com este programa curricular e que ações daí resultarão. Com efeito, quando a verdade decorre de uma aprendizagem sólida, ela tem um grande poder. De igual modo, aqueles que estão informados compreendem a sua obrigação em falar a verdade àqueles que detêm o poder.

Este programa curricular fornece uma visão panorâmica dos direitos humanos e de assuntos relativos à justiça social nos Estados Unidos e por todo o mundo. Este instrumento dará aos alunos e ao público em geral as ferramentas para lidar com esse tema a nível local, nacional e global.

CONSELHOS AOS PROFESSORES

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

No Artigo 26 podemos ler: “A educação deve auxiliar ao desenvolvimento pleno das pessoas e reforçar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre as nações, grupos raciais ou religiosos, e ainda promover os esforços das Nações Unidas para a manutenção da paz no mundo.”

A Educação para os Direitos Humanos é uma parte fundamental e necessária do processo de aprendizagem de todas as pessoas. A sua natureza é multidisciplinar e está em conformidade com muitos conceitos e objetivos presentes nos planos nacionais educativos. Neste programa curricular, os professores encontrarão lições apropriadas em especial aos estudos sociais ou às humanidades. Outras componentes, como a cronologia dos direitos humanos, as histórias pessoais das figuras abordadas e a peça de teatro podem ser relacionadas com as artes em geral, a geografia e a estatística, apenas para nomear algumas áreas complementares.

Os objetivos de aprendizagem são claros, mas importa sublinhar que “Diz a Verdade ao Poder” e a Educação para os Direitos Humanos enfatizam uma pedagogia que encoraja tanto o conhecimento teórico como a ação prática. As lições foram preparadas de modo a criar oportunidades para os alunos submeterem as suas ideias e tecerem os seus próprios juízos sobre o mundo que os rodeia. O enfoque na prática está presente sobretudo no convite à ação e na transformação de cada pessoa numa defensora dos direitos humanos.

AMBIENTE DE APRENDIZAGEM

A Educação para os Direitos Humanos ambiciona a criação de um ambiente escolar no qual os direitos humanos são alvo de uma prática quotidiana por toda a comunidade escolar. Para além da aprendizagem cognitiva, a Educação para os Direitos Humanos inclui o desenvolvimento social e emocional de alunos e professores.

ENSINO E APRENDIZAGEM

A Educação para os Direitos Humanos requer uma abordagem holística ao ensino e aprendizagem, que reflita os valores dos direitos humanos. O conteúdo e os objetivos do programa curricular são baseados na ideia de direitos humanos, as metodologias são democráticas e convidam à participação, e os materiais e os textos de apoio são consistentes com os valores dos direitos humanos.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A educação e o desenvolvimento profissional (estágios, formações, etc.) devem promover o conhecimento, o empenho e a motivação dos educadores em relação aos direitos humanos.

IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA

Para maior eficácia, é fundamental que a implementação do programa curricular seja acompanhada de uma planificação sólida, que inclua orçamentação, coordenação, coerência, supervisão e responsabilização.

POLÍTICAS EDUCATIVAS

A promoção de legislação que inclua os direitos humanos em “planos de ação”, programas curriculares, estágios profissionais, formações e avaliações fornecerá um fundamento político sólido para um sistema educativo baseado nos direitos humanos.

CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO

A Educação para os Direitos Humanos tem como objetivo melhorar a compreensão, atitude e comportamento dos alunos em relação aos direitos humanos.

DO ENSINO BÁSICO AO ENSINO SUPERIOR

Ao nível da educação de infância, a aprendizagem dos direitos humanos deve focar-se no respeito por si próprio, pelos pais, pelos professores e pelos outros. Progressivamente, deve enfatizar-se a responsabilidade social, a ideia de cidadania e a distinção entre desejos e necessidades de direitos. Mais tarde, deve ser introduzido o conceito de direitos humanos específicos. No ensino secundário e universitário, o espectro deve ser alargado, de modo a incluir padrões universais e a integração dos direitos humanos na consciência e comportamento pessoais.

UMA VISÃO PANORÂMICA

REFORCE O CONHECIMENTO

- Explore a forma como evoluiu a proteção dos direitos humanos, desde as principais conquistas históricas até às declarações, convenções e convénios da atualidade. Sublinhe o modo como essa proteção permanece em desenvolvimento, como o pleno usufruto dos direitos humanos conhece hoje diversas ameaças e que fatores contribuem para o abuso dos mesmos.
- Desenvolva uma análise crítica de situações do quotidiano, destacando os obstáculos e as condições que impedem um pleno usufruto de direitos e liberdades.

ALTERE ATITUDES

- Promova reflexões sobre valores como a justiça, a igualdade e a equidade.
- Fomente a compreensão entre grupos diferentes..
- Estimule o reconhecimento das lutas entre seres humanos na obtenção de necessidades básicas e na resposta a violações de direitos humanos.

ALTERE COMPORTAMENTOS

- Inspire as pessoas a integrarem os princípios dos direitos humanos nas suas vidas individuais e instituições sociais.
- Desafie e reforce a capacidade das pessoas em exigir, apoiar e defender os direitos humanos como um meio para uma mudança social sustentável.

COMO INTEGRAR OS DIREITOS HUMANOS NO PROGRAMA E METODOLOGIAS CURRICULARES

“Diz a Verdade ao Poder” promove a aprendizagem dos direitos humanos através de narrativas pessoais, da oralidade, de imagens, lições e atividades. Esta seção fornece alguns exemplos sobre a forma como os educadores podem integrar o programa curricular “Diz a Verdade ao Poder” nas suas aulas, em complemento às lições propriamente ditas. Incluímos também uma série de metodologias gerais, passíveis de utilização independentemente do planeamento específico de cada lição.

LIÇÕES E ATIVIDADES

O guia “Diz a Verdade ao Poder” inclui lições, atividades e questões para discussão, em complemento ao testemunho ou entrevista a cada um dos defensores de direitos humanos. Ao planejar as suas próprias aulas, considere o seguinte: De que forma o assunto ou conceitos em causa se articulam com os objetivos de aprendizagem? O que sabem já os alunos sobre esse tema? É relevante para eles e de fácil compreensão? Os alunos estão preparados para trabalhar esses assuntos e conceitos? Podem ser elaboradas atividades complementares às lições?

METODOLOGIAS

A aprendizagem de direitos humanos usa uma abordagem participativa e interativa para envolver os alunos. Para determinar qual a melhor metodologia a usar, tenha em conta o conteúdo a discutir e de que forma deve ser contextualizado. Por exemplo, ao discutir o trabalho infantil, será útil criar uma situação de “role-play”, em que os alunos assumem uma determinada personagem, para melhor compreender a sua situação? Ou criará tal representação um maior distanciamento relativamente ao assunto em causa, perdendo-se o impacto pretendido? O conhecimento dos seus alunos permitir-lhe-á decidir qual a abordagem preferencial, de que forma melhor se potenciará o conhecimento ou qual o grau de conforto dos mesmos em relação aos assuntos mais delicados. A escolha da metodologia a seguir deve ter em conta estes aspetos, para tornar a experiência de aprendizagem mais rica e significativa, tanto para si, como para os alunos.

Muitas questões relacionadas com os direitos humanos são difíceis de compreender, ou estão demasiado distantes da vida quotidiana dos alunos. Como tal, é estreita a linha que separa uma discussão aberta de uma apresentação chocante, a promoção de uma mera empatia ou de uma verdadeira solidariedade, ou a criação de oportunidades reais para agir ou a realização de eventos meramente simbólicos. “Diz a Verdade ao Poder” fornece instrumentos para lidar com estas dificuldades, estimulando em particular o uso de vários meios de comunicação para apoiar este importante trabalho.

MÉTODOS DE ENSINO

Antes de iniciar uma atividade, defina com os alunos as regras fundamentais da mesma, para que todos possam contribuir devidamente.

ROLE-PLAY

Esta atividade consiste numa breve representação, em que os alunos assumem o papel de outra pessoa ou figura. A improvisação e assunção de uma outra personalidade tornam as situações “mais reais”, ampliando a compreensão de um determinado evento e a conexão dos alunos com as personalidades ou condições retratadas.

CONSELHOS AOS PROFESSORES

- Permita aos alunos que interrompam as atividades para colocarem questões ou modificar as condições da sua representação.
- Guarde tempo no final da atividade para uma análise retrospectiva, sublinhando a forma como ela pode contribuir para os objetivos de aprendizagem.
- É importante que os alunos tenham oportunidade para refletir tranquilamente sobre a atividade.
- Se a representação não correr como planejado, pergunte aos alunos o que poderia ser modificado ou melhorado em atividades futuras.
- Uma vez que o “role-play” imita situações ou eventos da vida concreta, poderão surgir questões para as quais não há respostas simples. Procure deixar os alunos confortáveis com esta ambiguidade e promova uma discussão aberta, permitindo que eles próprios formulem as suas opiniões e respostas.
- Tenha em consideração as condições sociais e eventuais sensibilidades específicas da sua turma na preparação desta atividade.

DISCUSSÃO LIVRE

Esta é uma forma importante de estimular a criatividade e a formulação rápida de ideias. Pode ser utilizada para resolver problemas ou responder a questões gerais.

CONSELHOS AOS PROFESSORES

- Escolha um assunto específico a ser discutido e apresente-o sob a forma de questões.
- Peça aos alunos para contribuírem com ideias próprias: podem fazê-lo individualmente, em pares ou em pequenos grupos, antes de partilharem com a turma as suas observações.
- Permita um debate livre e aberto; os alunos não devem ser censurados por expressarem as suas opiniões. Todavia, é importante evitar que estes se limitem a repetir ideias anteriormente apresentadas ou que interrompam os colegas.
- Todos devem contribuir, mas permita que os alunos falem quando se sentirem preparados para o fazer, e não segundo uma ordem pré-concebida.
- Peça aos alunos para esclarecerem e fundamentarem melhor as suas opiniões, sempre que necessário.
- As ideias expressas pelos alunos devem ser posteriormente registadas em forma escrita.

LEVANTAR QUESTÕES

Ao desenvolver formas de explorar e compreender assuntos relacionados com os direitos humanos, elabore questões de amplo espectro e encoraje a participação e análise dos alunos na resposta às mesmas.

CONSELHOS AOS PROFESSORES

- Organize as questões de forma a promover um aumento gradual de reflexão e análise por parte dos alunos. Este método será útil para lhes transmitir confiança e potenciar a

sua compreensão de temas mais complexos.

- As questões podem ser de vários tipos: hipotéticas, especulativas, instigadoras, apelos à reflexão/opinião, estímulos à investigação, tentativas de esclarecimento ou promoções de consenso.

DESENHOS

O uso de desenhos desenvolve técnicas de observação e imaginação e cria empatia pelas pessoas retratadas. Os desenhos são muito úteis no ensino de direitos humanos porque o trabalho produzido pode ser exposto na sala de aula e na escola, criando bases de reflexão e discussão posterior sobre os valores e assuntos relacionados com os direitos humanos.

CONSELHO AOS PROFESSORES

Art is personal and should be respected and honored as such.

RETRATOS E FOTOGRAFIAS

Retratos e fotografias podem ser úteis para mostrar aos alunos que, embora possamos estar a olhar para os mesmos objetos, é possível vê-los ou compreendê-los de formas diferentes.

CONSELHO AOS PROFESSORES

Retratos e fotografias são formas de captar um determinado momento na história. Os alunos devem refletir sobre o papel do fotojornalismo na reportagem e documentação dos assuntos relacionados com os direitos humanos.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os meios de comunicação são uma componente essencial de uma sociedade democrática. Todavia, sobretudo no caso da internet, é importante estabelecer uma distinção entre a reportagem objetiva e a transmissão de opiniões subjetivas.

ENTREVISTAS

A elaboração de entrevistas permite aos alunos ter uma oportunidade de aprendizagem e de fazer uma investigação pessoal e em primeira mão. As entrevistas possibilitam ainda partilhar e divulgar junto da escola e da comunidade o trabalho dos alunos.

CONSELHO AOS PROFESSORES

Trabalhe com os alunos na elaboração das suas questões. Tendo em conta o tema e o entrevistado, prepare os alunos na formulação das perguntas, alertando-os também para questões como a sensibilidade do entrevistado, a relevância das perguntas e qual a forma responsável de lidar com informações pessoais.

ASSOCIAÇÃO DE PALAVRAS

Esta é uma forma muito eficaz de introduzir um tópico para discussão e avaliar a compreensão dos alunos. Utilize sobretudo a parte final das aulas para perceber o que os alunos aprenderam durante a lição.

CONSELHO AOS PROFESSORES

Crie uma lista de palavras que cubra de forma lata o assunto estudado.

REAPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Um dos melhores meios de compreender e assimilar informação é reapresentá-la num formato diferente daquele que nos colocou inicialmente em contacto com ela. Por exemplo, após

uma lição sobre trabalho infantil, desafie os alunos a descrever a forma como informariam outras pessoas sobre este assunto.

CONSELHOS AOS PROFESSORES

- Trabalhe com os alunos para identificar uma fonte primária de informação sobre o assunto.
- Forneça aos alunos vários métodos para informar outras pessoas acerca de um tema. Estimule os alunos a optar por abordagens não-tradicionais.
- Permita-lhes introduzir novas informações, cuja importância deve ser justificada.

Métodos adicionais: projetos, discussões em pequenos grupos e debates da turma na sala de aula.

INSTRUÇÃO DIFERENCIADA

Os professores devem ter em conta diferentes estratégias para adaptar o processo de aprendizagem a situações específicas:

ALUNOS COM NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM ESPECIAL

- No início da lição, recorra com frequência a questões e forneça com regularidade definições e esclarecimentos.
- Use mapas de conceitos e gráficos. Tenha em conta como estes podem ser modificados para se adequarem aos alunos com necessidades especiais.
- Reúna os alunos em grupos heterogêneos, usando métodos de aprendizagem cooperativa quando tal se revelar apropriado.
- Recorra a programas educativos individualizados para alterar conteúdos e adequar as metodologias às situações específicas em causa.
- Reforce os processos de leitura acompanhada (ajuda na interpretação, vocabulário, etc.).
- Forneça meios alternativos de aprendizagem (escritos, orais e visuais).
- Recorra ao uso de aparelhos eletrónicos (computadores, etc.), caso estes facilitem a tomada de notas e o processo de aprendizagem.
- Divida os conteúdos e crie etapas de aprendizagem, estimulando uma compreensão mais gradual.
- Ensine aos alunos estratégias para lidar com novos materiais: como tomar notas, criar um gráfico, fazer questões, elaborar um organigrama, reler um texto, sublinhar palavras ou conceitos-chave.

AULAS DE LÍNGUAS

- Identifique o vocabulário que pode criar mais dificuldades aos alunos. Esclareça o seu significado antes de iniciar as atividades, explicando-o no contexto de frases ou situações. Escreva definições simples e breves.
- Use informação visual ou gráficos para representar as ideias principais.
- Resuma o texto utilizando um vocabulário limitado e uma estrutura frásica simplificada. Crie oportunidade para os alunos trabalharem com pessoas que dominam fluentemente a língua em causa. Organize a turma em pequenos grupos e promova a aprendizagem em parceria.
- Promova atividades coletivas de reflexão em voz-alta, para ajudar os alunos a compreender gradualmente o processo de aprendizagem e a encontrar soluções para os problemas com que se deparam.

USO DE VÍDEOS NA SALA DE AULA

Vídeos e filmes são um excelente complemento educativo. Todavia, muitos dos alunos não estão habituados ao uso destas ferramentas no processo educativo. Em seguida, pode encontrar algumas sugestões para levar os alunos a refletir criticamente sobre vídeos e filmes e a participarem num debate na sala de aula.

- Assista ao vídeo ou ao filme antes de o apresentar à turma. Tenha atenção ao eventual uso de linguagem ou imagens que requeiram um aviso prévio, uma contextualização específica ou um consentimento parental.
- Peça aos alunos para abordarem os filmes ou vídeos como se se tratasse de um instrumento de aprendizagem tradicional (um texto, por exemplo). Duas notas:
 - a) Nada do que acontece num filme ou vídeo é acidental; todas as cenas são escolhidas para produzirem um efeito específico, incluindo o cenário ou acessórios usados.
 - b) Um filme tem uma linguagem e uma gramática próprias. Os ângulos da câmara, a iluminação, a forma de filmar, o enquadramento, a composição, a edição, técnicas diversas ("fade", uso do espaço, flashbacks, etc.) e muitos outros elementos constituem essa gramática. Esta narrativa visual ajuda a criar significados para os espectadores, da mesma forma que as convenções escritas o fazem para os leitores.
- Prepare uma série de questões para serem discutidas entre os alunos, após visionamento do filme ou vídeo. Tenha em conta o tipo de reação desejada para cada um dos filmes ou vídeos apresentados.
- Após o debate, resuma os pontos fundamentais da lição. Esta ação é muito importante, pois os alunos não estão habituados a relacionar o visionamento de filmes ou vídeos com o processo tradicional de aprendizagem. Estas ferramentas são de grande utilidade, mas o professor deve integrá-las da melhor forma no programa curricular, tendo em conta que os filmes e vídeos são um complemento e não um substituto de outros materiais ou métodos de aprendizagem.

APRENDIZAGEM COMPLEMENTAR

CRONOLOGIA

Este programa curricular inclui uma cronologia que destaca eventos-chave, momentos ou conquistas relevantes na história dos direitos humanos. Para melhorar a compreensão dos alunos relativamente a um tema específico, movimento social, organismo regional ou internacional, promova uma investigação sobre esse tópico e inclua as suas conclusões na cronologia.

A partir da cronologia, e para complementar o processo de aprendizagem, discuta as seguintes questões:

- 1 O que lhe era familiar? O que constituiu uma novidade? O que o surpreendeu?
- 2 O que pensa estar em falta na cronologia e porquê?
- 3 O que lhe chamou a atenção acerca da evolução dos direitos humanos, tal como mostrado pela cronologia?
- 4 Quando foi pela primeira vez mencionado o tema sobre o qual investigou?
- 5 Quando pensa que o assunto deveria ter sido referido? Porquê?
- 6 O que podemos esperar em relação ao futuro dos direitos humanos? Que tratados ou eventos gostaria de ver concretizados nos próximos dez anos?



CRONOLOGIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ca. 2100 a.C.

No Iraque, o Código de Hammurabi, o primeiro código legal escrito, promete "fazer com que a justiça reine, destruir os malfetores e as pessoas violentas, esclarecer o país e promover o bem do povo".

Ca. 570 a.C.

A Carta de Ciro é elaborada pelo Rei Ciro da Pérsia (hoje Irã) para o povo do seu reino, reconhecendo o direito à liberdade, segurança, liberdade de movimento, propriedade pessoal e alguns direitos económicos e sociais.

1215

Cedendo à pressão popular, o Rei João de Inglaterra assina a Magna Carta, que estabelece limites ao poder arbitrário e protege o direito a um processo legal devido.

1648

O Tratado de Vestefália, um dos primeiros tratados de direito internacional, elaborado na Alemanha, garante direitos iguais para católicos e protestantes.

O QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS?

Os direitos humanos são direitos que uma pessoa tem simplesmente por se tratar de um ser humano. Os direitos humanos são pertença de todas as pessoas de forma igual, universal e permanente. Os direitos humanos são inalienáveis: da mesma maneira que não podemos deixar de ser humanos, não podemos perder estes direitos. Os direitos humanos são indivisíveis: não se pode negar um direito a alguém por esse direito ser “menos importante” ou “não-essencial”. Os direitos humanos são interdependentes: todos os seres humanos fazem parte de um enquadramento complementar. Por exemplo, a capacidade para participar no governo é diretamente afetada pela capacidade de uma pessoa se expressar livremente, obter educação ou ter acesso às necessidades essenciais da vida.

Outra definição de direitos humanos consiste em olhá-los como as condições básicas sem as quais uma pessoa não pode viver com dignidade. Violar um direito humano é tratar uma pessoa como se ela não fosse um ser humano. Defender os direitos humanos, ao invés, é exigir que a dignidade humana de todos os indivíduos seja respeitada. Ao invocar estes direitos humanos, comprometemo-nos também a não infringir os direitos dos outros e a apoiar aqueles cujos direitos estão a ser desrespeitados ou negados. Os direitos humanos são simultaneamente inspiracionais e práticos. Por um lado, os princípios inerentes aos direitos humanos implicam a visão de um mundo livre, justo e pacífico, definindo padrões mínimos a partir dos quais os indivíduos e as instituições devem tratar as pessoas, independentemente da sua localização. Por outro, os direitos humanos também capacitam os indivíduos para agirem quando esses padrões mínimos não existem, pois as pessoas continuam a deter direitos humanos mesmo quando as leis ou aqueles que detêm o poder não os reconhecem ou protegem.

Expericiamos os nossos direitos humanos de forma quotidiana, ora quando praticamos um culto religioso de acordo com as nossas crenças, ou quando optamos por não ter nenhum credo; quando debatemos e criticamos as políticas governamentais; quando ingressamos num sindicato; ou quando viajamos para outras partes do nosso país ou mais além. Embora habitualmente consideremos estas ações como garantias básicas, existem pessoas que não usufruem destas liberdades de forma igual, tanto nos EUA como noutros países. As violações dos direitos humanos ocorrem sempre que os pais maltratam uma criança, ou que uma família não tem domicílio, ou quando uma escola é incapaz de proporcionar uma educação adequada, ou se as mulheres recebem um salário inferior aos homens, ou quando uma pessoa rouba algo a outra. Os direitos humanos são uma questão do dia-a-dia.

VERSÃO ABREVIADA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo 1º	direito à igualdade	Artigo 16º	direito ao casamento e a ter uma família
Artigo 2º	proibição de discriminação	Artigo 17º	direito à propriedade pessoal
Artigo 3º	direito à vida, liberdade e segurança pessoal	Artigo 18º	liberdade de consciência e de religião
Artigo 4º	proibição de escravatura	Artigo 19º	liberdade de opinião e de informação
Artigo 5º	proibição de tortura e tratamentos cruéis	Artigo 20º	liberdade de associação e de reunião pacíficas
Artigo 6º	direito ao reconhecimento de personalidade jurídica	Artigo 21º	direito a participar no governo e em eleições livres
Artigo 7º	direito à igualdade perante a lei	Artigo 22º	direito a segurança social
Artigo 8º	direito a recorrer a tribunais competentes	Artigo 23º	direito ao trabalho e a associação sindical
Artigo 9º	proibição de detenções e exílio arbitrários	Artigo 24º	direito ao descanso e ao lazer
Artigo 10º	direito a justa audiência pública	Artigo 25º	direito a padrões de vida adequados
Artigo 11º	direito a presumível inocência até prova em contrário	Artigo 26º	direito à educação
Artigo 12º	proibição de intromissões arbitrárias na vida privada, familiar, domicílio e correspondência	Artigo 27º	direito a participar na vida cultural da comunidade
Artigo 13º	liberdade à livre circulação dentro e fora do país	Artigo 28º	direito a uma ordem social que se articule com este documento
Artigo 14º	direito a pedir asilo a outros países em caso de perseguição	Artigo 29º	direito a cumprir deveres comunitários essenciais para o livre e pleno desenvolvimento
Artigo 15º	direito a uma nacionalidade e à sua alteração	Artigo 30º	proibição de interferência estatal ou pessoal nos direitos acima mencionados

1689

A Lei de Habeas Corpus, criada em Inglaterra, confere a qualquer pessoa detida o direito a ter um julgamento justo num período breve e definido.

1689

A Carta de Direitos inglesa garante a supremacia do parlamento sobre o Rei e protege a liberdade de expressão e o direito a fiança, eleições livres e julgamentos com jurados, proibindo ainda a tortura.

1776

A Declaração de Independência declara que “todos os homens são criados iguais”, asseverando a independência das colónias da América do Norte relativamente ao Império Britânico.

1789

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é elaborada em França, quando a monarquia é derrubada pelo próprio povo.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

VERSÃO SIMPLIFICADA

ARTIGO 1º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

ARTIGO 2º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, posses ou fortuna, ou qualquer outra situação.

ARTIGO 3º

Todos os indivíduos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

ARTIGO 4º

Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a compra ou venda de seres humanos é totalmente proibida.

ARTIGO 5º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

ARTIGO 6º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento da sua personalidade jurídica.

ARTIGO 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

ARTIGO 8º

Todas as pessoas têm direito a recorrer a tribunais justos e competentes para denunciar a violação de direitos protegidos por lei.

ARTIGO 9º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO 10º

Todas as pessoas têm direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

ARTIGO 11º

- 1 Toda a pessoa acusada de um crime é presumida inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.
- 2 Ninguém será condenado por ações que não eram consideradas ilegais aquando da sua ocorrência. A ninguém poderá ser infligida uma pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o crime foi cometido.

ARTIGO 12º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques todas as pessoas têm direito à proteção da lei.

ARTIGO 13º

- 1 Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
- 2 Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

ARTIGO 14º

- 1 Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito a procurar asilo em outros países.
- 2 Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de a pessoa ter cometido um crime de natureza não-política, ou se tiver praticado ações contrárias aos princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 15º

- 1 Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.
- 2 Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

ARTIGO 16º

- 1 Homens e mulheres adultos têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.
- 2 O casamento não pode ser celebrado sem o livre consentimento dos futuros esposos.
- 3 A família é o elemento fundamental da sociedade e deve ser protegida.

ARTIGO 17º

- 1 Todos os indivíduos têm direito à propriedade, que poderão manter para si próprios ou partilhar com outras pessoas.
- 2 Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

ARTIGO 18º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião, assim como a liberdade de culto sem interferência alheia.

1791

A Carta de Direitos e a Constituição dos EUA enumeram uma série de direitos civis e políticos garantidos aos seus habitantes, incluindo a liberdade de expressão e o primado da lei.

1864

A Convenção para Melhoria das Condições das Forças Armadas em Campanha (a Primeira Convenção de Genebra), um tratado internacional gerado pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, protege feridos e doentes de guerra e confere imunidade ao pessoal hospitalar e da Cruz Vermelha.

1899-1907

São elaboradas as Convenções de Haia, definindo um conjunto de leis humanitárias internacionais para o tratamento de civis, prisioneiros de guerra e feridos de guerra.

1919

O Tratado de Versalhes leva à criação da Sociedade das Nações e da Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e promover a justiça social.

ARTIGO 19°

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, sem ser inquietado pelas mesmas. Todas as pessoas têm o direito de ler notícias, assistir a transmissões televisões ou ouvir rádio, sem que possam ser importunadas por isso, independentemente do local de residência.

ARTIGO 20°

- 1 Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
- 2 Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

ARTIGO 21°

- 1 Toda a pessoa tem o direito de tomar parte no governo do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes escolhidos em eleições livres.
- 2 Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
- 3 A prioridade de qualquer governo deve ser servir a vontade do povo. Isto significa que todas as pessoas têm direito a eleições frequentes, que o voto de cada um deve ser considerado de forma equivalente e que o secretismo e a liberdade de voto devem ser salvaguardados.

ARTIGO 22°

Toda a pessoa tem direito a um conjunto de necessidades básicas, que lhe permita viver com orgulho e tornar-se a pessoa que deseja ser. Todos os países ou organizações de países devem fazer tudo o que está ao seu alcance para tornar isso possível.

ARTIGO 23°

- 1 Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- 2 Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
- 3 Quem trabalha tem direito a uma remuneração satisfatória, que lhe permita a si e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana. Na ausência desta remuneração, a pessoa tem direito a outras formas de proteção social.
- 4 Toda a pessoa tem o direito de fundar ou de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

ARTIGO 24°

Toda a pessoa tem direito ao repouso e ao lazer, nomeadamente a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

ARTIGO 25°

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar a si e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento e à assistência médica. Tem ainda direito à segurança no desemprego, na doença, na viuvez ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

ARTIGO 26°

- 1 Toda a pessoa tem direito à educação, a qual deve ser gratuita e disponível para todos, sobretudo ao nível do ensino elementar. O acesso a estudos superiores deve ser aberto a todos aqueles que o desejem e estejam em condições de o frequentar.
- 2 A educação deve auxiliar ao desenvolvimento pleno das pessoas. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade mútua, seja qual for a situação dos indivíduos. A educação deve ainda promover os esforços das Nações Unidas para a manutenção da paz no mundo.

ARTIGO 27°

- 1 Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
- 2 Todos têm direito à proteção dos créditos e benefícios materiais provenientes de qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

ARTIGO 28°

Toda a pessoa tem direito a um mundo onde os seus direitos e liberdades, tais como os referidos nesta Declaração, sejam respeitados e efetivamente protegidos.

ARTICLE 29

- 1 O indivíduo tem deveres para com o local que habita e a comunidade que o rodeia. Apenas cuidando uns dos outros podemos atingir um pleno desenvolvimento pessoal.
- 2 Para que todas as pessoas sejam livres, são necessárias leis e limites que respeitem os direitos de todos, satisfaçam as justas exigências da moral e mantenham a paz num mundo onde cada um desempenha um papel ativo.
- 3 Ninguém pode usar a sua liberdade para prejudicar os objetivos gerais das Nações Unidas.

ARTIGO 30°

Nenhuma disposição desta Declaração autoriza os indivíduos a agirem de forma a enfraquecer ou destruir os direitos aqui enunciados.

1941

Os Aliados proclamam ter como objetivo "as quatro liberdades": liberdade de expressão, liberdade de culto, liberdade de viver sem pobreza e liberdade de viver sem medo. Este compromisso é reafirmado na Carta do Atlântico de 1941.

1942

A Comissão das Nações Unidas para os Crimes de Guerra cria tribunais internacionais de crimes de guerra em Nuremberga e Tóquio, que deverão decorrer uma vez finda a Segunda Guerra Mundial.

1945

A Carta das Nações Unidas define os objetivos, funções e responsabilidades da Organização.

1947

A Partição da Índia cria mais de 12 milhões de deslocados na antiga colónia britânica. Terão morrido várias centenas de milhares de pessoas.

1948

São construídos os campos chineses de trabalhos forçados ("Laogai"). Estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas tenham sido enviadas para estes campos.

BREVE HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS

A noção de que qualquer pessoa, em virtude da sua humanidade, detém certos direitos humanos, é uma ideia relativamente recente. As suas raízes encontram-se, porém, em tradições e ensinamentos antigos de muitas culturas. No entanto, foi apenas com a Segunda Guerra Mundial que a questão dos direitos humanos passou a receber atenção a um nível e consciência globais.

Ao longo da história, os indivíduos recebiam direitos e responsabilidades por via da sua pertença a um grupo – uma família, uma nação indígena, uma religião, classe, comunidade ou Estado. A maior parte das sociedades partilhou tradições semelhantes à chamada “regra de ouro”: “Faz aos outros o que gostavas que te fizessem a ti”. Os Vedas Hindus, o Código Babilónico de Hammurabi, a Bíblia, o Corão e os Analectos de Confúcio são cinco das mais antigas fontes escritas a mencionar questões como os deveres, direitos e responsabilidades das pessoas. Também os códigos de conduta e de justiça incas e aztecas, bem como a Constituição dos Iroqueses, são exemplos de fontes nativas americanas que se referem àquelas matérias, antes ainda da criação da Constituição dos EUA no século XVIII. Na verdade, todas as sociedades, seja em forma escrita ou oral, tiveram sistemas de propriedade e de justiça, ou formas de proteger a saúde e o bem-estar dos seus membros.

PRECURSORES DOS DOCUMENTOS SOBRE DIREITOS HUMANOS DO SÉC. XX

A Magna Carta (1215), a Carta de Direitos inglesa (1689), a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa (1789) e a Constituição dos EUA e a sua Carta de Direitos (1791) são os principais antecedentes escritos dos documentos que protegem na atualidade os direitos humanos. Todavia, muitos desses documentos históricos, quando traduzidos na prática, não se aplicavam às mulheres, aos negros e a membros de certos grupos sociais, religiosos, económicos ou políticos. Ainda assim, pessoas oprimidas por todo o mundo utilizaram os princípios expressos nesses documentos para fomentar revoluções que protegessem os direitos individuais ou reconhecessem o direito à auto-determinação.

A legislação internacional contemporânea sobre direitos humanos e a criação das Nações Unidas (ONU) têm importantes antecedentes históricos. Dois exemplos são os esforços do século XIX para proibir o tráfico escravo ou estabelecer limites aos horrores da guerra. Em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para supervisionar a aplicação dos tratados que protegem os direitos dos trabalhadores, incluindo a sua saúde e segurança. Por sua vez, após terminada a Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações manifestou preocupação com os direitos de certos grupos minoritários. No entanto, esta organização internacional para a paz e cooperação mundiais, criada pelos aliados europeus que tinham vencido a guerra, nunca atingiu os seus fins. A Sociedade acabou por

fracassar devido à recusa dos Estados Unidos em dela fazer parte. Este insucesso acabou por permitir que o Japão invadisse a China e a Manchúria (1931), que a Itália atacasse a Etiópia (1935) e que mais tarde tivesse início a Segunda Guerra Mundial (1939).

O NASCIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS

A questão dos direitos humanos tornou-se preponderante logo após o final da Segunda Guerra Mundial. A exterminação levada a cabo pelos nazis de seis milhões de judeus, o povo roma (ciganos), homossexuais e pessoas com deficiência horrorizou o mundo. Finda a guerra, tiveram lugar julgamentos em Nuremberga e Tóquio, que puniram líderes governativos e oficiais militares dos países derrotados por crimes de guerra, “crimes contra a paz” e “crimes contra a humanidade”.

Os governos dos vários países empenharam-se então em criar as Nações Unidas, com o objetivo principal de promover a paz internacional e prevenir conflitos. O seu propósito era evitar que nunca mais seria injustamente negado às pessoas a sua vida, liberdade, alimentação, abrigo e nacionalidade. A essência destes direitos humanos então emergentes foi captada pelo Presidente Franklin Delano Roosevelt num discurso de 1941, quando falou de um mundo baseado em quatro liberdades fundamentais: a liberdade de expressão, a liberdade de religião, a liberdade de viver sem pobreza e a liberdade de viver sem medo. Fizeram-se apelos por todo o mundo para que fossem estabelecidos certos padrões de direitos humanos que protegessem os cidadãos contra abusos dos seus governos, padrões esses que serviriam também para responsabilizar as nações que não os cumprissem dentro das suas fronteiras.

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Os Estados-membros das Nações Unidas comprometeram-se a promover o respeito pelos direitos humanos de todos. Para tal, a ONU criou uma Comissão para os Direitos Humanos, cuja missão inicial foi elaborar um documento que definisse as liberdades e os direitos humanos fundamentais, segundo o espírito da própria Carta das Nações Unidas. Movid pela forte liderança de Eleanor Roosevelt, a Comissão captou a atenção de todo o mundo. Em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adoptada pelos então cinquenta e seis membros da ONU. O voto foi unânime, embora oito nações se tenham absterido.

A DUDH, habitualmente referida como a Magna Carta Internacional, estendeu a revolução no direito internacional já levada a cabo pela Carta das Nações Unidas – nomeadamente ao sublinhar que a forma como um governo trata os seus cidadãos era agora uma questão legítima de preocupação internacional, e não apenas um assunto interno. A Declaração proclama que todos os direitos são interdependentes e indivisíveis. O seu preâmbulo expressa de forma eloquente: “O reconhecimento da dignidade

1948

É instituído o Apartheid, o sistema legal de segregação racial na África do Sul.

1960

É fechado o último dos “gulags” soviéticos, mas os dissidentes políticos continuam a ser presos, até à chegada de Gorbachev ao poder.

1966

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais são ratificados pelas Nações Unidas. Juntamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

1969

É adotada, em San José (Costa Rica), a Convenção Americana de Direitos Humanos, que define padrões de direitos humanos para os países da América Latina.

1971

Violações generalizadas de direitos humanos no Paquistão Oriental (hoje Bangladesh). Estima-se que tenham morrido entre 200 mil a três milhões de civis. Milhões de pessoas fogem para a Índia.

inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo.”

A DUDH teve uma influência substancial. Os seus princípios foram integrados nas constituições de mais de 185 nações que fazem parte da ONU. Embora não seja um documento com valor legal compulsório, a Declaração tornou-se num estatuto de direito internacional convencional, pois as pessoas vêem-na como “um padrão comum a alcançar por todos os povos e nações”.

OS PACTOS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Com o objectivo de estabelecer mecanismos para o cumprimento da DUDH, a Comissão de Direitos Humanos da ONU elaborou dois tratados em 1966: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o seu Protocolo opcional, e ainda o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Juntamente com a Declaração Universal, são referidos habitualmente como a Carta Internacional de Direitos Humanos.

O PIDCP centra-se em temas como o direito à vida, a liberdade de expressão, de religião e de voto. O PIDESC foca-se em questões como a alimentação, educação, saúde e abrigo. Ambos aclamam a extensão de direitos a todas as pessoas e proíbem a discriminação.

DOCUMENTOS DE DIREITOS HUMANOS SUBSEQUENTES

Para além dos Pactos que formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos, as Nações Unidas adotaram mais de vinte tratados fundamentais sobre direitos humanos, cujos convénios previnem e proíbem violações específicas tais como a tortura e o genocídio, ou protegem populações especialmente vulneráveis, como os refugiados (Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1950), as mulheres (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, 1979) e as crianças (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989).

Na Europa, nas Américas e em África foram também adotados documentos para a proteção e promoção dos direitos humanos, ampliando os princípios expressos pela Carta dos Direitos Humanos. Refira-se, por exemplo, a criação da Carta dos Direitos Humanos e das Pessoas, aprovado em 1981 por países africanos, e a Declaração do Cairo sobre os Direitos Humanos no Islão, elaborada por países muçulmanos em 1990. As alterações dramáticas que se verificaram na Europa de Leste, em África e na América Latina, nas últimas duas décadas, provocaram um aumento considerável na exigência de respeito pelos direitos humanos. De igual modo, movimentos populares na China, na península da Coreia e em várias nações asiáticas demonstraram uma preocupação semelhante com esses princípios.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Por todo o mundo, os campeões dos direitos humanos têm sido a maior parte das vezes simples cidadãos, e não os agentes governativos. As organizações não-governamentais (ONGs), em particular, têm desempenhado um papel importante ao chamar a atenção da comunidade internacional para questões envolvendo direitos humanos. Por exemplo, em 1995, quando decorreu a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim, as ações de várias ONGs propiciou um debate até então sem precedentes sobre violações graves dos direitos das mulheres. ONGs como a Amnistia Internacional, a Organização Internacional contra a Escravatura, a Comissão Internacional de Juristas, o Grupo de Trabalho Internacional para os Assuntos Indígenas, o Observatório de Direitos Humanos, o Centro Robert F. Kennedy de Direitos Humanos, a organização Médicos para os Direitos Humanos, a organização Direitos Humanos em Primeiro Lugar, a Fundação para a Investigação dos Laogai e a Fundação Eleanor Roosevelt, entre outras, monitorizam as ações governamentais e pressionam os agentes políticos a respeitar os princípios dos direitos humanos.

Os atores governamentais mais sensíveis ao problema dos direitos humanos podem ser também promotores de importantes mudanças na luta pela liberdade. Muitos líderes mundiais, como Abraham Lincoln, Ellen Johnson Sirleaf, Michelle Bachelet e Jimmy Carter tomaram posições veementes na defesa dos direitos humanos. Outros líderes, como Nelson Mandela, Mahatma Gandhi, Dag Hammarskjöld, Graça Machel, Wangari Maathai e Vaclav Havel foram também essenciais para o surgimento de mudanças políticas e sociais sob a égide dos direitos humanos.

Eleanor Roosevelt, Nova Iorque, 1949.



1973

O ditador chileno Augusto Pinochet chefia um golpe militar, que levará a detenções ilegais, torturas, assassinatos extrajudiciais e desaparecimentos em massa.

1975-1979

Mais de um milhão de cambojanos são executados nos “campos da morte” pelo regime dos Khmer Vermelhos, liderado por Pol Pot.

1979

A Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres é ratificada pelas Nações Unidas.

1981

A Carta Africana de Direitos Humanos e das Pessoas é aprovada por unanimidade.



Assinatura da Carta das Nações Unidas, São Francisco, Califórnia, 1945.

A EVOLUÇÃO DAS LEIS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Desde 1948, a DUDH serviu de base para mais de vinte convenções de direitos humanos. A maioria delas já se encontra em vigor, algumas aguardam processos de ratificação. Outros documentos, como a convenção sobre os direitos dos povos indígenas e a convenção dos direitos ambientais, estão a ser elaborados atualmente. À medida que são reconhecidos e definidos os direitos de determinados grupos de pessoas, e que os eventos mundiais suscitam a reflexão e a necessidade de agir face a estas matérias, as leis internacionais sobre direitos humanos tenderão a desenvolver-se e adaptar-se gradualmente. Em última instância, terão como objetivo proteger e promover os direitos humanos básicos de qualquer pessoa, em qualquer lugar.

Embora se tenham verificado grandes progressos na proteção dos direitos humanos por todo o mundo, a realidade atual é ainda perturbante, dado o número enorme de pessoas que escapam a punições mesmo tendo cometido assassinatos, tortura ou violações em grande escala. Neste sentido, e após anos de preparação intensa, ocorreu uma reunião em 1998, em Roma, onde governos de vários países adotaram um estatuto para a criação de um Tribunal Penal Internacional (TPI), de forma permanente. Em 2002, sessenta Estados ratificaram o Estatuto de Roma que criava oficialmente o TPI, cuja função é julgar crimes globais particularmente graves. Em 2009, o Estatuto já tinha sido ratificado por 109 países. O TPI é um tribunal permanente com

jurisdição global para julgar os piores crimes cometidos por indivíduos no mundo – genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra.

O MOVIMENTO MODERNO DOS DIREITOS HUMANOS

A adoção da DUDH em 1948 assinala o nascimento do movimento moderno dos direitos humanos. Este trouxe mudanças sociais profundas, como a promoção dos direitos iguais das mulheres, relativamente ao voto, por exemplo. Também os movimentos contra o apartheid na África do Sul e no resto do mundo demonstraram o significado do “ativismo transnacional”, fundamental para o surgimento de práticas governativas baseadas na auto-determinação e na igualdade.

Podemos hoje dizer que este é o tempo dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos constitui um apelo à liberdade e à justiça em todo o mundo. A violação de direitos dos cidadãos por parte dos governos é contestada de forma constante, exigindo-se mudanças nesses comportamentos. Tal como gotas caindo numa rocha, tais protestos desgastam gradualmente as forças da opressão e aproximam o nosso mundo dos princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Fonte: adaptado de David Shiman, *Teaching Human Rights* (Denver: Center for Teaching International Relations Publications, University of Denver, 1993).

1984

A Convenção Internacional Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes é ratificada pelas Nações Unidas.

1989

Ocorre o Massacre da Praça de Tiananmen, após semanas de protestos pacíficos exigindo reformas políticas nas China. Forças governamentais disparam sobre os protestantes desarmados, matando milhares de pessoas.

1989

Convenção Internacional dos Direitos da Criança é ratificada pelas Nações Unidas.

1990 e anos seguintes

Vários acordos de paz são assinados na América Central, pondo termo a décadas de assassinatos e desaparecimentos misteriosos em El Salvador, Nicarágua e Guatemala.



COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

Qualquer pessoa pode tornar-se um defensor dos direitos humanos. O Professor deve aproveitar o tempo disponível, seja numa aula isolada, seja ao longo do ano letivo, para promover junto dos alunos os seus esforços na promoção dos direitos humanos. Eis alguns exemplos.

CONSELHO AOS PROFESSORES

Desenvolva uma estratégia:

- identifique o problema em causa
- investigue o problema: por que é ele um problema, que soluções foram tentadas no passado (algumas destas questões podem até ter sido abordadas nas aulas)?
- que mudança é necessária?
- defina os passos necessários para uma ação e as audiências-alvo específicas – quem pode promover essa mudança?
- como podem os grupos envolvidos auxiliar outros apoiantes desta causa?
- como poderá ser medido o impacto dos esforços deste grupo?

1 DIA DISPONÍVEL

Selecione uma ação simples e focada, tal como escrever cartas abertas ou organizar um “dia de informação geral” na escola.

1 SEMANA DISPONÍVEL

Procure organizar um evento ou um programa que decorra ao longo de vários dias, despertando a atenção para um problema específico que requeira ação imediata.

EXEMPLO

- organize uma “semana temática” para promover mudanças. Ao longo dessa semana, dirija-se à audiência-alvo previamente definida, informe-a sobre o assunto em causa e recomende tomadas de posição objectivas.

1 SEMESTRE DISPONÍVEL

Crie um programa que conjugue o processo normal de aprendizagem da turma com um projeto abrangente, multifacetado. Considere a possibilidade de elaborar um projeto de ensino alargado sobre direitos humanos.

1991

A ativista birmanesa Aung San Suu Kyi recebe o Prémio Nobel da Paz. Permanece sob prisão domiciliária apesar de repetidos pedidos da comunidade internacional que exigem a sua libertação.

1993

É criado o Tribunal Criminal Internacional para a antiga Jugoslávia.

1994

Genocídio no Ruanda: estima-se que tenham morrido 800 mil tutsis e hutus moderados.

1994

O sistema de segregação racial (Apartheid) é abolido na África do Sul.

1994

É criado o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda.



1995

Tem lugar em Pequim, na China, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres. Os participantes elaboram um plano de ação de cinco anos para incrementar o poder político, econômico e social das mulheres, melhorar a sua saúde e promover a sua educação, bem como os seus direitos matrimoniais e sexuais.

1995

Massacre de Srebrenica. Mais de 8000 homens e crianças bósnios são mortos, naquela que foi uma das maiores chacinas na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

1998

Assinado por 120 países, o Estatuto de Roma entrará em vigor em julho de 2002, estabelecendo as bases legais para o Tribunal Penal Internacional. O TPI tem jurisdição sobre os mais graves crimes que assolam a comunidade internacional, tais como genocídios, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

1998-2008

Cerca de 5,4 milhões de pessoas morrem ao longo de uma década de conflito armado na República Democrática do Congo.

“NINGUÉM NASCE A ODIAR OUTRA
PESSOA DEVIDO À COR DA SUA PELE, OU
AO SEU PASSADO, OU À SUA RELIGIÃO.
AS PESSOAS APRENDEM A ODIAR.
E, SE PODEM APRENDER A ODIAR, ENTÃO
PODEM SER ENSINADAS A AMAR, POIS
O AMOR É MAIS NATURAL AO CORAÇÃO
HUMANO DO QUE O SEU OPOSTO.”

NELSON MANDELA

2001

Tem lugar a Conferência Mundial contra o Racismo. Representantes de todos os países-membros da ONU encontram-se em Durban, na África do Sul, para debater assuntos como os direitos indígenas, os direitos das minorias, o tráfico humano, as migrações e a discriminação. A Declaração de Durban define um plano de ação para implementar os objetivos da Conferência.

2004

É criado o Tribunal Africano para os Direitos Humanos e dos Povos.

2007

Triunfando na Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf é a primeira mulher a ser eleita presidente em África.

2008

Celebra-se o sexagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2009

O Tribunal Penal Internacional acusa Omar Hassan Al-Bashir, presidente do Sudão, de cometer atrocidades no Darfur.

MALALA YOUSAFZAI

Malala Yousafzai é uma estudante e uma ativista da educação, proveniente da cidade de Mingora, no Distrito Swat (província de Khyber Pakhtunkhwa), no noroeste do Paquistão. É conhecida pelos seus esforços na defesa dos direitos de educação e dos direitos das mulheres, especialmente no Vale de Swat, onde os talibãs proibiam as mulheres de frequentar a escola. Em 2009, com apenas 11 anos, Malala começou a escrever num blogue sob pseudónimo para a BBC, relatando de forma detalhada a sua vida sob o domínio dos talibãs e o modo como estes procuravam controlar aquela região, expressando também as suas ideias acerca da promoção da educação no Vale de Swat. No Verão seguinte, foi produzido um documentário do New York Times sobre a sua vida, à medida que os militares paquistaneses intervêm na região, levando à Segunda Batalha de Swat. Malala tornou-se então muito conhecida, dando entrevistas à imprensa escrita e na televisão, tendo sido nomeada para o Prémio Internacional da Paz para Crianças por Desmond Tutu, ativista sul-africano e Prémio Nobel da Paz. Em outubro de 2009, os talibãs tentaram assassinar Malala, deixando-a gravemente ferida, o que suscitou uma crítica veemente por parte das autoridades nacionais e internacionais e um grande apoio das mesmas a Malala. O Enviado Especial das Nações Unidas para a Educação Global, Gordon Brown, lançou então uma petição em seu nome, usando o slogan “Eu sou Malala”, exigindo que, até final de 2015, fossem produzidos esforços mundiais para que todas as crianças pudessem ter educação escolar, independentemente do país em que se encontrassem – uma petição que contribuiu para a ratificação da Lei para o Direito à Educação, a primeira do seu género a ser aprovada no Paquistão. Posteriormente, Malala venceu o Prémio Nacional da Paz da Juventude, atribuído pelo Paquistão. Em 12 de julho de 2013, ao celebrar o seu 16.º aniversário e o “Dia de Malala” (declarado pelas instituições da ONU), Malala fez o seu primeiro discurso público desde que foi baleada, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, sublinhando aí a necessidade da educação universal. Em 10 de dezembro de 2014, Malala venceu o Prémio Nobel da Paz, devido à sua luta contra a discriminação de crianças e jovens, e pelo direito de todas as crianças à educação.



Olivia Harris/Corbis

“ALGUMAS PESSOAS LIMITAM-SE A PEDIR A OUTRAS PARA QUE FAÇAM ALGO. MAS EU PERGUNTO: POR QUE DEVO EU ESPERAR QUE ALGUÉM FAÇA ALGUMA COISA? POR QUE NÃO DOU EU UM PASSO EM FRENTE E AVANÇO”

DISCURSO DE MALALA YOUSAFZAI: YOUTH TAKEOVER (“DIA DE MALALA”), NACÕES UNIDAS, 12 DE JULHO DE 2013

Em nome de Alá, o Clemente, o Misericordioso. Excelentíssimo Secretário-Geral da ONU, Senhor Ban Ki-moon; Excelentíssimo Presidente da Assembleia Geral, Senhor Vuk Jeremic; Excelentíssimo Enviado Especial das Nações Unidas para a Educação Global, Senhor Gordon Brown; respeitáveis anciãos, meus queridos irmãos e irmãs; tenho hoje a honra de poder voltar a falar, após tanto tempo. Poder estar aqui com pessoas tão respeitáveis é um grande momento na minha vida.

Nem sei por onde começar o meu discurso. Não sei o que esperam as pessoas relativamente ao que possa dizer. Primeiro que tudo, desejo agradecer a Deus, que a todos nos fez iguais, e agradecer a todas as pessoas que rezaram pela minha recuperação e para que pudesse começar uma nova vida. É verdadeiramente inacreditável o quanto amor estas pessoas mostraram para comigo. Recebi milhares de cartões de felicitações e presentes vindos de todas as partes do mundo. Obrigado a todos! Obrigado às crianças, pela forma como as suas palavras inocentes me encorajaram. Obrigado aos meus anciãos, cujas preces me fortaleceram. Obrigado aos enfermeiros, médicos e a todo o pessoal dos hospitais no Paquistão, bem como aos governos do Reino Unido e dos Emirados Árabes Unidos, pela forma como me ajudaram a recuperar as forças.

Apoio plenamente a Iniciativa Global Educação em Primeiro Lugar, promovida pelo Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU, e pelo Senhor Gordon Brown, Enviado Especial das Nações Unidas. Agradeço a ambos a liderança que exercem, pois continua a inspirar-nos e a convidar-nos a todos a agir. Caras irmãs e irmãos, recordem-se do seguinte: o “Dia de Malala” não é o meu dia. Hoje é, isso sim, o dia de todas as mulheres, de todos os rapazes e de todas as raparigas que fizeram ouvir a sua voz na defesa dos seus direitos. Existem centenas de ativistas e assistentes sociais que, não só advogam os direitos humanos, como lutam para alcançar os seus objetivos nas áreas da educação, da paz e da igualdade. Milhares

de pessoas foram mortas por terroristas e milhares ficaram feridas. Portanto, aqui estou... apenas uma pessoa entre tantas outras.

Não falo em meu nome, mas em nome de todos os rapazes e raparigas. Ergo a minha voz – não para gritar, mas para que aqueles que não têm voz possam ser ouvidos. Aqueles que lutaram pelos seus direitos: o direito de viver em paz. O direito de ser tratado com dignidade. O direito à igualdade de oportunidades. O direito a receber educação. Caros amigos, no dia 9 de outubro de 2012, os talibãs balearam-me no lado esquerdo da minha testa. Balearam também os meus amigos, pois pensavam que as suas balas podiam silenciar-nos. Falharam. E então, desse silêncio surgiram milhares de vozes. Os terroristas julgaram que podiam alterar e deter as nossas ambições, mas nada mudou na minha vida a não ser isto: a fraqueza, o desespero e o medo desapareceram em mim. E no seu lugar, nasceu força, poder e coragem. Sou a mesma Malala. As minhas ambições, esperanças e sonhos são os mesmos.

Caras irmãs e irmãos, não estou contra ninguém. Nem estou aqui para falar de uma vingança pessoal contra os talibãs ou qualquer outro grupo terrorista. Estou aqui para falar sobre o direito à educação de todas as crianças. Desejo que todos os filhos e filhas de extremistas, especialmente dos talibãs, possam ter educação. Nem sequer tenho ódio pelo talibã que disparou sobre mim. Mesmo que tivesse uma arma na minha mão e ele surgisse agora à minha frente, não atiraria sobre ele. Esta é a compaixão que aprendi com Maomé – o profeta da misericórdia, com Jesus Cristo, com Buda. Este é o legado de mudança que recebi de Martin Luther King, Nelson Mandela e Muhammad Ali Jinnah. Esta é a filosofia de não-violência que conheci com Gandhi, Bacha Khan e a Madre Teresa. E esta é a misericórdia que aprendi com a minha mãe e o meu pai. Isto é o que me diz o meu coração – sê pacífica e ama a todos.

Caras irmãs e irmãos, compreendemos a importância da luz quando encontramos as trevas. Compreendemos a importância da nossa voz quando somos silenciados. Da mesma forma, quando estávamos em Swat, no norte do Paquistão, compreendemos a importância das canetas e dos livros quando vimos armas. O famoso ditado “A pena é mais forte do que a espada” aplicava-se então perfeitamente. Os extremistas têm receio dos livros e das canetas. O poder da educação amedronta-os. Têm receio das mulheres. Têm medo da voz das mulheres. É por isto que mataram 14 estudantes de medicina inocentes, num ataque recente em Quetta. É por causa disto que continuam a matar professoras e pessoal médico envolvido na vacinação contra a poliomielite em Pakhtunkhwa e no Território Federal das Áreas Tribais. É por causa disto que colocam repetidamente explosivos em escolas. Pois têm medo da mudança, medo da igualdade que traremos à nossa sociedade.

Recordo a resposta simples que um rapaz da nossa escola deu à pergunta de um jornalista: “Por que são os talibãs contra a educação?” Apontando para o livro que tinha mão, disse: “um talibã não sabe o que está escrito neste livro”. Eles julgam que Deus é um ser mesquinho e medíocre, que enviaria meninas para o inferno apenas porque elas frequentaram a escola.

Os terroristas servem-se do nome do Islão e da sociedade pashtun para o seu benefício próprio. O Paquistão é um país democrático e pacifista. Os pashtuns desejam que os seus filhos e filhas tenham educação. O Islão é uma religião de paz, humanidade e fraternidade; defende que receber educação é, não apenas o direito de uma criança, mas sim um seu dever e responsabilidade.

Excelentíssimo Secretário-Geral, a paz é necessária para a educação. Em muitas partes do mundo, especialmente no Paquistão e no Afeganistão, o terrorismo, as guerras e os conflitos têm impedido as crianças de frequentar a escola. Estamos realmente cansados destas guerras. As mulheres e as crianças estão a sofrer em muitas regiões, de variadas maneiras. Na Índia, crianças pobres e inocentes são vítimas de trabalho infantil. Muitas escolas foram destruídas na Nigéria. No Afeganistão, o extremismo tem levado sofrimento às populações durante décadas. As jovens são forçadas a trabalho infantil e a um casamento precoce. A pobreza, a ignorância, a injustiça, o racismo e o desrespeito de direitos fundamentais são problemas cruciais que afetam homens e mulheres nestas e noutras regiões.

Caros amigos, hoje concentro o meu discurso nos direitos e na educação das mulheres porque são elas que mais sofrem. Houve um tempo em que as ativistas sociais femininas pediam aos homens que defendessem os seus direitos. Desta vez, nós próprias faremos isso. Não quero com isto dizer que os homens devem deixar de falar em nome dos direitos das mulheres, mas sim que é tempo de as mulheres serem independentes e lutarem por elas mesmas. Caras irmãs e irmãos, é altura de nos manifestarmos.

Assim, apelamos hoje aos líderes mundiais para que alterem as suas políticas estratégicas a favor da paz e da prosperidade. Pedimos aos líderes mundiais para que os tratados de paz protejam os direitos das mulheres e das crianças. Acordos que atentem contra a dignidade da mulher e dos seus direitos são inaceitáveis. Invocamos a todos os governos para que garantam educação obrigatória para todas as crianças em toda a parte. Apelamos a todos os governos para que combatam o terrorismo e a violência, para que protejam as crianças contra abusos e danos físicos e psicológicos. Pedimos a todas as nações desenvolvidas que apoiem a expansão das oportunidades de educação para as mulheres nos países em desenvolvimento. Solicitamos a todas as comunidades que sejam tolerantes, que rejeitem os preconceitos baseados em castas, credos, seitas, religiões ou género, que garantam a liberdade e a igualdade das mulheres, para que estas possam prosperar. Não podemos todos ser bem-sucedidos quando metade de nós é impedida de o fazer. Apelamos a todas as nossas irmãs, em todo o mundo, para que sejam corajosas, para que ouçam a sua força interior e se apercebam de todo o seu potencial.

Caros irmãos e irmãs, precisamos de escolas e de educação para que todas as crianças possam ter um futuro promissor. Prosseguiremos a nossa caminhada até um destino que garanta paz e educação para todos. Ninguém nos pode parar. Defenderemos os nossos direitos e traremos a mudança através da nossa voz. As nossas palavras podem mudar o mundo porque estamos juntos e unidos na causa da educação. E se pretendemos atingir o nosso objetivo, então devemos adquirir o poder que o conhecimento fornece e escudar-nos na nossa unidade e fraternidade.

Caros irmãos e irmãs, não podemos esquecer-nos que milhões de pessoas sofrem devido à pobreza, injustiça e ignorância. Não podemos esquecer-nos que milhões de crianças não frequentam a escola. Não podemos esquecer-nos que as nossas irmãs e irmãos aguardam por um futuro promissor e pacífico. Travemos, pois, uma luta global contra a iliteracia, a pobreza e o terrorismo, e peguemos em livros e canetas. Eles são as nossas armas mais poderosas. Uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo. A educação é a única solução. Educação em primeiro lugar.

DISCURSO PELO DIREITO À EDUCAÇÃO – EU SOU MALALA MALALA YOUSAFZAI

TEMAS

LIBERDADE FACE À DISCRIMINAÇÃO, LIBERDADE DE PENSAMENTO E EXPRESSÃO, DIREITO À EDUCAÇÃO.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Artigo 3.º direito à vida, liberdade e segurança da pessoa
- Artigo 5.º proibição de tortura e tratamentos cruéis
- Artigo 7.º direito à igualdade perante a lei
- Artigo 19.º liberdade de opinião e de informação
- Artigo 26.º direito à educação

QUESTÕES-CHAVE

- Quais são os principais obstáculos à educação de raparigas e à sua frequência da escola?
- O que pode ser feito para superar esses obstáculos?
- Que impacto tem a educação de raparigas na família ou numa comunidade?
- Como tem Malala usado a sua voz para falar em nome dos seus direitos e dos direitos de outras pessoas?

OBJETIVOS

- discutir a importância da educação e do igual acesso a ela.
- identificar os motivos pelos quais as raparigas encontram obstáculos e discriminação no acesso igual à educação.
- descrever o impacto da educação das raparigas na comunidade global.
- discutir como podem ser defendidos os direitos de outras pessoas, à semelhança do que é feito por Malala.

CONCEITOS

- Pobreza Global
- Coragem
- Direito à educação
- Compaixão
- Paz
- Humanidade
- Fraternidade
- Discriminação
- Pacifista

VOCABULÁRIO

- Talibã
- Advocacia de direitos
- Prémio Nobel da Paz
- Imã
- Vale de Swat
- Paquistão
- Nações Unidas
- Bravura
- Território Federal das Áreas Tribais
- Pashtun
- Islamismo

MATERIAIS

- Entrevista integral a Diane Sawyer, na ABC: abcnews.go.com/International/exclusive-malala-yousafzai-continuesfight-education-year/story?id=20547267
- Entrevista integral a Christiane Amanpour, na CNN: amanpour.blogs.cnn.com/2013/10/21/fil-interview-malala-yousafzai/
- Vídeo do discurso de Malala nas Nações Unidas, aquando do seu 16.º aniversário: www.cnn.com/2013/07/12/world/united-nations-malala/index.html (transcrição: ibnlive.in.com/news/full-textof-malala-yousafzais-speech-at-unitednations/406812-2.html)
- Relatório estatístico da “Girl Rising”: [girlrising.pearsonfoundation.org/downloads/GR_Curriculum_Resources_STATISTICS.pdf?pdf=GR_Curriculum_Relatórios estatísticos do Banco Mundial: siteresources.worldbank.org/EXTEDSTATS/esources/3232763-1197312825215/EdStatsNewsletter22.pdf](http://girlrising.pearsonfoundation.org/downloads/GR_Curriculum_Resources_STATISTICS.pdf?pdf=GR_Curriculum_Relatórios%20estatísticos%20do%20Banco%20Mundial%20siteresources.worldbank.org/EXTEDSTATS/esources/3232763-1197312825215/EdStatsNewsletter22.pdf)
- Vídeo “Um argumento simples para investir nas raparigas”: <http://girlsvoices.girlffect.org/why-girls/#&panel1-1>

TEMPO NECESSÁRIO

80 a 160 minutos, dependendo da duração do vídeo (parcial ou integral)

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- Reunindo os alunos em pequenos grupos, promova um debate sobre interesses futuros de carreira profissional e que estudos e educação serão necessários para prosseguir esse(s) rumo(s).
- Peça a um aluno de cada grupo para ler em voz alta as opiniões expressas por cada aluno. Sublinhe que, mesmo no caso de os alunos não desejarem prosseguir estudos na universidade, a obtenção de um diploma da escola secundária é fundamental na sociedade atual.
- Questione aos alunos o que lhes teria acontecido se nunca tivessem podido frequentar a escola, ou se não tivessem aprendido a ler ou a escrever. O que teria sucedido caso não pudessem ter ido à escola primária? Que impacto teria isso provocado na sua capacidade de perseguirem os seus objetivos?

ATIVIDADE N.º 1

- Apresente a estatística que indica existirem menos 32 milhões de raparigas do que rapazes a frequentar o ensino primário (“Educação em Primeiro Lugar: uma Iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, 2012”).
- Distribua papéis em branco pela sala. Peça aos alunos para refletirem acerca das razões que possam explicar aquela estatística. Reúna os alunos para escreverem as suas conclusões.
- Apresente o vídeo “The Girl Effect – «The Simple Case for Investing in Girls»” ou distribua as conclusões dos estudos da organização “Girl Rising”. Escreva no quadro os motivos que levam à ausência das raparigas nas escolas, tal como mostrado no vídeo: [http:// girlsvoices.girleffect.org/why-girls/#&panel1-1](http://girlsvoices.girleffect.org/why-girls/#&panel1-1).
- Peça aos alunos para fazerem uma comparação entre as suas próprias conclusões e os motivos enunciados no vídeo. Discutam como se sentiriam se fossem uma das raparigas do vídeo. Recorde os alunos das suas expectativas e desejos para o seu futuro.

ATIVIDADE N.º 2

- Recorde os alunos da discussão prévia sobre a educação de raparigas.
- Distribua a página 3 do relatório de estatísticas do Banco Mundial sobre o número de raparigas que não frequenta a escola básica: siteresources.worldbank.org/EXTEDSTATS/Resources/3232763-1197312825215/EdStatsNewsletter22.pdf
- Peça aos alunos para localizarem no mapa as zonas referidas no relatório. Mostre-lhes as entrevistas concedidas por Malala às estações de televisão.
- Englobe os alunos numa discussão sobre os seguintes tópicos: o que significa ser corajoso? Por que é Malala um exemplo de bravura e coragem?

ATIVIDADE N.º 3

- Apresente o vídeo do discurso de Malala nas Nações Unidas ou promova uma leitura da sua transcrição: www.cnn.com/2013/07/12/world/united-nations-malala/index.html.
- Discuta com os alunos as suas reações ao discurso, nomeadamente as passagens em que Malala se refere a conceitos como compaixão, fraternidade, não-violência, paz e igualdade, e a forma peculiar como Malala se refere a essas ideias.
- Peça aos alunos para discutirem ou escreverem como Malala relaciona a sua própria filosofia com os pensamentos de grandes pacifistas e defensores da não-violência.

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convênios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

- **Artigo 2º** direito à não-discriminação
- **Artigo 13º** liberdade de expressão
- **Artigo 14º** liberdade de pensamento, consciência e religião
- **Artigo 28º** direito à educação.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP).

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC).

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES.

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

- Analise o que foi discutido sobre o discurso de Malala.
- Escreva as seguintes frases de Malala no quadro: “Não falo em meu nome, mas em nome de todos os rapazes e raparigas. Ergo a minha voz – não para gritar, mas para que aqueles que não têm voz possam ser ouvidos”.
- Discuta com os alunos: o que significa ser um defensor dos direitos humanos? Como é Malala um exemplo de tal defensor? O que significam para os alunos aquelas frases de Malala? Como podem falar em nome daqueles que não têm voz? O que podem fazer para se tornarem eles próprios defensores dos direitos humanos?
- Peça aos alunos para que formem “Grupos de Ação” de três a cinco membros.
- Peça a cada Grupo de Ação para identificar um assunto relacionado com a sua escola ou comunidade, de cariz nacional ou internacional, que os interesse especialmente. Cada Grupo deve escrever no quadro qual o assunto escolhido, de acordo com quatro grandes tópicos: Escola, Comunidade, Nacional ou Internacional.
- Peça a cada grupo para que escolha um dos temas. Durante um tempo específico, focar-se-ão nesse tópico e devem desenvolver atividades com ele relacionado, culminando num “Dia de Ação Escolar”.
- Na elaboração do seu plano de ação, os alunos devem ter em consideração os seguintes pontos:
 1. Qual é o nosso objetivo? Desejamos educar a comunidade acerca de um assunto particular? Pretendemos alterar uma lei ou uma política pública? Desejamos apoiar publicamente um conhecido defensor dos direitos humanos, como Malala?
 2. Com quem devemos trabalhar para atingir o nosso objetivo? Um político, um jornalista, outros estudantes, membros da comunidade, autoridades escolares?
 3. Como podemos chegar a essa pessoa ou pessoas? Que ação será levada a cabo pelo Grupo? (criar um anúncio público, um vídeo, escrever uma carta no jornal local, organizar uma petição, convidar um orador conhecido a proferir uma conferência, etc.)
 4. Que materiais ou recursos serão necessários para executar o nosso plano de ação?
 5. É altura de agir!

RECURSOS ADICIONAIS

Fundação Malala

www.malalafund.org

Uma organização dedicada à emancipação de raparigas através da educação.

Yousafzai, Malala e Lamb, Christian. *I Am Malala: The Girl Who Stood Up for Education and Was Shot by the Taliban.*

Little, Brown & Company. N.Y. 2013.

A autobiografia de Malala.

Washington Post Review

www.washingtonpost.com/opinions/book-review-i-am-malalaby-malala-yousafzai/2013/10/11/530ba90a-329a-11e3-9c68-1cf643210300_story.html

Uma resensão da autobiografia de Malala.

“Malala Inspires Advocacy Curriculum at George Washington University”

www.huffingtonpost.com/2013/10/21/malala-georgewashington-university_n_4135546.html

Um artigo sobre a forma como a Universidade George Washington criou um currículo para acompanhar o livro de Malala .

“Diary of a Pakistani Schoolgirl”

news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7834402.stm

Os textos de Malala que chamaram a atenção inicial da comunidade internacional.

“My Conversations with Malala Yousafzai”

www.csmonitor.com/World/Global-News/2012/1011/Myconversations-with-Malala-Yousafzai-the-girl-who-stood-up-to-the-Taliban-video

Um relato do dia em que Malala foi vítima de uma tentativa de assassinato.

“A Heroic Return”

www.timeforkids.com/news/heroic-return/85451

Um artigo sobre o regresso de Malala à escola, após ter sido atacada pelos talibãs.

Shining Hope for Communities

www.shofco.org

Uma organização que combate a pobreza urbana no Quênia, providenciando serviços educativos gratuitos.

Girl Rising

www.girlrising.com

Um filme sobre raparigas que lutam por todo o mundo pelo direito à educação.

Mind the Gap

www.uis.unesco.org/Education/Pages/mind-the-gap.aspx?SPSLanguage=EN

Um jogo online sobre as diferenças de género na educação.

UN Global First Education Initiative (Iniciativa Global das Nações Unidas Educação Primeiro)

www.globaleducationfirst.org

Uma iniciativa com a duração de cinco anos, cujo objetivo é acelerar o processo de implementação dos programas Education for All (Educação para Todos) e Millenium Development (Desenvolvimento para o Novo Milénio).

Clinton Foundation No Ceilings

www.clintonfoundation.org/our-work/no-ceilings-fullparticipation-project

Um esforço liderado por Hillary Rodham Clinton na Fundação Clinton, que convida organizações e outros parceiros a avaliar e partilhar o progresso feito por mulheres e raparigas nos vinte anos decorridos após a Conferência Mundial das Nações sobre as Mulheres, que teve lugar em Pequim, em 1995.

Discurso de Malala aquando da receção do Prémio Nobel da Paz

www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2014/yousafzai-lecture.html

Apresentado no dia 10 de dezembro de 2014, na Câmara Municipal de Oslo, na Noruega.

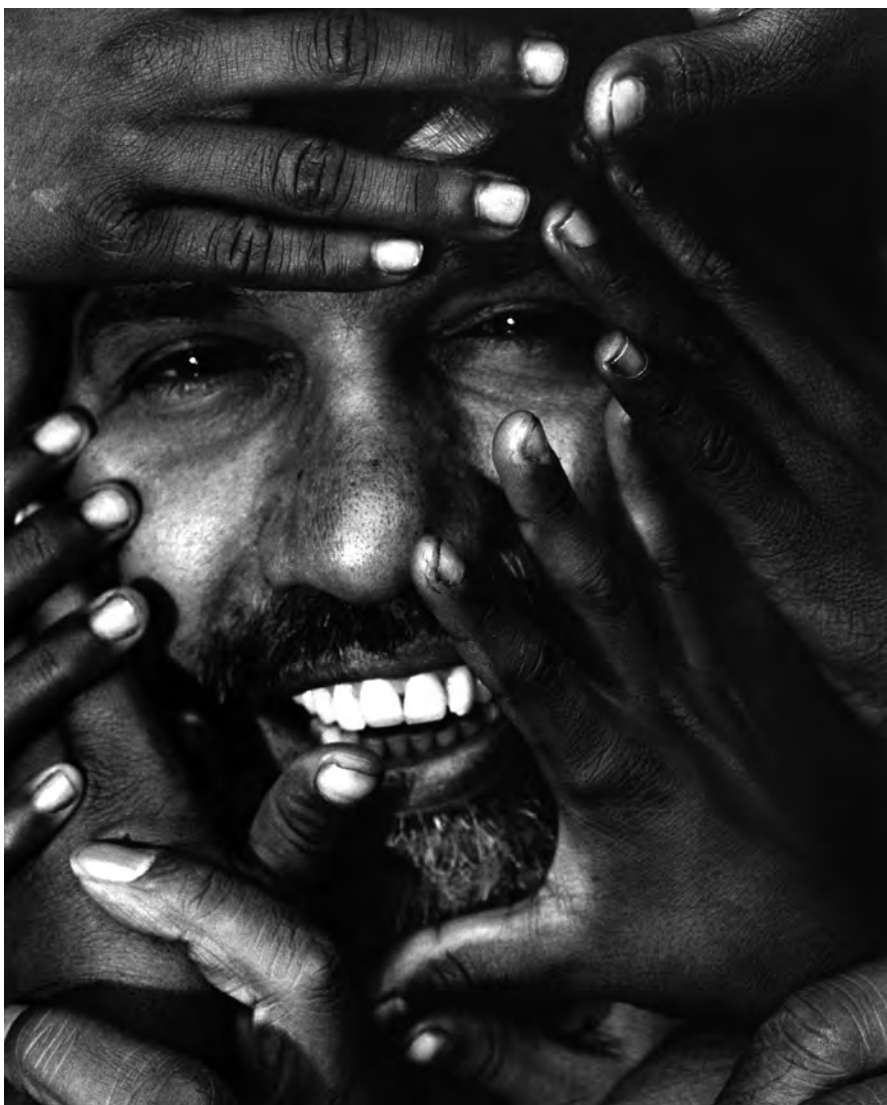
“TEMOS DE RECONHECER A PLENA IGUALDADE HUMANA DE TODOS OS HOMENS – PERANTE DEUS, PERANTE A LEI E NOS ORGANISMOS DE GOVERNO. TEMOS O DE O FAZER, NÃO PORQUE É ECONOMICAMENTE VANTAJOSO (EMBORA SEJA); NÃO PORQUE AS LEIS DE DEUS E DOS HOMENS O ORDENAM (EMBORA O FAÇAM); NÃO PORQUE AS PESSOAS DE OUTROS PAÍSES O DESEJAM. TEMOS DE O FAZER PELA SIMPLES E FUNDAMENTAL RAZÃO DE QUE É A COISA CERTA A FAZER.”

“CRIANÇAS DE SEIS, SETE ANOS, E ALGUMAS MAIS VELHAS, SÃO OBRIGADAS A TRABALHAR CATORZE HORAS POR DIA, SEM PAUSAS OU DIAS DE DESCANSO. SE CHORAM E CHAMAM PELOS SEUS PAIS, SÃO ESPANCADAS, PENDURADAS DE CABEÇA PARA BAIXO EM TRONCOS DE ÁRVORES, OU ATÉ MESMO QUEIMADAS COM PONTAS DE CIGARROS.”

Kailash Satyarthi é a grande estrela da Índia na luta contra o trabalho infantil. Desde 1980, libertou mais de 75 mil crianças escravizadas na Índia e desenvolveu um modelo bem-sucedido para a sua educação e reabilitação. Esta forma de escravidão moderna torna as crianças cativas dos empregadores, quando uma família desesperada tipicamente pede um empréstimo (por vezes tão pequeno quanto 35 dólares), sendo obrigada a entregar uma criança como garantia até que essa soma seja paga. Porém, muitas vezes esse pagamento nunca chega a ocorrer, e as crianças são vendidas a outros senhores.

As crianças cativas trabalham na indústria dos diamantes, lapidação e manufaturas, entre outras. O seu papel é preponderante na exportação de tapetes, feitos à mão e vendidos posteriormente aos Estados Unidos e outros mercados. Satyarthi liberta crianças e mulheres escravizadas das fábricas isoladas, onde as condições são deploráveis: não há segurança nem higiene, as horas de trabalho são desumanas, a tortura e o assédio sexual frequentes. Devido ao seu esforço, Satyarthi enfrentou acusações falsas e ameaças de morte constantes. Estas últimas são sérias: dois dos seus colegas de trabalho foram assassinados. Satyarthi organizou e liderou duas grandes marchas na Índia para despertar a atenção do público sobre o problema do trabalho infantil. Foi também o grande arquiteto da “Marcha Global Contra o Trabalho Infantil”, a maior rede internacional oriunda da sociedade civil que lida com este flagelo, ativa em mais de 140 países.

Kailash Satyarthi recebeu o Prémio de Direitos Humanos Robert F. Kennedy, em 1995, e o Prémio de Direitos Humanos Raoul Wallenberg, em 2002. No Relatório sobre Tráfico de Pessoas de 2007, o Departamento de Estado dos EUA designou-o como “um herói no combate à escravidão moderna”. Em 2014, Kailash venceu o Prémio Nobel da Paz, atribuído à sua luta contra a exploração infantil e pelo direito de todas as crianças à educação.



Kailash Satyarthi. ©2000 Eddie Adams

ENTREVISTA RETIRADA DO LIVRO DE KERRY KENNEDY, “DIZ A VERDADE AO PODER”, 2000

O trabalho forçado é uma forma de escravidão moderna, através do qual pessoas comuns perdem a mais básica liberdade de movimento e a liberdade de escolha. São obrigadas a trabalhar durante várias horas consecutivas sem descanso. Mais de cinco milhões de crianças vivem sob esta escravidão. Os seus pais ou avós poderão ter pedido um pequeno empréstimo a um proprietário local e, como consequência, diversas gerações são forçadas a trabalhar para o mesmo senhor durante anos. São prisioneiros – estão impedidos de saírem. Outras cinco milhões de crianças são enviadas para trabalhar porque os seus pais receberam uma pequena soma adiantada e esta dívida é usada como justificação para anos intermináveis de um duro labor.

Os trabalhos forçados são completamente desumanos. Crianças de seis, sete anos, e algumas mais velhas, são obrigadas a trabalhar catorze horas por dia, sem pausas ou dias de descanso. Se choram e chamam pelos seus pais, são espancadas, penduradas de cabeça para baixo em troncos de árvores, ou até mesmo queimadas com pontas de cigarros. São muitas vezes mantidas em estado de sub-nutrição, pois os seus empregadores receiam que, caso estejam bem alimentadas, sejam menos produtivas devido a um estado de relaxamento ou sonolência. Habitualmente não lhes é permitido

falar entre si ou rir, pois torna o trabalho menos eficiente. Trata-se realmente de uma escravidão medieval.

Consideramos que não há nenhuma forma de violação de direitos humanos pior que esta. É a demonstração da mais humilhante derrota do direito indiano, da nossa Constituição e da Declaração dos Direitos Humanos da ONU. A nossa arma mais eficaz contra esta situação é educar as massas, suscitar preocupação e despertar consciências contra este flagelo social. Procuramos também identificar as áreas onde esta escravidão infantil é mais comum. Levamos a cabo rusgas secretas para libertar estas crianças e devolvê-las às suas famílias.

Posteriormente tentamos garantir que são reabilitadas e recebem educação; este é um passo vital em todo o processo.

Fazemos pressão junto de diversos sectores da sociedade que podem influenciar e alterar esta situação, como parlamentares, grupos religiosos, sindicatos de comércio, entre outros. O nosso grupo conta com cerca de 100 membros, alguns dos quais trabalham a tempo inteiro. Formámos também uma rede de 470 organizações não-governamentais na Índia e outros países do Sul da Ásia.

Trabalhar com crianças escravizadas não é uma tarefa fácil, pois envolve muitas vezes situações traumáticas. Estas crianças vivem em cativeiro desde que se lembram de quem são. A liberdade é para elas uma palavra estranha. Não sabem o que é “ser livre”. O nosso maior desafio é devolver-lhes a sua infância perdida. É mais difícil do que parece – temos realmente de nos esforçar arduamente nesta matéria. Um dos exemplos que posso dar é o de um rapaz de 14 anos, chamado Nageshwar, uma das crianças que libertámos. Quando o encontramos, tinha queimaduras provocadas com barras de ferro incandescentes. Por coincidência, um agente do Centro Robert F. Kennedy para os Direitos Humanos estava então na Índia e encontrou o rapaz em Nova Deli. O trauma pelo qual passara fê-lo perder a fala. Ele não era sequer capaz de explicar a sua situação. Apenas mais tarde, ao encontrarmos outras crianças que o conheciam, pudemos realmente saber o que lhe sucedera. Temos de trabalhar de forma incansável com estas crianças.

Como sabem, a realização de marchas é uma parte integrante da nossa tradição indiana. Mahatma Gandhi marchou por diversas vezes para educar o povo (e também para ele próprio aprender algo no processo). Tendo em conta o seu forte impacto, especialmente no que toca à mobilização de massas, as marchas têm ocupado um lugar proeminente na nossa estratégia geral de combate à escravidão infantil. Isto não significa que estamos a tentar impor algo. As nossas marchas têm habitualmente cerca de 200 a 250 participantes, metade dos quais são crianças que foram libertadas da servidão e da escravidão. Elas são os exemplos vivos da necessidade urgente de informar as pessoas acerca do impacto negativo deste sistema laboral e do efeito positivo que retiram da sua liberdade readquirida. Os outros participantes nestas marchas são representantes de organizações de direitos humanos, sindicatos e outros grupos que se juntam a nós em solidariedade. Todos os dias visitamos diferentes aldeias e organizamos reuniões públicas, peças de teatro de rua, atividades culturais e conferências de imprensa para fazer a nossa mensagem chegar ao maior número de pessoas.

Há dois anos, recebemos com satisfação a promessa do primeiro-ministro de que iria enfrentar o problema do trabalho infantil, nomeadamente a questão dos trabalhos forçados.

Esperávamos ver resultados positivos e um ímpeto reformista. Mas desde então, não houve ações visíveis. Aquela declaração criou inicialmente receio aos empregadores, mas uma vez que tal não se traduziu em atos, este episódio será agora contraproducente para o surgimento de reformas. As pessoas aperceberam-se que aquela promessa não passou de propaganda política, não correspondia a nada de concreto.

Os trabalhadores são um grupo muito variado. Quando uma criança é forçada a trabalhar num restaurante de rua, o empregador é habitualmente uma pessoa comum de uma aldeia ou vila remota. Mas quando as crianças trabalham na produção de tapetes, na indústria do vidro ou na indústria metalúrgica, os empregadores são pessoas “poderosas”. Estão no centro do comércio externo, através das exportações, e são por isso sempre considerados de forma favorável pelo governo.

Apesar disto, não estou a favor de um boicote total ou de uma proibição cega da exportação de tapetes indianos. Ao invés, sugeri que os consumidores comprassem apenas tapetes cuja produção garantidamente não envolvesse trabalho infantil. A educação do consumidor é fundamental para gerar procura por este género de tapetes. Acreditamos que, quanto mais os consumidores exerçam pressão sobre os produtores acerca deste assunto, mais estes se sentirão obrigados a libertar as crianças trabalhadoras e a substituírem-nas por adultos.

Nos últimos anos, na Índia, Paquistão e Nepal, o número de crianças em servidão tem crescido, a par do aumento das exportações, o que é realmente lamentável. Por um exemplo, existem hoje na Índia cerca de 300 mil crianças a trabalhar na indústria dos tapetes, a qual gera exportações no valor de 600 milhões de dólares por ano. Há dez ou quinze anos, havia cerca de 75 a 100 mil crianças nesse ramo, e as exportações no sector não valiam mais do que 100 milhões de dólares. A relação direta entre estes dois valores é evidente e levou-nos a lançar uma campanha de educação do consumidor no estrangeiro. A saúde e o ambiente têm sido as principais preocupações dos consumidores no Ocidente – na Alemanha, nos EUA, etc. Mas o problema do trabalho infantil raramente é invocado quando se fala da consciencialização dos consumidores. As pessoas preocupam-se com o ambiente e com os direitos dos animais, mas não com as crianças. Nos anos mais recentes, porém, a questão do trabalho infantil tem ganho relevância e sido alvo de campanhas significativas por todo o mundo – o que me deixa orgulhoso. O que começou por ser um esforço de publicitação e despertar de consciências tornou-se hoje um assunto do foro legal, uma discussão sobre o cumprimento de regras e regulamentos básicos.

Recomendámos a criação de uma organização independente e profissional, com credibilidade internacional, que tivesse como missão inspecionar, monitorizar e certificar tapetes e outros produtos fabricados sem o recurso a trabalho infantil. Juntamente com outras organizações não-governamentais, como a UNICEF, criámos a Fundação Rugmark, um grupo independente, que nomeia inspetores para verificar as condições de produção dos tapetes. A informação recolhida é posteriormente inserida num rótulo inamovível, colocado no próprio tapete. Este é um passo significativo para acabar com a exploração infantil.

Todavia, a tarefa de educar os consumidores ocidentais não é fácil, pois envolve alguns riscos. Há algum tempo, uma

televisão alemã investigou o trabalho infantil na indústria dos tapetes. A reportagem centrava-se na IKEA, que anunciara que apenas comercializaria produtos fabricados sem o recurso a trabalho infantil. Os jornalistas investigaram e entrevistaram-me sobre esta matéria, num encontro em que lhes falei de questões bastante gerais. Porém, a reportagem final mencionava especificamente a Sheena Export, o que levou ao cancelamento de uma importante encomenda da IKEA. A Sheena Export, uma das maiores empresas indianas no ramo, sofreu um impacto negativo com esta reportagem, que muito afetou as suas exportações, nomeadamente com os EUA (com quem tinha negócios no valor de 200 milhões de dólares anuais). A empresa é politicamente muito poderosa (um dos proprietários é o ministro dos transportes no Estado de Haryana) e reagiu agressivamente a estas denúncias.

Sei que toda a indústria dos tapetes, ou pelo menos a maioria, me odeia e se opõe ao meu trabalho. Julgam-me o seu inimigo, querem simplesmente que eu desapareça. Então tentaram levar-me para Haryana, Estado conhecido pela sistemática violação de direitos humanos, detenções ilegais e execuções extrajudiciais, que ocorrem na prisão ou até em esquadras policiais. Fui detido no dia 1 de junho, apesar de a polícia de Nova Deli nunca ter sido informada, tal como exige a lei no nosso país. Uma vez que a polícia provinha de outro

Estado e não tinha jurisdição, não puderam deter-me legalmente na minha casa, em Nova Deli. Tentaram, mas não conseguiram. Fiz alguns telefonemas, consultei amigos e disseram-me que não o podiam fazer legalmente. A polícia de Haryana ignorou estes factos e ameaçou forçar a entrada na minha casa. De pistolas em punho, causaram o pânico junto da vizinhança. Fui então detido e posteriormente libertado mediante o pagamento de fiança. Não foi a primeira vez, mas nunca tinha sido vítima de um esquema elaborado como este. Enfrentei também várias ameaças no passado. Dois dos meus colegas foram mortos em circunstâncias suspeitas.

Vejo isto como um teste, um exame moral que tenho de enfrentar. Quando decidimos enfrentar estes flagelos sociais, temos de estar preparados para tudo – não apenas física ou mentalmente, mas também espiritualmente. Temos de estar dispostos para o sacrifício máximo; outros tiveram de o fazer no passado: Robert F. Kennedy, Mahatman Gandhi, Indira Gandhi, John Kennedy – a lista é interminável. Temos de nos preparar para resistir e enfrentar o desafio, mais cedo ou mais tarde. Essa é, afinal, a história da humanidade.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Artigo 4.º proibição de escravidão
- Artigo 23.º direito ao trabalho e a associação sindical
- Artigo 24.º direito ao descanso e ao lazer
- Artigo 25.º direito a padrões de vida adequados
- Artigo 26.º direito à educação

TEMPO NECESSÁRIO

120 minutos

QUESTÕES-CHAVE

- Por que existe trabalho infantil?
- O que posso fazer para combater o trabalho infantil?
- Que exemplos de trabalho infantil posso encontrar mais próximos da minha comunidade?

OBJETIVOS

Após esta lição, os alunos devem ter competências para:

- compreender as causas e as condições do trabalho infantil no sul da Ásia (indústria de tapetes), no Equador (indústria da banana) e nos Estados Unidos (trabalhadores agrícolas imigrantes).
- explicar de que forma Kailash Satyarthi luta contra o trabalho infantil no sul da Ásia.
- compreender como as Fundações RugMark e Fair Trade (“Comércio Justo”) promovem práticas laborais mais justas.
- determinar as causas do trabalho infantil e o que pode ser feito para o evitar.
- pesquisar sobre uma área ou uma indústria onde o trabalho infantil é predominante e preparar uma ação contra ele.
- criar um plano de ação para combater o trabalho infantil.

MATERIAIS

- uma banana
- cadernos dos alunos
- um artigo sobre trabalho infantil nas plantações de banana do Equador: <http://www.hrw.org/news/2002/04/30/widespread-labor-abuse-banaplantations-ecuador>
- vídeos sobre Kailash Satyarthi: https://www.google.com/search?q=kailash&gws_rd=ssl#tbm=vid&q=kailash+satyarthi
- entrevista a Kailash Satyarthi em “Diz a Verdade ao Poder” e folhetos informativos: www.rfkhumanrights.org
- informações sobre Stolen Childhoods (“Infâncias Roubadas”): <http://www.stolenchildhoods.org/mt/index.php>
- informação sobre crianças imigrantes: http://www.stolenchildhoods.org/mt/archives/videostories/texas_fields/index.php
- programa da NBC “America Now: Children of the Harvest,” emitido em 19 de julho de 2010 (destaque para as partes 4 a 6): http://www.msnbc.msn.com/id/38312193/ns/dateline_nbc/

VOCABULÁRIO

- Trabalho Forçado
- Parlamentares
- Mobilização de massas
- Proeminente
- Solidariedade
- Boicote
- Comércio justo
- Trabalhador migrante
- South Asian Coalition on Child Servitude (“Coligação do Sul da Ásia para a Servidão Infantil”)
- Defesa
- Emancipar
- Sistema de castas
- “Intocáveis”
-

CONCEITOS

- Trabalho forçado
- Escravidão infantil
- Trabalho migrante
- Dignidade humana
- Coragem

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- computador, equipamento de projeção para vídeos online, leitor de DVD

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- mostre uma banana aos alunos.
 - Pergunte-lhes: “o que vêem?”
 - Peça aos alunos para que escrevam nos seus cadernos o que vêem.
- os alunos devem mostrar as suas respostas a um parceiro. Peça a alguns voluntários para partilhar as suas observações com a turma.
- após terem sido ouvidas algumas descrições, faça notar aos alunos que eles referem-se ao que viram, mas não à proveniência da banana nem às pessoas que a cultivaram ou produziram. Pergunte aos alunos como acham que a banana chegou ao mercado ou supermercado. Reserve pelo menos cinco minutos para as respostas a esta pergunta.

ATIVIDADE N.º 1

- peça aos alunos que se sentem num círculo.
- distribua o folheto N.º 1, “Questões de um Trabalhador que Lê”.
- os alunos devem ler o texto em silêncio. Em seguinte, o Professor deve ler o texto em voz alta.
- Lance aos alunos as seguintes questões:
 - que mecanismo literário é usado repetidamente pelo poeta? (alusão) Reconhece algumas das alusões?
 - por que motivo o poeta utiliza este mecanismo em particular? (ele deseja que o leitor reflita sobre figuras e eventos históricos relevantes, que somente foram possíveis devido à existência de um exército de trabalhadores anónimos, na sua maioria vítimas de exploração laboral)
 - qual é o tema do poema? Qual é o propósito ou objetivo do autor?
 - há algo que não compreendam em especial?
 - a que se refere o poeta quando questiona “Quem pagou ao flautista?” Que significado tem isto para nós?
- apenas para alunos em idade escolar avançada
 - distribua aos alunos o artigo “Tainted Harvest”: <http://www.refworld.org/docid/45cc342f2.html>. Leia em conjunto a seção do artigo intitulada “Child Workers”.

CONSELHO AOS PROFESSORES este artigo pode ser útil também para alunos com dificuldades de aprendizagem ou que não têm o inglês como língua-mãe.

- para os alunos com maior avanço na sua aprendizagem,
 - distribua ainda o artigo da Human Rights Watch: <http://www.hrw.org/news/2002/04/30/widespreadlabor-abuse-banana-plantations-ecuador>
- os alunos devem ler o artigo com um parceiro
 - e, seguidamente, responder às questões, baseando-se no texto (devem sublinhar a informação no artigo que serve de fundamento às suas observações).
 - peça aos alunos que preencham a folha de exercícios interdisciplinar da “Human Rights Watch Report.”

ATIVIDADE N.º 2

- mostre aos alunos os seguintes vídeos, com testemunhos de Kailash Satyarthi:
 - vídeo da World Vision Australia: <http://www.YouTube.com/watch?v=EJXfILoTeXQ&feature=related>
 - vídeo do Youtube da Marcha Global para a Educação, sobre trabalho infantil na Índia: http://www.YouTube.com/watch?v=0bpl_Eqa4g8&NR=1
 - documentário Stolen Childhoods (“Infâncias Roubadas”), segmento sobre trabalho infantil na indústria dos tapetes, bem como os programas de resgate e reabilitação conduzidos por Kailash Satyarthi.
- peça aos alunos para lerem a entrevista a Kailash Satyarthi em “Diz a Verdade ao Poder”: www.rfkhumanrights.org/
- os alunos devem responder às questões colocadas na folha de exercícios “Meet the Defenders: Kailash Satyarthi” (“Conheça os defensores: Kailash Satyarthi”)
- promova uma discussão entre a turma sobre as seguintes questões:
 - podemos dizer que as crianças que trabalham nas fábricas de tapetes no sul da Ásia são escravas? Porquê?
 - por que razão são estas crianças vendidas como escravas?
 - por que motivo fábricas como estas ainda existem na Índia, apesar de o trabalho infantil ser ilegal no país?
 - de que forma a Fundação RugMark combate o trabalho infantil?
 - o que podemos fazer para defender as crianças trabalhadoras no sul da Ásia?

ATIVIDADE N.º 3

- os alunos devem assistir aos seguintes vídeos sobre trabalho infantil na indústria agrícola norte-americana:
 - o segmento de Stolen Childhoods (“Infâncias Roubadas”) sobre os apanhadores de cebolas: http://www.stolenchildhoods.org/mt/archives/videostories/texas_fields/index.php
 - o vídeo da AFT, Lost Futures (“Futuros Perdidos”): <http://www.ourownbackyard.org/>
 - programa da NBC “America Now: Children of the Harvest,” emitido em 19 de julho de 2010 (destaque para as partes 4 a 6): http://www.msnbc.msn.com/id/38312193/ns/dateline_nbc/
- promova um debate entre a turma sobre as seguintes questões:
 - por que existe trabalho infantil nos Estados Unidos?
 - o que podemos fazer para preveni-lo?
 - quem é responsável por esta situação?
 - por que são estas leis injustas?
 - o que podemos fazer quanto a elas?

ATIVIDADE N.º 4

- peça aos alunos para comentar o excerto seguinte, nomeadamente relacionando-o com algumas das histórias e artigos que ouviram ou leram ao longo desta lição:

“Nunca duvides que um pequeno grupo de pessoas dedicadas pode mudar o mundo. Na verdade, é apenas dessa forma que ele tem mudado” (Margaret Mead).

- após discutirem os comentários à citação, realize pelo menos mais uma das seguintes atividades:
 - mostre aos alunos o vídeo Fair Trade: The Story by TransFair (“Comércio Justo: a história da TransFair”): <https://vimeo.com/7037138>
 - visite e explore o site da Green America, What is Fair Trade? (“O que é o comércio justo?”): www.greenamericatoday.org/programs/fairtrade/whattoknow/index.cfm
 - mostre aos alunos o rótulo GoodWeave (www.rugmark.org), para que fiquem a saber se um tapete é produzido sem recurso a trabalho infantil.
 - mostre aos alunos outros produtos com o mesmo rótulo de “comércio justo”, como chocolate, café ou bananas, por exemplo.

CONSELHO AOS PROFESSORES

os alunos podem jogar o jogo “Banana Split Comércio Justo” em: <http://www.cafod.org.uk/curation/search?SearchText=Banana+Split&SearchButton=>

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- em que medida o “comércio justo” ajuda a combater o problema do trabalho infantil? E como ajuda os trabalhadores e o ambiente? (a certificação significa que não se recorreu a trabalho infantil na produção; o comércio justo garante que os pais recebem um salário pelo trabalho efetuado, pelo que as crianças não precisam de trabalhar; os lucros são investidos na educação, saúde e outros serviços essenciais para a comunidade, etc.)
- que produtos de “comércio justo” encontram no supermercado? (cafés, chocolates, por vezes bananas)
- as bananas orgânicas produzidas com “comércio justo” custam cerca de 99 cêntimos ao quilo, enquanto que as bananas tradicionais custam cerca de 69 cêntimos ao quilo. Estariam dispostos a pagar este custo extra? Por que sim ou por que não?
- o que podemos fazer para encontrar mais produtos de “comércio justo” nos nossos supermercados? (pedir aos gestores de loja, etc.)

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convénios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

- Artigo 19º** direito à proteção contra todas as formas de violência física e mental
- Artigo 27º** direito a padrões de vida adequados ao desenvolvimento da criança
- Artigo 28º** direito à educação
- Artigo 32º** direito à proteção contra a exploração económica.

CONVENÇÃO N.º 138 SOBRE A IDADE MÍNIMA PARA ADMISSÃO A EMPREGO.

CONVENÇÃO N.º 182 SOBRE A PROIBIÇÃO DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP).

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC).

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

Os alunos devem escolher uma das seguintes atividades:

- escrever uma carta a um deputado, político ou um agente relacionado com estes tópicos, como por exemplo o Ministro do Trabalho ou da Agricultura, diretores de supermercados, empresas do ramo alimentar ou da indústria dos tapetes. Nessas cartas, os alunos devem apresentar um argumento forte, baseado na pesquisa feita em casa ou na sala de aula, ou inquirir aquelas entidades com questões relevantes neste domínio. Incluam pelo menos duas fontes nas cartas. Recordem-se de usar um tipo de letra adequado à situação e de escrever a morada do destinatário.
- dirija-se ao responsável pela mercearia ou supermercado local e peça-lhe que venda produtos de “comércio justo”. Explique a sua importância.
- escreva um poema, com pelo menos vinte linhas, sobre o trabalho infantil, envie-o para o jornal local, ou para um representante político, ou publique-o na internet. Inclua informação recolhida em pelo menos duas fontes.
- crie um poster que informe os outros alunos sobre o trabalho infantil. Refira-se pelo menos a duas fontes. Os alunos devem usar as suas próprias palavras e não recorrer a plágio. O texto deve ser visível a uma distância considerável e deve ser acompanhado de gráficos que ilustrem os seus argumentos. Exponha o poster com a maior visibilidade possível na escola.
- escreva uma história como se fosse um livro infantil ilustrado e partilhe-a com a turma. Pode usar PowerPoint numa fase inicial, mas o objetivo final é imprimir a história em formato de livro. Esta tarefa pode ser realizada em parceria com outro aluno.
- crie uma apresentação em PowerPoint para ensinar aos outros alunos o que aprendeu na sua pesquisa. Envie uma cópia por email para um agente governativo ou um gerente na indústria dos tapetes ou da banana, com responsabilidade e capacidade para produzir mudanças nesta área.
- escreva uma carta ao editor de um jornal local sobre o problema do trabalho infantil, deixando aos leitores uma reflexão sobre o que pode ser feito para mudar a situação.
- escreva uma canção ou crie um vídeo, onde explique e defenda o seu ponto de vista sobre o problema do trabalho infantil. Pode escrever uma nova letra para uma música já existente. Cante a nova versão ou apresente o seu vídeo à turma. Esta tarefa pode ser realizada em parceria com outro aluno.
- visite o site da ATF para melhor conhecer a situação do trabalho infantil nos EUA, com dados sobre a sua história, legislação acerca da matéria, etc: <http://www.ourownbackyard.org/>
- assista a um vídeo que mostra como alguns alunos decidiram tornar-se defensores dos direitos humanos após conhecerem a história de Iqbal: Local Heroes: Students of Broad Meadows Middle School (“Heróis Locais: Alunos da Escola Secundária de Broad Meadows”). Veja o capítulo 3 do DVD da AFT – Recurso a Trabalho Infantil, que narra a visita de Iqbal Masih a uma escola em Quincy, no Massachusetts, e como o seu caso convenceu os alunos a agirem para combater o trabalho infantil. Complemente esta tarefa com o vídeo Freedom Hero: Iqbal Masih (“Herói da Liberdade: Iqbal Masih”), feito por estudantes locais: <http://www.YouTube.com/watch?v=t0D6K18wq8A&feature=related>
- Mais informação sobre propostas de lei em curso e ações passíveis de serem levadas a cabo pelos estudantes no site da AFT:
 - <http://www.ourownbackyard.org/what.shtml> (ver Part III: What Can Be Done? – Parte III – “O que pode ser feito?”)
 - Esta seção lida com a sugestão de alternativas para lidar com o problema do trabalho infantil (sobretudo agrícola) nos EUA. Estas alternativas incluem: modificar leis existentes, melhorar a aplicação dessas leis, estender serviços a crianças que trabalham na agricultura. Porém, as opções referidas não esgotam o campo de possibilidades. À medida que as analisam, considerem quais são as mais exequíveis e desejáveis; em seguida, desenvolva as suas próprias estratégias.
 - O último passo num projeto de política pública tem de ser dado pela própria pessoa: decidir exatamente que tipo de política se recomenda. Ao analisar as alternativas sugeridas e as suas próprias ideias, procure fazer uma lista dos objetivos, custos (ou desvantagens), benefícios (ou vantagens) e a exequibilidade de cada uma delas. Quando a lista estiver concluída, examine-a uma vez mais para decidir que política específica deseja recomendar. Recorde-se da necessidade, não apenas de defender a sua escolha, mas de explicitar por que deve ela ser considerada preferencial face às demais opções.
 - Visite o nosso site para informações mais detalhadas sobre projetos legislativos em curso, forma de elaborar um plano de ação para jovens, condições em que laboram as crianças na agricultura nos EUA, estrutura e atividades de organizações que combatem o trabalho infantil, entre outras informações úteis: <http://www.ourownbackyard.org/what.shtml>

EXPANDIR OPORTUNIDADES

- visite o site www.freethechildren.com/we. Crie um “plano de ação” de angariação de fundos para a campanha “Adopt a Village” (“Adote uma Aldeia”) ou para a campanha “Brick by Brick” (“Tijolo a tijolo”), que visam construir escolas em países sub-desenvolvidos.
- Leia o conto “The Circuit” (“O Circuito”), de Francisco Jimenez, um antigo trabalhador migrante que nos narra a história de uma criança e da sua chegada ao mercado laboral após emigrar.
- obtenha informação no “Projeto Alimentação Justa” sobre o estado atual dos trabalhadores agrícolas no país e sobre o que está a ser feito para melhorar a sua condição: <http://www.fairfoodproject.org/main/>

Vídeo: “Stolen Childhoods” (“Infâncias Roubadas”), 2005, Galen Films

<http://www.stolenchildhoods.org/mt/archives/videostories>

Um documentário sobre trabalho infantil global, com algumas partes sobre a indústria dos tapetes e o trabalho de Kailash Satyarthi. Muitas seções estão disponíveis gratuitamente online, caso não seja possível comprar o filme. O segmento “Nightline” é excelente.

Stolen Childhoods Teacher Resource Guide

http://www.stolenchildhoods.org/mt/archives/2006/03/view_the_guide.php

Um Guia de Recursos para Professores disponível online, caso deseje aprofundar a sua investigação sobre o documentário e o problema do trabalho infantil em geral.

Stolen Childhoods Trailer (video de apresentação do documentário)

<http://stolenchildhoods.org/mt/archives/videostories/trailer/index.php>

<http://www.YouTube.com/watch?v=v9biF7ha3yk&NR=1>

Brick Stacking

<http://artsyprints.wordpress.com/2007/12/23/childrens-humanrights-poetry-brick-stacking>

Um poema-modelo para os alunos.

“ALGUMAS PESSOAS OLHAM PARA O
MUNDO COMO ELE É E PERGUNTAM:
PORQUÊ? EU VEJO O MODO COMO ELE
PODERIA SER E **PERGUNTO: POR QUE NÃO?**”

MARINA PISKLAKOVA

“UMA MULHER LIGOU PARA A LINHA DE ATENDIMENTO E DISSE QUE O SEU MARIDO PLANEAVA MATÁ-LA. TELEFONEI PARA A POLÍCIA, MAS O AGENTE CONTACTOU IMEDIATAMENTE O MARIDO, DIZENDO-LHE «SE TENS DE LHE BATER, FÁ-LO DISCRETAMENTE». FOI AÍ QUE PERCEBI QUE NÃO HAVIA ESPERANÇA.”

Marina Pisklakova é a mais importante ativista dos direitos das mulheres na Rússia. Estudou engenharia aeronáutica em Moscovo. Enquanto conduzia a sua investigação na Academia de Ciências da Rússia, ficou espantada ao descobrir os números alarmantes relacionados com violência doméstica. Devido aos seus esforços, as autoridades russas iniciaram um levantamento rigoroso de abusos domésticos, estimando que, num só ano, perto de 15 mil mulheres foram assassinadas e 50 mil hospitalizadas com ferimentos. Devido à ausência de legislação neste domínio, não existiam na Rússia grupos de apoio ou agências de proteção às vítimas. Em julho de 1993, Pisklakova criou uma linha de apoio para mulheres que sofriam deste problema; posteriormente ajudou a fundar o primeiro centro de assistência a mulheres no país. Procurou influenciar os legisladores a adotarem normas que proibissem abusos; lutou contra forças de autoridades claramente hostis, procurando obter auxílio para as vítimas e levar os criminosos à justiça.

Pisklakova iniciou uma campanha nos media para denunciar a violência contra as mulheres e divulgar os seus direitos, através de aparições regulares na rádio e na televisão. A sua organização, chamada ANNA (também conhecida como o Centro Nacional para a Prevenção da Violência), possui uma rede de 170 centros de assistência na Rússia e noutros países que anteriormente eram parte da União Soviética. Pisklakova combate ativamente não apenas a violência contra as mulheres, mas também o tráfico de mulheres e crianças. Em 2004, recebeu o Prémio de Liderança Global de Direitos Humanos. Correndo grandes riscos pessoais, os esforços de Pisklakova permitiram salvar inúmeras vidas.



Marina Pisklakova, ©2000 Eddie Adams

ENTREVISTA RETIRADA DO LIVRO “DIZER A VERDADE AO PODER”, DE KERRY KENNEDY, 2000

Quando criei a primeira linha de apoio contra a violência doméstica na Rússia, em 1993 (à qual demos o nome de ANNA, iniciais em russo de Associação “Não à Violência”), estava sozinha; atendia chamadas quatro horas por dia, todos os dias, durante seis meses. Fazia aconselhamento pessoal durante outras quatro horas. Não podia dizer que não, pois eram tantas mulheres a precisar de ajuda. Não tinha treino, nem criava distância ou limites. Mas, ao mesmo tempo, não sei como poderia ter feito isso de forma diferente.

Sem perceber no que me estava a envolver, comecei este trabalho enquanto fazia investigação no Instituto de Estudos Sócio-Económicos da População, na Academia das Ciências da Rússia. Enquanto coordenava um inquérito nacional sobre assuntos femininos, recebi uma resposta particular que não sei sequer como classificar. Descrevia o sofrimento de uma mulher às mãos do seu marido. Mostrei-o a alguns colegas e um deles disse-me: “Acabaste de ler um caso de violência doméstica”. Nunca tinha ouvido aquele termo antes. Não era algo sequer aceite na nossa sociedade pós-soviética, muito menos discutido publicamente. Decidi então que precisava de conhecer melhor aquele fenómeno misterioso.

Pouco depois, encontrei a mãe de um dos colegas de turma do meu filho na escola. Tinha a face gravemente ferida. Não me quis dizer o que tinha acontecido. Uns dias mais tarde, telefonou-me. A sua história deixou-me chocada. Caíra um botão do fato do seu marido e ela não resolveu o problema rapidamente; então, ele pegou num sapato e bateu-lhe na cara com violência. Ela não conseguiu sair de casa durante duas semanas. Estava em grande sofrimento – física e emocionalmente – pois parte do seu rosto estava negro e azul. Perguntei-lhe por que não o deixava, uma pergunta bastante natural naquele caso. Ela respondeu: “Para onde iria?” “Divorcia-te dele e encontra outra casa para viver”, retorqui. “Mas eu dependo completamente dele...”, disse ela. Esta troca de palavras permitiu-me compreender algo fundamental: o abusador, usando da violência, estava apenas a consolidar o seu controlo e a diminuir a auto-confiança e a auto-estima da vítima. Ela contou-me o resto da sua história: sobre como o marido chegava à cozinha, tocava no chão com o dedo e, caso

houvesse o mais pequeno sinal de sujidade, questionava ironicamente: “o que fizeste durante todo o dia?” Na Rússia, o chão da cozinha tem sempre alguma sujidade, especialmente se o casal tiver filhos em casa que correm por todo o lado – a cozinha é habitualmente o centro da vida familiar nos nossos pequenos apartamentos.

Cenas como esta podem parecer ridículas aos estrangeiros, mas descobri rapidamente que elas eram comuns entre nós. Para esta mulher, a nossa conversa foi uma oportunidade para comunicar com alguém que não a julgava, que não lhe perguntava apenas “mas o que fizeste de mal?” Sem me aperceber, tinha começado na verdade a ser sua conselheira. E logo ali entendi, a partir da sua história, que a violência psicológica leva à violência física.

Pensei então que tinha o dever de a ajudar, de a encaminhar para alguém que soubesse o que fazer. Até que percebi que não havia ninguém que a pudesse ajudar. Senti-me desesperada e impotente. Recordei-me do ditado russo “Se ele te bate, é porque gosta de ti”. Já descobrira então o que significava, pelo que perguntei a mim própria: “Mas o que podes fazer acerca desta atitude cultural...?” Apesar das dúvidas, sabia o que tinha de fazer. Criei uma linha de apoio. Num dia frio de Janeiro, uma mulher ligou e comecei a falar com ela. Após alguns minutos, ela parou e disse “Não vou continuar a falar consigo ao telefone, preciso de o fazer pessoalmente”. Respondi afirmativamente. Quando ela veio até mim, chorando, as suas primeiras palavras foram “Tenho medo que o meu marido me mate e ninguém saiba”. Contou-me a sua história. O marido fora muito simpático com ela até engravidar. Nessa altura, tudo mudou. Tornou-se controlador. Ela ficara vulnerável e dependente: “Fiquei aterrorizada, pois o seu rosto não era de alegria, era outra coisa. Era como se ele tivesse ganho. Como se ele pensasse «agora é a minha vez, posso fazer tudo o que quiser»”. Este caso envolvia um perigo real.

A minha primeira reação foi: “Meu Deus, o que vou fazer agora?” Sabia que a polícia não agiria. Em todo o caso, liguei a denunciar o caso. O agente pareceu-me simpático, mas telefonou imediatamente ao marido, dizendo-lhe “O que está a tua mulher a fazer? Por que anda por aí a falar de questões familiares? Se tens de lhe bater, fá-lo discretamente”. Percebi como o problema era desesperante para ela. E nessa altura esse problema tornou-se meu também. Não podia abandoná-la. Telefonei a uma advogada, já reformada, e disse-lhe “Não tenho dinheiro e esta mulher também não. Mas ela necessita de ajuda. Precisa de obter o divórcio e um lugar para viver”.

A habitação é um grande problema em Moscovo. Aquando do casamento, esta mulher transferira o apartamento para o seu irmão. Ela não tinha nenhum sítio para onde ir. Estava encurralada. Mas a história ainda havia de piorar. Quando o bebé tinha nove meses, o marido tentou matá-la. “Não sei como sobrevivi”, contou-me. Após ter feito um pedido de divórcio, com a minha ajuda e da advogada, o marido disse-lhe “Vou matar-te e ninguém saberá. Direi a todos que fugiste com outro homem e deixaste o bebé para trás.” Comecei a ligar-lhe todas as manhãs para ter a certeza que estava viva. A advogada ajudou-nos muito durante três meses, com um plano de ação passo a passo.

No meio de toda esta situação, aconteceu algo assustador. Certa vez, a mulher ligou, dizendo “Eles sabem de tudo o que temos estado a falar!” A sua sogra trabalhava na companhia telefónica e tinha estado a ouvir as nossas chamadas. Tentei

acalmar a mulher, dizendo “Talvez seja melhor assim. Deixa que eles saibam de todo o apoio que tens cá fora”. Então, fingimos que tínhamos ido mais além do que realmente acontecera. Na chamada seguinte, disse-lhe “Que pena que este agente da polícia não nos ajudou, mas há muitos outros agentes que o podem fazer, a quem eu e a sua advogada ligaremos. Por isso não se preocupe.” Na vez seguinte que nos vimos, ela disse-me: “Eles têm tido muito mais cuidado desde que começámos a falar daquela forma”. Mais tarde, o marido acabou por sair do apartamento, por um lado, porque a advogada nos ensinou como consegui-lo, por outro, porque ele e a sua família perceberam que ela estava agora bem informada acerca dos seus direitos. Por fim, ela obteve o divórcio. O seu sogro foi vê-la e disse-lhe “Ganhaste, tiveste o divórcio e ficas com o apartamento. Nunca mais verás o meu filho outra vez”.

Pouco tempo após este sucesso, uma amiga daquela mulher, que estava na mesma situação, recorreu a meios judiciais contra o ex-marido e também recuperou o seu apartamento. Estava entusiasmada e, pela primeira vez, senti-me encorajada! Até mesmo na sociedade russa, onde existiam poucos precedentes legais, uma mulher podia lutar pelos seus direitos e vencer. Todavia, estas histórias são apenas uma pequena parte das milhares que continuamos a ouvir dia após dia. Infelizmente, a maioria das mulheres que nos contactam desconhecem os seus direitos, nem sabem que não têm de aceitar o inaceitável.

Também houve alguns momentos maus durante esta caminhada. Uma vez, atendi o telefone e a voz de um homem perguntou: “Que número é este?” Tive cuidado, pois não era comum receber chamadas de homens naquela linha de apoio. Respondi perguntando “Bom, para que número ligou?” E ele disse “Encontrei este número de telefone em apontamentos da minha mulher e estou só a verificar do que se trata”. Ao início, ele tentou ser calmo e educado, dizendo “Só desejo saber de que número se trata”. Disse-lhe “Se não confia na sua mulher, o problema é seu. Não vou dizer-lhe que número é este e não lhe vou perguntar o seu nome. Se me disser quem é o senhor, talvez possamos falar”. Nessa altura, ele tornou-se realmente agressivo, usando palavras abusivas: “Eu sei quem a senhora é. Sei o seu nome. Sei onde se encontra. Sei onde vive. Vou ter consigo, levo alguns amigos e vou matá-la”. O meu marido estava comigo naquele momento e percebeu que eu estava muito assustada, apesar de ter dito ao telefone “não tenho medo de si”, desligando em seguida. Até hoje não sei quem era aquela pessoa. Ele nunca me procurou. Numa outra ocasião, recebi uma chamada durante a noite e um homem disse “se não parares o que estás a fazer, é melhor teres cuidado com o teu filho”. Isto deixou-me extremamente assustada. Levei o meu filho para a casa dos meus pais, durante uns meses. Foi difícil fazer isso, enquanto mãe.

As estimativas sobre a violência doméstica na Rússia diferem. Alguns estudos dizem que tal já ocorreu em 30 a 40% das famílias. Em 1995, após a Conferência sobre as Mulheres, em Pequim, as primeiras estatísticas fidedignas na Rússia indicavam que morriam 14500 mulheres por ano às mãos dos seus maridos. A polícia não tem dados seguros, mas as agências governamentais estimam que, na atualidade, cerca de 12000 mulheres morrem anualmente na Rússia, fruto de violência doméstica. As verdadeiras dimensões deste problema só agora começam finalmente a vir ao de cima.

De acordo com a lei russa, porém, apenas podem ser

considerados crimes os casos de violência doméstica que resultem na morte da vítima ou em lesões que a impeçam de trabalhar durante pelo menos dois anos. Não existem outras leis sobre este assunto, apesar de anos de esforços para que o parlamento o faça. Em todo o caso, através do meu trabalho e do recente movimento feminista na Rússia, conseguimos alargar a definição funcional de violência doméstica, de modo a incluir violação conjugal, violência sexual no casamento ou na relação amorosa, violência psicológica, confinamento forçado ou violência através de controlo económico. Esta última configura, provavelmente, uma das mais insidiosas e ocultas formas de violência doméstica, pois as mulheres representam 60% da população desempregada, e o seu salário corresponde a cerca de 60% do salário que um homem recebe pelo mesmo trabalho.

Uma amiga começou a trabalhar comigo em Janeiro de 1994. No Verão desse ano, conseguimos ter o primeiro grupo de mulheres treinadas para operar como conselheiras na nossa linha de apoio. Em 1995, desloquei-me a outras cidades na Rússia para fazer sessões de formação junto de grupos de mulheres, então em emergência, e que desejavam iniciar linhas de apoio telefónicas ou centros de acolhimento. Em seguida, começámos a desenvolver programas de oferta de apoio psicológico e legal a vítimas de violência doméstica.

Em 1997, iniciámos um programa para treinar advogados a lidar com casos de violência doméstica. De acordo com a lei russa, se o abuso tiver sido provocado, isso pode ser usado pela Defesa para reduzir a pena. Esta é talvez uma das formas mais cruéis de abuso psicológico, pois tudo decorre no tribunal diante da vítima. Tudo é feito para que ela pareça ser responsável. A vítima é culpada abertamente pelo agressor. Infelizmente, ainda há muitos juízes que aceitam a ideia de que a vítima foi, de

alguma forma, responsável pelo sucedido, permitindo que o ofensor seja desresponsabilizado pelas suas ações. Quando isso sucede, a vítima recebe um derradeiro golpe traumático.

Existem atualmente mais de quarenta centros de acolhimento para mulheres por toda a Rússia. Recentemente criámos a Associação Russa de Centros de Acolhimento para Mulheres, registada junto do governo russo e por este reconhecida oficialmente. Tenho a honra de ter sido eleita presidente desta Associação.

Os meus pais têm dado um apoio incrível ao meu trabalho. O meu pai, um oficial militar reformado, disse-me uma vez: “no período soviético terias sido uma dissidente, não é?” Respondi-lhe: “Provavelmente, porque os soviéticos mantiveram o mito de que a violência doméstica não poderia existir, pelo menos oficialmente”. Durante essa época, a atitude geral para com as mulheres maltratadas era considerar que elas tinham fracassado como mulheres e esposas. Na nossa sociedade, a sua responsabilidade era criar uma boa atmosfera familiar, era a ela que cabia manter esse ideal. É por esse motivo que várias mulheres procuraram a minha ajuda após vinte e seis anos de maus tratos. Eu fui a primeira pessoa com quem elas podiam falar abertamente e fazer confidências sobre algo que esconderam dentro delas ao longo da vida. Em certa medida, isto ainda continua a acontecer hoje em dia.

Não sou uma pessoa extraordinária. Qualquer mulher na minha posição teria feito o mesmo. Contudo, sinto que fui afortunada por ter estado presente no início de algo novo, de um grande desenvolvimento na Rússia, uma nova atitude. Agora todos falam sobre a violência doméstica. E muitas pessoas decidiram lutar contra ela.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- **Artigo 3.º** direito à vida, liberdade e segurança pessoal
- **Artigo 5.º** proibição de tortura e tratamentos cruéis

TEMPO NECESSÁRIO

80 minutos

CONSELHOS AOS PROFESSORES

A violência doméstica é um tema difícil de tratar, pois envolve ações insidiosas e um sentimento de vergonha para a vítima e as pessoas que lhe são próximas. Ao preparar esta lição, alerte os conselheiros e psicólogos escolares e procure apoio junto de organizações que protejam indivíduos afetados pela violência doméstica. É também importante explicar em que consiste exatamente a violência doméstica: todo o género de ações exercidas por uma pessoa numa relação para controlar o seu parceiro. As pessoas podem ser casadas ou não, heterossexuais, homossexuais, lésbicas, viver em conjunto ou separadamente, ter uma relação séria ou não.

QUE COMPORTAMENTOS PODEM SER CONSIDERADOS COMO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?

A violência doméstica existe quando uma das pessoas envolvidas numa relação:

- insulta ou humilha intencionalmente o seu parceiro.
- controla as ações do seu parceiro, nomeadamente com quem ele se encontra ou fala, ou onde se desloca.
- acusa o seu parceiro de falhar nos deveres parentais, ameaça retirar-lhe ou magoar os seus filhos.
- impede o parceiro de se encontrar com amigos, família ou outras pessoas próximas.
- ataca o parceiro fisicamente.
- controla e/ou retira os bens ou dinheiro do seu parceiro.
- intimida o seu parceiro com armas.
- destrói os bens do seu parceiro ou ameaça matar os seus animais de estimação.
- assusta o seu parceiro intencionalmente.
- faz ameaças físicas ao seu parceiro.
- impede o seu parceiro de frequentar o trabalho ou a escola.

QUESTÕES-CHAVE

- O que significa “estar seguro”?
- Onde espera uma pessoa “sentir-se segura”?
- Por que usaram os autores da Declaração Universal dos Direitos Humanos a expressão “segurança pessoal”?
- Qual é a definição de “violência doméstica”?
- Por que existe a violência doméstica e onde ocorre?

OBJETIVOS

- Após esta lição, os alunos devem ter competência para: examinar e analisar os factos e os números estatísticos relacionados com violência doméstica; definir e compreender o significado da expressão “violência de género”.

VOCABULÁRIO

- **Violência baseada no género**
- **Segurança pessoal**
- **Violência doméstica**
- **Prevenção**
- **Relação**
- **Dissidente**

CONCEITOS

- **Empatia**
- **Identidade**
- **Justiça**
- **Poder**
- **Tomada de decisão**
- **Valores civis**
- **Direitos humanos**

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- Acesso à internet

MATERIAIS

- Declaração Universal dos Direitos Humanos:
- <http://www.un.org/en/documents/udhr/index.shtml>
- Site sobre violência doméstica: <http://www.domesticviolence.org/>
- Factos e dados estatísticos sobre violência doméstica: <http://www.ncadv.org/learn/statistics>
- Entrevista a Marina Pisklakova no livro “Diz a Verdade ao Poder”: www.rfkhumanrights.org/

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- Peça aos alunos para ler o Artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Os alunos deverão também ler a definição de violência doméstica, bem como os factos e os dados estatísticos relativos a ela.
- Após esta leitura, os alunos deverão reler e interpretar o Artigo 3.º, baseando-se na sua compreensão do conceito de violência doméstica.
- Peça aos alunos para se dirigirem oralmente à turma, envolvendo-os numa discussão sobre esta matéria.

ATIVIDADE N.º 1

- Distribua à turma a entrevista a Marina Pisklakova, presente no livro “Diz a Verdade ao Poder” (ou também no site www.RFKHumanRights.org)
- Levante as seguintes questões aos alunos:
 - por que iniciou Marina Pisklakova a sua luta contra a violência doméstica na Rússia?
 - Que características são semelhantes aos vários casos de violência doméstica?
 - Qual é a definição de violência doméstica usada por Marina? O que é um dissidente?
 - Por que razão o pai de Marina lhe chamava dissidente? Descreva como Marina tem ajudado as mulheres russas.

ATIVIDADE N.º 2

- Procure identificar num mapa da região em que vive quais são os locais onde uma vítima de violência doméstica pode encontrar auxílio. Inclua serviços de prestação de saúde, autoridades policiais, organizações comunitárias não-lucrativas e locais afetos ao sistema judicial.
- Uma vez completada esta tarefa, agrupe os alunos aos pares e peça-lhes para conduzirem uma entrevista a uma das organizações identificadas.
- Os alunos devem preparar em conjunto as entrevistas, selecionando pelo menos dez questões a perguntar a cada uma das organizações. Um conjunto homogéneo de questões permitirá à turma elaborar um relatório acerca da capacidade de cada comunidade dar assistência às vítimas de violência doméstica.
- Finalizadas as entrevistas, os alunos devem trabalhar em grupos de quatro pessoas, de modo a analisar as respostas e redigirem um documento comum.
- Após a constituição dos grupos e feita a análise das respostas, reúna todos os alunos para redigirem um documento único, que sublinhe as diferentes formas como cada organização cumpre a sua missão na assistência às vítimas de violência doméstica.
- Os alunos podem partilhar este documento com as organizações entrevistadas.
- Em função desta atividade, os alunos podem desenvolver um plano de ação para alterarem algum aspeto menos eficiente na rede de apoio da comunidade às vítimas de violência doméstica, ou efetuarem um elogio público à sua cidade ou região pelo bom trabalho realizado neste domínio.

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convénios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP): Artigo 3 (direitos iguais para homens e mulheres), Artigo 6 (direito à vida; proibição de atentar arbitrariamente contra a vida de uma pessoa), Artigo 7 (proibição de tortura e tratamento desumano ou degradante).
- Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC).
- Pacto contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.
- Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

- Organize um Dia da Segurança Pessoal. Inclua no programa discursos de oradores pertencentes às organizações mencionadas nos exercícios previamente elaborados. Crie um curso de auto-defesa, orientado por especialistas.
- Convide um orador para falar sobre o problema da violência nas relações, “bullying” ou perseguições no mundo virtual. Promova a discussão sobre o que fazer caso alguém que conheça seja uma vítima ou um agressor.
- Organize um espaço na sua comunidade onde forneça informação sobre violência doméstica, refira as organizações que lidam com ela e esclareça a forma de cidadãos comuns lutarem contra este problema.
- Promova a assinatura de uma petição em defesa das leis nacionais e internacionais que protegem as mulheres e que visam pôr fim à violência doméstica.
- Investigue se a cidade que habita considera a violência doméstica um abuso contra um direito civil. Caso não o faça, reflita sobre o que pode ser feito para alterar a situação.

Todos podem tornar-se defensores dos direitos humanos, independentemente deste assunto poder ser discutido apenas num dia ou durante todo o ano escolar. Eis alguns exemplos do que pode ser feito para apoiar os alunos no seu esforço para se tornarem defensores dos direitos humanos:

CONSELHOS AOS PROFESSORES

- Desenvolva uma estratégia e identifique o problema a ser abordado.
- Investigue o problema; que soluções foram tentadas para o resolver? (algumas delas terão sido provavelmente discutidas nas aulas)
- Que mudanças são necessárias?
- Defina que passos são urgentes para fundamentar um plano de ação. Identifique a audiência principal a quem dirigir a sua mensagem – quem são as pessoas que podem ter um impacto na mudança?
- Como pode um grupo envolver outras pessoas na sua luta?
- Como pode ser medido o impacto dos esforços de cada grupo?

1 DIA DISPONÍVEL. Selecione uma ação simples e focada, tal como escrever uma carta aberta ou organizar um dia de informação geral na escola.

1 SEMANA disponível. Foque-se num evento ou programa semanal que comece com um alerta global e culmine com um plano de ação.

EXEMPLO

organize uma “semana para a mudança”. Durante essa semana, comece por prestar informação básica sobre o assunto em causa aos grupos prioritários anteriormente definidos; posteriormente, forneça-lhes instrumentos e possibilidades de uma ação concreta.

1 SEMESTRE disponível. Construa um programa que integre a turma num projeto abrangente e com vários níveis de complexidade. Coloque a hipótese de elaborar um projeto educativo sobre direitos humanos com impacto social.

RECURSOS ADICIONAIS

World Health Organization (Organização Mundial de Saúde)

www.who.int

A Organização Mundial de Saúde publica relatórios periódicos sobre discriminação de género e violência doméstica. Este site é uma fonte para estatísticas e outras informações sobre saúde e desenvolvimento.

UN Women

www.unwomen.org/en

O site da ONU Mulheres tem informação sobre igualdade de género e emancipação feminina a nível internacional.

United Nations Population Fund

<http://www.unfpa.org/public/>

O Fundo de População da ONU é uma agência de desenvolvimento internacional que promove o direito de cada indivíduo à saúde e à igualdade de oportunidades. Utiliza dados populacionais e demográficos para desenvolver políticas e programas que reduzam a pobreza e promovam a saúde e o bem-estar geral.

National Coalition Against Domestic Violence

<http://www.ncadv.org/>

A Coligação Nacional contra a Violência Doméstica é uma organização sem fins lucrativos sediada nos EUA, que combate a violência contra as mulheres e as crianças a nível local, lutando em particular contra condições económicas e sociais que potenciam este género de violência.

Relatório da UNICEF sobre violência doméstica

<http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/digest6e.pdf>

Este Relatório da UNICEF aborda a violência doméstica sobre várias perspetivas. Através de estatísticas, dá conta da atual extensão e magnitude do problema, examinando ao mesmo tempo as suas causas e consequências. O Relatório da UNICEF também se refere às obrigações legais dos Estados nesta matéria, sugerindo ainda estratégias e intervenções para combater a violência doméstica.

National Domestic Violence Hotline (Linha de Apoio Nacional à Violência Doméstica)

www.thehotline.org

O site da Linha de Apoio Nacional à Violência Doméstica alerta o público em geral para o problema da violência doméstica e oferece serviços de apoio às vítimas e às suas famílias.

“O FUTURO NÃO PERTENCE ÀQUELES QUE ESTÃO SATISFEITOS COM O QUE EXISTE HOJE, OU QUE VIVEM APÁTICOS EM RELAÇÃO A PROBLEMAS COMUNS OU ÀS OUTRAS PESSOAS, TÍMIDOS E RECEOSOS FACE A PROJETOS ARROJADOS OU NOVAS IDEIAS. AO INVÉS, O FUTURO PERTENCERÁ AOS QUE FOREM CAPAZES DE JUNTAR PAIXÃO, RAZÃO E CORAGEM NUM COMPROMISSO PESSOAL PARA COM AS GRANDES INICIATIVAS E IDEAIS DA SOCIEDADE NORTE-AMERICANA.”

“DEUS NÃO DIZ «APANHEI-TE!», MAS SIM «LEVANTA-TE». DEUS AGITA-NOS E DEUS INCITA-NOS: “TENTA OUTRA VEZ”

Os esforços do Arcebispo Desmond Tutu contra os preconceitos e a violência do sistema de apartheid da África do Sul valeram-lhe o Prémio Nobel da Paz em 1984. Nascido em 1931 em Klerksdorf, obteve a sua Licenciatura na Universidade da África do Sul em 1954 e tornou-se pastor em 1960. Estudou e ensinou na Inglaterra e na África do Sul; em 1975, foi nomeado Decano da Catedral de Santa Maria, em Joanesburgo, o primeiro negro sul-africano a ocupar essa posição. Em 1978, tornou-se o primeiro secretário-geral negro do Concelho de Igrejas Sul-Africano. Um crítico aberto da perversidade do apartheid, foi criticado e perseguido por amigos e inimigos, pela imprensa e por políticos. No entanto, movido por um extraordinário patriotismo e compromisso para com a humanidade, alimentado pela sua visão e, em última instância, pela sua fé, Desmond Tutu manteve a sua perseverança intacta.

Após a realização das primeiras eleições democráticas (e sem discriminação racial), em 1994, que finalmente pôs termo a oitenta anos de domínio da minoria branca no país, o novo parlamento eleito criou a Comissão para a Verdade e Reconciliação, designando Tutu como seu presidente, com a tarefa de liderar o país numa confrontação angustiante e inabalável com o seu passado. A sua fé num Deus Todo-Poderoso traduz-se na crença do princípio bíblico de que “o verbo se fez carne”; que a batalha pelo triunfo do Bem será ganha ou perdida, não apenas com orações, para através de ações que confrontem o mal existente na Terra.

Atualmente, o Arcebispo Tutu preside a um grupo de líderes mundiais proeminentes chamado “Os Anciãos”, que se valem da sua integridade e estatuto moral para lidar com alguns dos mais prementes assuntos globais. Outros membros desse grupo incluem Kofi Annan, Mary Robinson, Aung San Suu Kyi e Muhammad Yunus.



Archbishop Desmond Tutu. © 2000 Eddie Adams

ENTREVISTA RETIRADA DO LIVRO “DIZER A VERDADE AO PODER”, DE KERRY KENNEDY, 2000

Na África do Sul, existe uma elevada taxa de desemprego que ajuda a propagar o crime violento. Estes dois males alimentam-se mutuamente porque a existência de criminalidade tende a deixar os investidores estrangeiros nervosos. Deste modo, não há investidores suficientes para produzirem um impacto significativo na economia, impedindo que terríveis legados do apartheid (as deficiências na habitação, educação e saúde) sejam verdadeiramente solucionados.

Se quisermos olhar para esta situação de forma alegórica, diríamos que um homem e uma mulher viveram num barracão até abril de 1994. Quatro anos depois, continuam a viver juntos num barracão. Há quem diga até que a democracia não trouxe nenhuma diferença nas suas existências materiais, embora ache que isso é demasiado superficial. Na verdade, há mudanças de vários tipos. Houve uma alteração significativa no sistema de governo, apesar das limitações de recursos. O milagre de 1994 continua vivo, apesar destes factores restritivos, que trazem instabilidade. Hoje são distribuídas refeições grátis nas escolas e existe educação pública livre no nível primário. Além disso, regista-se uma mudança muito importante, que algumas pessoas que não viveram sob repressão não compreendem bem – o que significa ser livre.

Eu sou livre. Como descrevo isso a alguém que sempre foi livre? Hoje posso caminhar na rua de cabeça levantada e ter um sentimento de orgulho porque a

minha dignidade, espezinhada durante tanto tempo, é agora respeitada. Tenho um presidente que muito respeito – e que é admirado por todo o mundo. Vivo num país cujos representantes não precisam mais de se esconder da comunidade internacional. Somos aceites globalmente, no desporto, noutras áreas. Portanto, algumas coisas mudaram de forma considerável, embora outras não tenham mudado.

Quando me tornei Arcebispo, em 1986, era considerada uma ofensa deslocar-me e viver em Bishops Court, a residência oficial do arcebispo anglicano da Cidade do Cabo. Agora vivemos numa zona que costumava ser dominada por brancos, mas ninguém vira a cabeça na nossa direção. É como se isto tivesse acontecido durante todas as nossas vidas. As escolas costumavam ter uma segregação racial rígida. Hoje em dia são mistas. Sim, os brancos tendem a frequentar escolas privadas. Mas as escolas públicas, que no passado tinham segregação, são agora abertas a todos. A população escolar reflete a demografia do nosso país.

No passado, defendi que o nosso país devia sofrer sanções internacionais por causa do apartheid. Em consequência, era odiado pela maioria da comunidade branca, a qual dizia que “as sanções irão prejudicar acima de tudo os negros”. Contudo, a prosperidade da África do Sul assentava sobretudo em mão-de-obra barata, fazendo uso de um sistema de trabalho migratório iníquo, que obrigava os negros a viver durante onze meses do ano em albergues temporários, exclusivos a um dos sexos. Até os membros da minha Igreja eram ambivalentes comigo. Por vezes, encontrava graffitis com frases como “Era um anglicano, até que juntei Tu-Tu”. Algumas tinham muita graça: “Deus ama Tutu. Os deuses devem estar loucos.” Se os olhares matassem, teria morrido muitas vezes. Quando entrava num avião em Joanesburgo, ou num comboio na Cidade do Cabo, os olhares que incidiam sobre mim eram petrificantes.

Recebi ameaças de morte – o que na verdade já esperava. Quando se escolhe participar numa luta, é natural que nos tornemos num alvo. Numa disputa há sempre baixas. Claro que não era simpático receber ameaças e outras coisas do género, mas faz parte do percurso.

Quando ameaçaram os meus filhos, então fiquei realmente aborrecido. Mexeu comigo. Compreendia que me fizessem ameaças, mas aqui estavam a ir longe demais, não revelavam um mínimo de decência. Percebiam que não era eu nem a minha mulher ao telefone, era apenas uma criança. Podiam desligar ou pedir para chamar um dos pais, mas não, preferiam ameaçar a criança. Uma dessas ameaças foi feita por um grupo chamado “Comando Branco”. Disseram-me que, ou deixava o país até uma certa data, ou acabavam comigo. Falei com a polícia, que lidou com o problema com sentido de humor. Um agente pediu-me: “Arcebispo, podia fazer-nos um favor e ficar na cama durante esse dia...”

Penso que a minha família sentiria que estava a ser desleal se me pressionasse para alterar a minha conduta. Certa vez, perguntei à minha mulher, Leah: “Desejas que eu pare com a minha luta?” Senti uma força revigorante, como nunca até então, quando ela respondeu: “Preferimos ser infelizes contigo em Robben Island (a ilha sul-africana onde eram encarcerados os prisioneiros políticos negros), do que ter-te por perto infeliz pensando que eras livre (no sentido em que desrespeitaria o que considerava ser um chamamento de Deus)”. Na verdade, se não tivesse seguido a minha luta, tudo saberia de forma amarga.

Seria como viver uma mentira e não há razão para viver dessa forma. Talvez pudesse ter assumido um lugar menos proeminente nesta luta. Mas Deus “agarrou-me pelo pescoço”, como se costuma dizer, à semelhança do que aconteceu com Jeremias, uma personagem muito interessante, a meu ver, uma vez que, segundo as Escrituras, protestou, dizendo: “Enganaste-me, meu Deus. Disseste-me que eu seria um profeta. Mas tudo o que me obrigaste a fazer foi professar palavras de ruína, condenação e crítica contra o povo que tanto amo. E todavia, se eu tentar não dizer tais palavras que desejas que eu diga, elas tornam-se como fogo no meu peito, cuja propagação não consigo evitar.”

É difícil acreditar que vivemos agora no mesmo país. Mas é para mim um grande prazer adaptar-me a estas diferenças, a ocorrências quase opostas ao passado. Na rua, as pessoas param para me cumprimentar e falar comigo. Quando se descobriu que eu tinha cancro, recebi cartões de saudação de todas as partes do mundo. Certa vez, uma mulher branca ofereceu-se para levar as minhas malas e a sua família levantou-se para que eu me pudesse sentar. É uma grande mudança, é como se estivéssemos num outro país.

Quando terminou o apartheid, sabíamos que as nossas opções eram limitadas. Não podíamos ter seguido o exemplo dos tribunais de Nuremberga, pois não havia uma ideia clara de quem tinham sido os vencedores e os derrotados. Uma hipótese teria sido conferir uma amnistia geral ou então afastar tudo e todos do Estado. Mas preferimos não seguir nenhuma destas opções. Não escolhemos o caminho da vingança, preferindo antes a amnistia caso-a-caso, dando espaço para que a verdade se manifestasse, através de apelos individuais ao perdão numa sessão pública, para que o mundo e aqueles diretamente envolvidos nos eventos soubessem o que se tinha passado. Sabíamos que o processo de transição é muito frágil e delicado. Desejávamos a estabilidade, mas ao mesmo tempo ela tinha de se alicerçar na verdade e num esclarecimento cabal dos factos tão rápido quanto possível.

Não devemos ter receio de confrontarmos as pessoas com o mal que praticaram. Perdoar não significa que nos transformemos num tapete ao qual as pessoas limpam o calçado sujo. O Nosso Senhor foi misericordioso. Mas Ele enfrentou os fariseus e aqueles que se comportavam de forma indigna, chamando-lhes “uma geração de víboras”. Perdoar não significa que tenhamos de fingir que as coisas não são como são.

Perdoar é o reconhecimento de que aconteceu algo de iníquo. Perdoar não significa passar um pano sobre o assunto, que é o que acontece quando se usa a expressão “O que passou, passou”. Porque não é verdade. As coisas más que sucederam no passado têm uma incrível capacidade para regressar e assombrar-nos. Perdoar significa que os autores desses males e as pessoas que sofreram por causa disso reconhecem que eles tiveram lugar. Existe aqui necessariamente um confronto. Por vezes, as pessoas pensam que é preferível não serem corrosivas. Mas, às vezes, é preciso levar as pessoas a reconhecerem que agiram de forma incorrecta. Quando o infrator diz “estou arrependido”, as suas vítimas estão então obrigadas, particularmente se forem cristãs, de o perdoar. E neste caso, o perdão significa então verdadeiramente criar a oportunidade de um novo começo.

É como estar num quarto escuro. Há um odor a humidade, as janelas estão fechadas, as cortinas corridas. Mas lá fora o sol

brilha e o ar é fresco. Perdoar significa abrir as cortinas e as janelas, deixar a luz e o ar entrar no quarto, permitir que uma pessoa recomece a sua vida. Uma das belezas do cristianismo é ser uma fé repleta de recomeços, que se repetem uma e outra vez. Deus não diz “apanhei-te!”, mas sim “levanta-te”. Deus agita-nos e Deus incita-nos: “Tenta outra vez”.

Há um tempo, fiz um sermão numa igreja chique, frequentada pela elite da comunidade branca Afrikaner, pertencente à Igreja Reformada Holandesa, tendo sido provavelmente a primeira pessoa negra a fazê-lo. Falei de algumas coisas que descobríamos na Comissão para a Verdade e Reconciliação. Por exemplo, que o governo anterior tinha um programa químico e biológico de propósitos não apenas defensivos, o qual envolvia a procura de um vírus que afetasse apenas a população negra. O governo pretendia envenenar Nelson Mandela, para que ele não sobrevivesse muito tempo após sair da prisão. Um dos pastores da igreja juntou-se a mim no púlpito, visivelmente abalado. Disse que tinha sido capelão militar durante trinta anos, sem nunca ter tido conhecimento de tais factos. Esperava que o pudessem perdoar. Dei-lhe um abraço. Outras pessoas não foram tão francas quanto este caso, mas em geral há muita gente a pedir desculpa. E a maioria das pessoas estão dispostas a perdoar.

Claro que há exemplos contrários, como a família de Steve Biko, que não está preparada para oferecer o seu perdão. Isto demonstra que estamos a lidar com algo difícil, custoso e complexo. Não é fácil concretizar a ideia de reconciliação. E esses casos lembram-nos disso mesmo.

No entanto, é verdadeiramente extraordinário o número de pessoas que sofreram gravemente no período do apartheid e, ainda assim, estão dispostos a perdoar – pessoas das quais esperaríamos estarem consumidas pela amargura e por um desejo de vingança. No contexto das atividades da Comissão, tivemos a oportunidade de considerar um massacre ocorrido aquando de uma manifestação organizada pelo Congresso Nacional Africano. Os soldados abriram fogo sobre a multidão e vinte pessoas foram mortas ou feridas. Fizemos uma audiência, muito concorrida, onde confrontámos algumas das autoridades presentes com as famílias que tinham perdido os seus entes queridos. Foram ouvidos quatro oficiais, um branco e três negros. Numa sala onde a tensão era palpável e o ar quase irrespirável, o oficial branco disse: “Demos ordem aos soldados para disparar”. Em seguida, voltou-se para a audiência geral e afirmou: “Por favor, perdoem-nos. E permitam que os meus colegas sejam novamente integrados na comunidade.” A audiência, até aí enfurecida, irrompeu num aplauso ensurdecedor. Foi um momento incrível. Pedi então a palavra para dizer: “Procuremos manter o silêncio, pois estamos na presença de algo sagrado.”

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- **Artigo 6.º** direito ao reconhecimento de personalidade jurídica
- **Artigo 7.º** direito à igualdade perante a lei
- **Artigo 8.º** direito a recorrer a tribunais competentes

QUESTÕES-CHAVE

- Que abordagens são usadas para resolver conflitos?
- O que é necessário para ocorrer um processo de reconciliação?

TEMPO NECESSÁRIO

80 minutos

OBJETIVOS

Após esta lição, os alunos devem ter competências para:

- reconhecer o Arcebispo Desmond Tutu como defensor dos direitos humanos e vencedor do Prémio Nobel da Paz.
- distinguir diferentes abordagens na procura pela justiça e resolução de conflitos.
- defender soluções pacíficas para resolver conflitos.

VOCABULÁRIO

- Reconciliação
- Apartheid
- Afrikaner
- Patriotismo
- Justiça reparadora
- Repressão
- Pós-conflito
- Vingança
- Genocídio
- Amnistia
- Congresso Nacional Africano

CONCEITOS

- Justiça
- Direitos humanos
- Responsabilidade individual

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- Acesso à internet

CONSELHOS AOS PROFESSORES

Deve ser proporcionada aos alunos uma introdução a um caso de conflito interno, político ou étnico. É também importante que os alunos tenham um conhecimento acerca da história mundial pós-Segunda Guerra Mundial e algumas noções básicas de relações internacionais.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- Entrevista a Desmond Tutu no livro “Diz a Verdade ao Poder” (também disponível no site www.rfkhumanrights.org)
- Desmond Tutu: “Hope in Troubled Times” (“Esperança em Tempos Conturbados”): <http://www.YouTube.com/watch?v=ILCdwJj37iw>
- Desmond Tutu: “Truth and Reconciliation” (“Verdade e Reconciliação”): <http://blogs.nysut.org/sttp/2010/11/06/video-desmond-tutu/>

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- Peça aos alunos para lerem a entrevista do Arcebispo Tutu a “Diz a Verdade ao Poder” e assistirem ao vídeo “Desmond Tutu: Truth and Reconciliation (Verdade e Reconciliação)”:
 - <http://blogs.nysut.org/stp/defenders/desmond-tutu/>
 - <http://blogs.nysut.org/stp/2010/11/06/video-desmond-tutu/>
- Durante estas leituras e visionamentos, os alunos ganharão uma maior compreensão sobre formas de resolver conflitos. Conduza uma discussão baseada nas seguintes questões:
 - (sobre a entrevista): como é o “perdão” definido pelo Arcebispo Tutu? Que exemplos de perdão são por ele dados?
 - (sobre o vídeo) Que três formas de lidar com a reconciliação pós-conflito são oferecidas como exemplos? Qual a interpretação que os alunos fazem de cada um deles? O que pretendia o Arcebispo dizer com a frase “O passado recusa-se a repousar tranquilamente”, referindo-se ao período de reconciliação que se seguiu ao fim do apartheid?

ATIVIDADE N.º 1

(atividade carrossel)

- escreva as seguintes palavras em “post-its”: punição, vingança, reconciliação e retribuição. Cole-os nas paredes das salas.
- Peça aos alunos para escreverem o que lhes ocorre de imediato sobre cada uma destas palavras.
- Divida os alunos em quatro grupos e distribua uma palavra por cada grupo. Promova uma discussão entre cada grupo e, posteriormente, uma apresentação aos demais do que dela resultou.
- Reúna a turma coletivamente. Discutam as respostas e decidam que abordagem poderá trazer a melhor solução para cada uma das situações.

ATIVIDADE N.º 2

Distribua pelos alunos as seguintes frases e promova uma discussão sobre o seu significado:

- “Até que possamos perdoar, nunca seremos livres” (Nelson Mandela, ativista contra o apartheid, antigo Presidente da África do Sul)
- “Se desejas fazer as pazes com o teu inimigo, tens de trabalhar com ele. Ele torna-se então teu parceiro” (Nelson Mandela)
- “A reconciliação implica compreender os dois lados; falar com uma das partes e descrever o sofrimento que incorre sobre a outra parte; e, em seguida, falar com a outra parte e sofrer tal como sofre a parte com quem se falou anteriormente” (Thich Nhat Hanh, monge e ativista vietnamita)
- Divida os alunos em dois grupos para um debate. Permita que os alunos tenham tempo para discutir as suas estratégias para o debate e escrevam alguns pontos de discussão.
- Um dos grupos deve defender que a reconciliação é necessária. Outro grupo deve posicionar-se contra a reconciliação.
- Após o debate, promova uma discussão sobre o facto de não ser necessário que os dois lados do debate se excluam mutuamente.
- Sublinhe que a reconciliação exige justiça.
- Use a seguinte frase:
 - “A reconciliação deve ser acompanhada pela justiça, caso contrário não será duradoura. Todos desejamos a paz, mas ela não pode ser obtida a qualquer custo. A paz deve basear-se em princípios, na ideia de justiça” (Corazón Aquino, antiga Presidente das Filipinas, primeira mulher presidente na Ásia).
- Destaque a existência de problemas persistentes em certos países ou relativamente a diversos grupos que ainda não se reconciliaram face a conflitos no passado.
- Questione os alunos sobre casos de países nos quais ocorreram processos de reconciliação (bem ou mal sucedidos).
- Peça aos alunos para escolherem uma região ou um país dividido (por motivos políticos, sociais, étnicos, etc.). Os alunos devem escrever um parágrafo em que, tomando a perspectiva de cada um dos lados do conflito, pedem perdão ao outro lado.

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convénios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL:

- **Artigo 3º** (prevenção, proibição e erradicação de apartheid e segregação racial)
- **Artigo 5º** (eliminação da discriminação racial)
- **Artigo 6º** (proteção e recursos judiciais contra a discriminação racial).

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP).

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC).

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

- Veja o vídeo “Desmond Tutu: Hope in Troubled Times (‘Esperança em Tempos Conturbados’): <https://www.youtube.com/watch?v=ILCdwJj37iw>. O Arcebispo é conhecido pelo seu papel nas Audiências para a Verdade e Reconciliação na África do Sul, mas acredita firmemente que toda e qualquer pessoa pode fazer a diferença com a sua ação individual.
- Inicie um programa de mediação por pares na sua escola. Caso já exista um, inscreva-se e colabore com o programa.
- Elabore posters ou brochuras para distribuição na escola, centros comunitários, grupo religioso ou associação civil. Esses materiais devem referir-se a um conflito global específico e aos esforços para reconciliar as diferenças entre as partes envolvidas. Tenha em atenção a forma como estes grupos locais podem colaborar com organizações globais.
- Escreva uma peça de teatro sobre um conflito global, onde decorrem negociações para reconciliar as partes antagónicas. Use a informação recolhida da entrevista e dos vídeos com o Arcebispo Tutu, bem como doutrinas das ciências sociais, para redigir um argumento convincente sobre a necessidade de reconciliação.

RECURSOS ADICIONAIS

Conflict Transformation and Reconciliation in Rwanda (Transformação de Conflito e Reconciliação no Ruanda)

<http://www.peacemakers.ca/research/Africa/RwandaPeaceLinks.html>

Este site elenca uma série de organizações que trabalham na promoção da paz no Ruanda e na reconstrução do país. A lista é composta por organizações governamentais, mas também oriundas da sociedade civil, sendo editada maioritariamente pelos próprios leitores.

Race and Reconciliation (Raça e Reconciliação)

<http://www.mott.org/ourissues/Race%20and%20Reconciliation.aspx>

A Fundação Charles Stewart Mott financia organizações que operam na África do Sul e nos Balcãs, com o objetivo de superar os problemas criados por décadas de violência étnica e conflitos raciais.

The Fellowship of Reconciliation (A Irmandade da Reconciliação)

<http://forusa.org/>

A Irmandade da Reconciliação, que tem uma história de quase cem anos na luta pela paz, justiça e não-violência, sublinha o poder da compaixão exercida por indivíduos em todo o mundo, no seu esforço para obter e promover a reconciliação.

EurasiaNet.org

<http://www.eurasianet.org/>

O site EurasiaNet.org fornece informação e análise sobre o desenvolvimento político, económico, ambiental e social em países da Ásia Central e do Cáucaso, e ainda na Rússia, Turquia e no Sudoeste Asiático.

The International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA) (Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral)

<http://www.idea.int/conflict/sr/>

O Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (designado em inglês como International IDEA) tem como prioridade o reforço das instituições e dos processos democráticos, de modo a criar uma democracia mais sustentável, eficaz e legítima.

“O FUTURO NÃO É UMA DÁDIVA, É UMA
CONQUISTA. TODAS AS GERAÇÕES CONTRIBUEM
NA CONSTRUÇÃO DO SEU PRÓPRIO FUTURO.
ESTE É O DESAFIO ESSENCIAL DO PRESENTE.”

ROBERT F. KENNEDY

ANÔNIMO

“NÓS ESTAMOS A AJUDAR AS PESSOAS. MAS O GOVERNO NÃO QUER QUE ISTO ACONTEÇA, POIS BENEFICIA DO DESCONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE AS LEIS; AS PESSOAS NÃO REIVINDICAM DIREITOS CUJA EXISTÊNCIA DESCONHECEM. ESTA É UMA DAS RAZÕES PELAS QUAIS NÃO POSSO REVELAR O MEU NOME.”

Em 2000, a Freedom House, uma organização sediada em Washington, D.C., descreveu o estado de repressão no Sudão como de tal forma terrível e perigoso para os direitos humanos, que foi o único lugar no mundo onde nos foi pedido que mantivéssemos oculta a identidade do nosso entrevistado. Segundo a organização, “o governo do Sudão e os seus agentes bombardearam, incendiaram e destruíram aldeias e cidades no sul do país, escravizaram milhares de mulheres e crianças, raptaram jovens cristãos e enviaram-nos para a frente de batalha, forçaram o exílio de milhares de pessoas e criaram campos de concentração a que chamaram «aldeias pacíficas». Impediram o fornecimento de comida a populações esfomeadas e aprisionaram milhares de cristãos, incluindo membros do clero, sujeitando-os a torturas, execuções e até crucificações devido à sua fé”.

O Sudão obteve a sua independência da Grã-Bretanha em 1956. Trinta anos depois, os extremistas islâmicos sediados em Cartum apoderaram-se do governo democraticamente eleito e lançaram uma guerra santa contra os seus próprios conterrâneos cristãos, no sul do país. Esta guerra levou à morte de 1,9 milhões de pessoas e ao desalojamento de cerca de 5 milhões. O reino de terror estendeu-se para além da comunidade cristã, chegando a todas as pessoas, animistas ou muçulmanas, suspeitas de se oporem ou resistirem à conduta arbitrária do governo. Lutando contra todas as expectativas, e sob ameaça de tortura e até morte, o defensor dos direitos humanos a que chamamos “Anónimo” espalhou uma mensagem de liberdade pelo país, oferecendo aos seus compatriotas uma imagem e um caminho para um futuro melhor.

A guerra civil entre o Norte e o Sul do Sudão terminou oficialmente em 2005, com a assinatura de um tratado de paz. Ao mesmo tempo, decorria uma outra guerra feroz entre o governo e fações rebeldes no Darfur, a província mais a Oeste do Sudão. Em 2011, a República do Sudão do Sul tornou-se um país independente.



Anonymus, ©2000 Eddie Adams

ENTREVISTA RETIRADA DO LIVRO “DIZER A VERDADE AO PODER”, DE KERRY KENNEDY, 2000

Após perder o meu emprego, em 1989, juntamente com milhares de outras pessoas, envolvi-me na defesa dos direitos humanos, devido à situação política do Sudão. O governo pretendia marginalizar todos aqueles que não eram aliados da agenda oficial das autoridades. Senti que aqueles, como eu, que tinham beneficiado de uma educação e de condições de vida razoáveis deviam ajudar os mais necessitados, nomeadamente pessoas que tinham perdido os seus direitos básicos e sofriam prisões e abusos de forma continuada. Com ajuda de outras pessoas, conseguimos alargar as nossas actividades a áreas com muitos refugiados e a regiões mais remotas do país.

Começámos por alertar a população para os efeitos negativos da política governamental de organização de casamentos em massa, que era um ponto crucial da sua agenda. O objetivo era encorajar o casamento e promover a imagem do “bom muçulmano”, desincentivar a promiscuidade e a dissidência sexual. O governo organizava bodas e pedia às pessoas para registar os seus nomes. Numa ocasião, juntaram quinhentos casais, pagando-lhes 1500 libras sudanesas e oferecendo-lhes terras, em certos casos. Aproveitando o estado débil da economia, promovia-se a participação das pessoas nestes casamentos. Os pais acabavam por aceitar a ideia de que a sua filha casaria com alguém que já estivera casado três ou quatro vezes, desde que isso significasse que já não tinham mais responsabilidade sobre ela.

Porém, uma vez firmado o casamento, e assim que os maridos recolhiam o dinheiro e as terras oferecidas pelo governo, logo abandonavam estas jovens raparigas, deixando-as muitas vezes grávidas e sozinhas. Apesar dos seus protestos nos tribunais, os apelos para que os pais suportem certas despesas de apoio raramente são atendidos.

Em sentido contrário, de acordo com as agências noticiosas, nos últimos três anos, os tribunais sudaneses divorciaram 25000 casais, por “ausência do marido”. Nestes casos, a lei concede ao arguido um mês para comparecer no tribunal, após notificação publicada no jornal. Se ele não comparecer, o tribunal concede o divórcio automaticamente, por “ausência do cônjuge”.

Procuramos denunciar violações dos direitos humanos como estes, consciencializar as mulheres para este problema e criar grupos de mobilização contra estas leis. Também realizamos formações para jovens e organizámos uma rede de advogados que possa dar apoio legal ao número crescente de refugiados e comunidades desalojadas.

Em muitas regiões do Sudão, a grande maioria das famílias são dirigidas pelas mulheres. Os maridos são habitualmente soldados ou estão desempregados, por isso as mulheres são forçadas a trabalhar. A forma mais fácil de obter dinheiro é tornarem-se vendedoras de rua – comercializando chá ou preparando bebidas alcoólicas locais, uma prática tradicionalmente realizada pelas mulheres no sul e oeste do país. Porém, estas mulheres não sabem que estão a trabalhar de forma ilegal. Quando apanhadas pela polícia, podem perder as suas casas, ver os seus bens confiscados, receber punições físicas ou multas avultadas. Uma das nossas tarefas é encontrar atividades laborais legais para estas mulheres e defendê-las nos tribunais. Através de um grande esforço coordenado com outras organizações, temos conseguido reunir dinheiro para pagar as multas, apesar de estas estarem constantemente a aumentar, pois são uma importante fonte de receita para o governo.

O nosso foco é ajudar as mulheres a conhecerem os seus direitos, como sudanesas e como seres humanos, independentemente da sua religião ou a que grupo étnico pertencem. O maior obstáculo é o facto de o governo não desejar que isto aconteça, pois beneficia do desconhecimento da população sobre as leis; as pessoas não reivindicam direitos cuja existência desconhecem. Esta é uma das razões pelas quais não posso revelar o meu nome. O governo persegue quem se envolve na defesa dos direitos humanos; sujeita essas pessoas a torturas em centros de detenção ocultos ou torna-os prisioneiros por tempo indeterminado. Ainda recentemente, um jornalista esteve preso dois meses por esse motivo – um período relativamente curto, quando comparado com outros casos. Mas ele foi torturado, ficou com os ossos dos joelhos partidos e os pés queimados. A polícia não o queria libertar por recear a reação da sua família, então esperaram que ele recuperasse parcialmente dos ferimentos. Há muitos fenómenos deste género.

São também frequentes os “desaparecimentos” ou as prisões arbitrárias. Nestes casos, as autoridades comunicam às famílias que essas pessoas morreram de “causas naturais”. Um célebre médico, o Doutor Ali Fald, preso em 1992, foi torturado e ficou com um abscesso cerebral, tendo morrido pouco depois. A sua certidão de óbito refere que faleceu devido a “malária cerebral”. A família não teve autorização para ver o cadáver e o funeral foi realizado por forças de segurança do governo. Este é só um exemplo entre muitos.

Devido à guerra, todos os jovens do nosso país, após realizarem os exames de admissão à universidade, são alistados no exército e enviados para a frente de batalha, apesar de receberem menos de um mês de treino. No ano passado, um

grupo de rapazes alistados à força escapou de um campo de treino em Cartum. Quando os guardas os encontraram, começaram a disparar. Eles fugiram para o rio, mas alguns não sabiam nadar. Mais de quinze morreram atingidos pelas balas. Este episódio tornou-se conhecido do público quando foram encontrados os corpos a flutuar ao longo do Nilo. Até então, o governo negou o incidente, afirmando que os rapazes tinham tentado escapar num barco, que posteriormente se afundou, levando à sua morte por afogamento. Não é verdade. Estes pobres miúdos foram mortos por tiros, quando tentavam fugir a nado ou encontrar refúgio no rio.

A melhor forma de pôr termo a estes abusos é informar as pessoas dos seus direitos. Nos últimos anos, foram criadas dezassete ONGs dedicadas à proteção dos direitos das mulheres. Têm-se formado cooperativas de mulheres e projetos de criação de emprego, aos quais têm aderido mulheres de todas as etnias e religiões. Estas atividades têm impacto também junto de mulheres sudanesas que já não estão no país. O que está a suceder parece transcender a afiliação política e, embora ocorra de forma lenta, é muito encorajador.

As mulheres enfrentam uma situação particularmente difícil no Sudão. Em primeiro lugar, o governo aprovou uma série de leis que restringem de forma fundamental os seus direitos. Qualquer mulher que deseje viajar tem de pedir um visto no Comité das Mulheres, no Ministério do Interior. Este comité exige que a mulher tenha o consentimento do marido e viaje na companhia de um homem. Por outro lado, um código de vestuário severo estipula que todas as mulheres usem roupas que cubram completamente a cabeça e o cabelo, bem como vestidos longos que tapem os tornozelos. As mulheres não podem ser promovidas a postos de chefia nos seus empregos. Há pouco tempo, duas mulheres tornaram-se comandantes na polícia, mas logo foi solicitada a sua demissão. O governo também alterou o direito da família para encorajar a poligamia e conceder maior liberdade aos homens, facilitando o divórcio, por exemplo. De acordo com os princípios islâmicos, as mulheres devem ter um acesso ao divórcio nas mesmas condições do que os homens. Porém, na prática, é extremamente difícil a uma mulher obter o divórcio, ao passo que os homens podem iniciar um processo sem quaisquer explicações.

De acordo com as novas leis, um homem pode invocar violação dos deveres maritais se a esposa não lhe obedecer. Nesse caso, ele pode também forçá-la a frequentar uma casa de correção. Se as mulheres pedirem o divórcio, os homens podem recusá-lo se invocarem que a mulher sai sem a sua permissão – isto é considerado uma justificação suficiente. O governo aprovou ainda uma série de leis sobre heranças que discriminam as mulheres. Se uma mulher estiver a falar com um homem, tem de provar que ele é seu irmão, marido ou tio. Se uma mulher andar na rua sem um véu, pode ser detida e vergastada pela polícia de defesa pública. As mesmas regras aplicam-se a mulheres grávidas, o que tem levado a vários abortos devido aos ferimentos. Nos autocarros, as mulheres são obrigadas a sentarem-se nas duas últimas filas. Estes novos códigos morais têm implicações terríveis para a sociedade. As mulheres têm uma vida muito difícil no Sudão.

O meu pai era médico e trabalhou em diferentes partes do Sudão. Adorava os seus pacientes. Numa região era conhecido como “abu fanous”, “o homem da lanterna”, porque examinava

os pacientes nas suas casas ou nas suas cabanas. A minha mãe trabalhou com vários grupos religiosos, de caridade, apoios médicos e defesa das mulheres. A nossa casa era muito agitada. Recebíamos pessoas que necessitavam de tratamento ou grávidas prestes a dar à luz. Os meus pais ensinaram-nos a amar o nosso povo, por mais simples ou pobres que fossem as pessoas. Sentíamos-nos ligadas a elas e os meus pais tinham um grande carinho pela nossa família e também por esta “família alargada”, de quem me sinto muito próxima ainda hoje. Este amor fez com que olhasse para o Sudão e todos os seus habitantes como a minha própria família. Sinto uma grande conexão com o meu país. E sempre senti que tinha de fazer algo pelo meu povo, tal como os meus pais. Esta atmosfera contribuiu muito para que viesse a realizar o trabalho que faço hoje em dia.

Por todo o país, o nível de pobreza é impressionante, especialmente entre os deslocados. Os mais jovens estão dispostos a deixar o país a qualquer custo, o que provoca uma imensa “fuga de cérebros”. Em algumas faculdades, 70% dos alunos são mulheres, pois os homens são forçados a ir para a guerra. Muitas mulheres casam com homens mais velhos ou estrangeiros, em parte porque não há homens jovens disponíveis ou então porque desejam fugir do país, mesmo que para isso tenham de casar com um estrangeiro que mal conhecem.

As pessoas são forçadas a manterem-se obedientes e silenciosas. Um homem que trabalha no banco contou-me que cada empregado é vigiado por dois outros. Não necessariamente agentes do governo, mas informadores pagos para esse efeito. Toda a gente sabe que o governo, aproveitando a situação de pobreza generalizada, paga às pessoas para se espiarem mutuamente. Os mais jovens são incentivados a vigiar as suas próprias famílias; os seus nomes

estão em folhas de pagamentos das forças de segurança. A comunidade internacional podia dar um grande auxílio se denunciasses estas violações dos direitos humanos. A CNN e a BBC podiam fazer reportagens sobre isto. Mais importante do que ajuda alimentar, é haver cobertura noticiosa destas matérias. Isso faria a diferença. Colocaria pressão sobre o governo, que é a causa desta deterioração dos direitos humanos.

Esta guerra levou à perda de um milhão e meio de vidas; e o conflito pode continuar. No sul, vive-se uma tragédia, mas também no oeste, no norte, em toda a parte. O país está a entrar em colapso: o sistema de saúde, a educação, tudo. Porém, o poder de última instância não está no governo, mas no povo. E, desde 1993, tenho observado o surgimento de uma nova atitude na sociedade civil. Os sudaneses, especialmente as mulheres, estão mais despertos para a necessidade de formar alianças, de procurar melhorar as suas vidas, de alterar a situação. Estes grupos podem ser fundamentais para trazer mudanças. Não creio que o governo altere o seu comportamento nos próximos cinco a dez anos. Mas através desta rede que desenvolvemos, e impulsionados pela confiança e a esperança de todos os ativistas dos direitos humanos, podemos gerar mudanças. Não sei se ainda serei testemunha destas mudanças, mas estou certo que demos início a algo e que isso produzirá um efeito.

Para mim, a coragem significa muitas coisas: compromisso, esperança. Significa pensar primeiro nos outros, acreditar fortemente nos direitos humanos, no poder do povo. E significa virar as costas ao poder dos governantes. A coragem irá trazer mudanças no Sudão.

DAR VOZ AOS QUE NÃO PODEM FALAR ANÔNIMO

TEMAS

LIBERDADE POLÍTICA, DIREITOS DAS MULHERES, ÁGUA E ALIMENTAÇÃO

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Artigo 1.º direito à igualdade
- Artigo 21.º direito a participar no governo e em eleições livres

QUESTÕES-CHAVE

- Como podem os alunos chamar a atenção para o problema das violações de direitos humanos no Sudão?
- Como podem os alunos tornarem-se defensores dos direitos humanos?

TEMPO NECESSÁRIO

Mínimo de 40 minutos, máximo de 120 minutos.

OBJETIVOS

Após esta lição, os alunos devem ter competência para:

- estabelecer uma ligação entre o estudo dos direitos humanos no passado e a luta do defensor “Anónimo”.
- conhecer a situação dramática dos direitos humanos no Sudão.
- compreender como cidadãos comuns e estudantes têm sido muito importantes na luta contra esses abusos.
- tornarem-se defensores dos direitos humanos.

VOCABULÁRIO

- Defensor de direitos humanos
- Anónimo
- Sudão
- Omar al-Bashir
- Genocídio

CONCEITOS

- Direitos humanos
- Cidadania global
- Justiça
- Governo
- Poder
- Responsabilidade individual

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- Projetor com LCD
- Computador com acesso à internet

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- Excertos do perfil de “Anónimo” em “Diz a Verdade ao Poder”: www.RFKHumanRights.Org
- History Channel’s America: The Story of Us – Harriet Tubman (Canal História América: A Nossa História – Harriet Tubman) <http://www.history.com/topics/blackhistory/harriet-tubman/videos/harriet-tubman-and-the-underground-railroad>
- Mapa do Sudão: http://www.nationsonline.org/maps/sudan_map.jpg
- Women in South Sudan (Mulheres no Sudão do Sul): <https://www.youtube.com/watch?v=Xtku-BWLaCA>
- The “Lost Boys” Refugees of Sudan (Os “Rapazes Perdidos” – Refugiados do Sudão): https://www.youtube.com/watch?v=JV2UoY_3iSY&list=PL4RkB9j5pO_47QGW4I3x-TEyHL9vB1tzo&index=5
- Acid Attacks on Sudanese Women (Ataques com Ácidos a Mulheres Sudanesas): <https://www.youtube.com/watch?v=flqyYAIR7Og>
- Sudanese Women Jailed for Wearing Pants (Mulheres Sudanesas Encarceradas na região do Darfur por usarem Calças): <https://www.youtube.com/watch?v=-bM4RmHw6z8>
- Genocide in the Darfur region of Sudan (Genocídio na região do Darfur no Sudão): https://www.youtube.com/watch?v=m8_o6mzsX0
- Esboço biográfico do Presidente al-Bashir: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/54890/Omar-Hassan-Ahmad-alBashir>

CONSELHOS AOS PROFESSORES

- Esta aula deve seguir-se a lições sobre uma das seguintes figuras históricas: Fredrick Douglass, Harriet Tubman, Mahatma Gandhi ou Nelson Mandela. O conhecimento de um contexto histórico vital sublinha ainda mais a importância do estudo de uma luta contemporânea pelos direitos humanos.
- Releve o facto de este defensor dos direitos humanos ter optado por ocultar a sua identidade para proteger a sua segurança. O facto de usar um capuz para tapar a sua cara impede até mesmo saber se se trata de um homem ou mulher.

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- Concluído o estudo de uma ou várias figuras históricas na luta pelos direitos humanos, apresente aos alunos o perfil de Harriet Tubman, tal como mostrado no vídeo do Canal História América (“A Nossa História”): <http://www.history.com/topics/black-history/harriet-tubman/videos/harriet-tubman-and-the-underground-railroad>

QUESTÕES-CHAVE

- Após apresentação do vídeo, discuta os seguintes tópicos: o que tornou Harriet Tubman tão importante? Como pode ela ser um exemplo para os dias de hoje? Em que área ou região poderia ela lutar pela liberdade humana no nosso tempo?

ATIVIDADE N.º 1

- Sugira aos alunos a hipótese de Tubman estar viva e a trabalhar no Sudão. Mostre aos alunos uma imagem de “Anónimo”, tal como incluído no programa curricular “Diz a Verdade ao Poder”. Inicie uma discussão perguntando aos alunos se este defensor dos direitos humanos pode ser considerado, de alguma forma, como uma “Harriet Tubman dos tempos modernos”.
- Mostre um mapa do Sudão: http://www.nationsonline.org/maps/sudan_map.jpg. Informe a turma onde este defensor dos direitos humanos vive e escreva sobre as suas lutas no país.
- Peça aos alunos para ler um excerto da entrevista a “Anónimo” em “Diz a Verdade ao Poder” (www.RFKHumanRights.Org)
- Mostre aos alunos uma foto de Omar al-Bashir, Presidente do Sudão: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-16010445>. Leia-lhes o seu perfil biográfico: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/54890/OmarHassan-Ahmad-al-Bashir>.
- Peça aos alunos para, usando o computador, assistirem a alguns dos vídeos recomendados por “Anónimo” sobre a situação dos direitos humanos no Sudão.

CONSELHOS AOS PROFESSORES

- Os vídeos recomendados são os seguintes: Women in South Sudan (“As Mulheres no Sudão do Sul”), The “Lost Boys” Refugees of Sudan (Os “Rapazes Perdidos” – Refugiados do Sudão), Acid Attacks on Sudanese Women (Ataques com Ácidos a Mulheres Sudanesas), Sudanese Women Jailed for Wearing Pants (Mulheres Sudanesas Encarceradas na região do Darfur por usarem Calças), Genocide in the Darfur region of Sudan (Genocídio na região do Darfur no Sudão).

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- Peça aos alunos para expressarem a sua reação aos vídeos. Introduza as seguintes questões complementares:
 - O que teria feito Harriet Tubman para enfrentar estas situações?
 - De que forma ajudar os problemas do Sudão é relevante para a causa da liberdade em todo o mundo?
 - Em que medida apresentar-se sob anonimato é importante para o defensor dos direitos humanos entrevistado?
 - Por que optam outros defensores por assumirem a sua identidade?
 - Alguma vez ajudaram alguém sem reclamar o mérito por essa ação? Se sim, como se sentiram?
 - Alguma vez ajudaram alguém que não vos agradeceu? Se sim, como se sentiram?
 - O que significa ser humilde?
 - Pode alguém apresentar-se de forma anónima e ainda assim “dizer a verdade ao poder”?
 - São a maioria dos defensores dos direitos humanos “anónimos”? Famosos? Algures a meio caminho entre ambos?
 - Celebridades como Mia Farrow, George Clooney, Don Cheadle, entre outros, tomaram posições firmes e conhecidas sobre a situação no Sudão. Em que medida a sua celebridade pode ser usada para ajudar esta causa?

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Pequeno trabalho de casa: os alunos podem escrever uma carta a “Anónimo”, descrevendo o que aprenderam sobre o Sudão.
- Para um projeto mais longo, os alunos podem escrever poemas, criar “posters”, brochuras ou sites na internet sobre o Sudão ou o trabalho de “Anónimo”.
- Organize uma sessão de angariação de fundos na escola: um “jantar de esparguete”, uma “lavagem de carros”, uma “coleta de trocos”, uma “batalha de bandas”. Anuncie que o dinheiro recolhido será usado para ajudar o povo do Sudão. Forneça informação aos participantes sobre a violação dos direitos humanos no Sudão.
- Crie uma página no Facebook sobre a importância de defender os direitos humanos no Darfur e no Sudão.
- Planeie uma ação de jejum, um “dia de silêncio”, uma “caminhada solidária” ou um evento semelhante, que desperte atenção pública para esta causa.
- Contacte as igrejas, mesquitas ou sinagogas locais e procure envolvê-las nesta luta. Sugira medidas concretas, em particular que criem laços de cooperação com as organizações descritas durante a lição.

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convênios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES

- **Artigo 5º** compromisso para modificar práticas sociais e culturais que causa preconceitos contra as mulheres
- **Artigo 15º** compromisso por parte do Estado em garantir a igualdade perante a lei entre homens e mulheres.

ACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP).

CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DE TODAS AS PESSOAS CONTRA DESAPARECIMENTOS FORÇADOS.

PACTO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES.

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

- Organize uma sessão de angariação de fundos na escola: um “jantar de esparguete”, uma “lavagem de carros”, uma “coleta de trocos”, uma “batalha de bandas”. Anuncie que o dinheiro recolhido será usado para ajudar o povo do Sudão. Forneça informação aos participantes sobre a violação dos direitos humanos no Sudão.
- Crie uma página no Facebook sobre a importância de defender os direitos humanos no Darfur e no Sudão.
- Planeie uma ação de jejum, um “dia de silêncio”, uma “caminhada solidária” ou um evento semelhante, que desperte atenção pública para esta causa.
- Contacte as igrejas, mesquitas ou sinagogas locais e procure envolvê-las nesta luta. Sugira medidas concretas, em particular que criem laços de cooperação com as organizações descritas durante a lição.
- O defensor “Anónimo” decidiu arriscar a sua vida para lutar pelos direitos humanos no Sudão. Os sites enumerados abaixo mostram como alunos oriundos dos mais variados contextos estão também empenhados em melhorar a situação daquele país.
- Como poderíamos colaborar com uma destas organizações?
 - Help Darfur Now
 - www.helpdarfurnow.org
 - Students for Sudan
 - <https://www.facebook.com/StudentsForStudentsSouthSudan>
 - Springville Students for Human Rights
 - www.springvillegi.org/webpages/humanrights/
 - Save Darfur
 - www.savedarfur.org
 - Stand Now
 - www.standnow.org
 - Darfur Dream Team
 - www.darfurdreamteam.org/

RECURSOS ADICIONAIS

My Sister's Keeper

www.mskeeper.org/site/

“A sentinela da minha irmã” é uma organização humanitária liderada por mulheres, cujo objectivo é fornecer assistência, proteção e uma defesa pública às mulheres no sul do Sudão.

Women for Women International

<http://www.womenforwomen.org>

“Mulheres pelas Mulheres Internacional” é uma organização que luta para que as mulheres em todo o mundo beneficiem de serviços de saúde, salários adequados, ocupem cargos públicos relevantes e disponham de sólidas redes sociais e serviços de proteção, para que possam ter boas condições na luta pelos seus direitos.

The Enough Project

www.enoughproject.org

The Enough Project (“Projeto Basta!”) procura obter apoio na luta contra o genocídio e os crimes contra a humanidade.

UN Women

www.unwomen.org

UN Women é uma organização das Nações Unidas que luta pela igualdade de género e pela capacitação das mulheres, através da concentração de recursos e defesa de quadros legais vinculativos que causem impacto neste tópico em particular.

Camp Darfur

<http://www.iactivism.org/our-work/campdarfur/>

Camp Darfur é um evento educativo, interativo, que procura chamar a atenção para o genocídio em curso na região do Darfur (Sudão), e sublinhar que cada indivíduo, recorrendo às suas capacidades, pode marcar a diferença nesta luta.

Darfur Women Action Group

www.darfurwomenaction.org

A prioridade do “Grupo de Ação pelas Mulheres do Darfur” é defender os direitos humanos dos habitantes do Darfur, apoiando em particular ONGs que defendem as mulheres nessa região. O objetivo último é gerar uma mudança no Sudão, sendo para isso fundamental que a comunidade internacional conheça os testemunhos daqueles que são diretamente afetados pelo conflito no país.

Darfur is Dying Interactive Game

www.darfurisdying.com/

Darfur is Dying (“O Darfur está a morrer”) é um videojogo baseado na internet, no qual o jogador vive uma situação semelhante à dos 2,5 milhões de refugiados na região do Darfur, no Sudão. O objetivo é despertar a atenção para o genocídio que decorre naquela região e convidar os alunos a assumirem uma posição para ajudar a pôr fim àquela crise.

“O FUTURO NÃO É UMA DÁDIVA, É UMA
CONQUISTA. TODAS AS GERAÇÕES CONTRIBUEM
NA CONSTRUÇÃO DO SEU PRÓPRIO FUTURO.
ESTE É O DESAFIO ESSENCIAL DO PRESENTE.”

ROBERT F. KENNEDY

RIGOBERTA MENCHÚ TUM

““ERA UMA MULHER MILITANTE NA CAUSA DA JUSTIÇA. DURANTE DOZE ANOS NÃO TIVE CASA PRÓPRIA NEM FAMÍLIA”

Rigoberta Menchú Tum é uma heroína para os índios maias na Guatemala e para os povos indígenas em todo o mundo. Nasceu no seio de uma família pobre, em 1959, filha de um membro ativo do Comitê de Camponeses (trabalhadores agrícolas), ao qual se juntou em 1979, apesar de vários membros da sua família terem sido perseguidos no passado por terem pertencido ao Comitê. No início dos anos 80, os militares guatemaltecos lançaram uma “política de terra queimada”: incendiaram mais de quatrocentas aldeias maias; massacraram centenas de crianças, mulheres e enfermos; torturaram e assassinaram de forma brutal todos os suspeitos de se opor à política de repressão do regime. Morreram mais de 2000 pessoas, a maioria índios maias. Cerca de um milhão foram forçadas ao exílio.

A mãe e o irmão de Menchú foram raptados e assassinados; o seu pai queimado vivo. Enquanto o exército guatemalteco marchava contra o seu povo, o resto do mundo permanecia quase totalmente em silêncio. Em 1983, Menchú publicou a sua autobiografia, uma narração do conflito na Guatemala. “Eu, Rigoberta Menchú” foi traduzido para doze línguas e acabou por ter um papel fundamental na mudança da opinião mundial em relação às ações dos militares. Quinze anos mais tarde, foram detetadas algumas discrepâncias na sua obra, mas não há dúvida em relação à verdade essencial dos factos descritos, que dão conta do enorme sofrimento do povo indígena da Guatemala às mãos do mais brutal governo militar do continente americano.

Em 1992, Rigoberta Menchú Tum venceu o Prémio Nobel da Paz, atribuído pelo seu trabalho na defesa dos povos nativos da Guatemala. Forçada a exilar-se no México, e apesar das ameaças de que é alvo, Rigoberta prossegue o seu trabalho em prol dos direitos humanos, dos direitos indígenas, dos direitos das mulheres e na defesa de políticas de desenvolvimento. Em 1993, foi designada Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO. Continua a procurar obter justiça e compensação legal pelo genocídio levado a cabo na Guatemala, inclusivamente em tribunais espanhóis, devido ao legado de impunidade que vigora ainda hoje no seu país.



Rigoberta Menchú Tum © Eddie Adams

ENTREVISTA RETIRADA DO LIVRO “DIZER A VERDADE AO PODER”, DE KERRY KENNEDY, 2000

A luta pelos direitos dos pobres, pela dignidade, pela vida humana, são túneis muito, muito escuros. Porém, nessa luta, devemos sempre procurar a luz e a esperança. O mais importante é ter sentimentos e pensamentos positivos. É fácil ser pessimista, mas procuro sempre olhar para os mais elevados valores dos seres humanos. Infelizmente, um dia disse para mim própria com grande convicção: a morte dos meus pais é inalterável. As suas vidas não podem ser recuperadas. A sua dignidade como seres humanos foi violada e isso é algo que perdurará para sempre. Nada me convencerá que existe algo que pudesse pagar essa dívida.

Não creio que esta perceção seja uma questão pessoal, mas sim social. É um problema que tem a ver com a sociedade, com a história, com a memória. Nós, as vítimas, somos os únicos que devem decidir que tipo de indultos podem ocorrer, e em que condições. A última palavra cabe a nós, que sobrevivemos aos crimes, não àqueles que observam de fora. Respeito a opinião das pessoas que consideram que basta um acordo de tipo filosófico ou religioso para perdoar os outros, mas o que realmente defendo, mais do que isso, é que ouçamos a voz das vítimas. E até este momento, isso não aconteceu.

A amnistia é uma invenção de dois atores numa guerra. Mas não corresponde à conceção das vítimas, ou da própria sociedade. Dois grupos armados, que se combateram mutuamente, decidem qual é a melhor forma de se tolerarem um ao outro. Esta é a realidade comum que a luta pelos direitos humanos enfrenta nesta altura.

Um acordo obtido com um efetivo diálogo levaria ao fim da guerra com celeridade. Mas nunca aceitaria que as partes que cometeram atrocidades horríveis pudessem simplesmente “perdoar-se” mutuamente. As amnistias limitam-se a promover o esquecimento e o apagamento, com uma simples assinatura, de todas as violações dos direitos humanos que tiveram lugar. Muitos destes abusos perduram na vida das vítimas, desde logo nos muitos órfãos que os conflitos produziram. Embora haja amnistias na Argentina, no Chile, em El Salvador e na Guatemala, as pessoas não esqueceram as violações de direitos humanos ocorridas, pois continuam a sofrer as suas consequências. Estas coisas não serão esquecidas.

Uma verdadeira reconciliação terá de se basear na procura pela verdade. Nós, as vítimas destes abusos, temos direito à verdade. Mas encontrá-la também não é suficiente. Precisamos igualmente de obter justiça. E a forma de o fazer é

através da lei, dos tribunais, dos processos legais.

Por este motivo, iniciei na Guatemala um processo legal contra os militares. Temos muitos juizes corruptos, sabemos bem que existem ameaças e subornos. O aparelho militar não deseja que seja estabelecido um precedente nesta matéria, por isso prefere subornar todo o sistema legal. Mas um dia o sistema tornar-se-á justo, apenas temos de esperar que o tempo traga melhorias. Num país com tamanha violência, com uma história manchada de sangue, ninguém deseja trazer um filho ao mundo. Sempre fui uma mulher militante na luta pela causa da justiça. Durante doze anos, não tive casa própria nem uma família. Encontrei abrigo em campos de refugiados, quando era possível. Vivi em residências de freiras, no México. Deixei para trás muitas mochilas, em muitos países diferentes, em muitos edifícios distintos. Nessas circunstâncias, o que poderia fazer se tivesse uma criança? Corria todo o tipo de riscos e sabia que poderia ter de sacrificar a minha vida na luta pelo meu povo. E isto não é apenas um “slogan”, mas uma experiência concreta e muito real. Na verdade, estive exposta a uma série de situações extremamente difíceis.

Conheci o meu marido em 1992. Na altura, não pensei que se tornasse numa relação duradoura. Como poderia isso acontecer, se eu estava sempre a deslocar-me de um sítio para o outro, como uma vagabunda? Mas a família dele, em particular, ajudou-me muito a estabilizar a minha vida. Foram muito persistentes e insistiram que nos devíamos casar, mesmo se fosse apenas por via civil. Estavam muito preocupados sobre o que a família, a sociedade, a comunidade, enfim, toda a gente, pudesse pensar se não nos casássemos.

Para mim isso não tinha particular importância. Estava sobretudo focada em recuperar a minha estabilidade e encontrar, uma vez mais, a minha irmã Ana. Ela era a mais nova da família. Decidira viver comigo, mas eu não tinha uma casa para lhe dar abrigo. Comecei a desejar ter uma casa própria na mesma altura em que, coincidentemente, recebi o Prémio Nobel da Paz. Muitos amigos e pessoas que me aconselhavam disseram-me que eu precisava disso. Afinal de contas, não podemos ter uma pessoa que recebeu o Prémio Nobel da Paz a vaguear pelo mundo, semi-clandestinamente!

Dou graças ao México – ao povo do México e, nessa altura, às autoridades políticas da Cidade do México – que me ofereceram muito rapidamente essa estabilidade. O gabinete do Presidente da Câmara ofereceu-me uma casa, onde pude construir, novamente, uma vida normal. Éramos de novo uma família. Eu deixara a Guatemala em 1981 e, embora tenha regressado em 1988, fui detida, por isso tive de abandonar o país novamente. Depois disso, entrava e saía ocasionalmente da Guatemala, sem nunca poder demorar-me. Só em 1994 pude, oficialmente, regressar ao país.

Ter uma casa é importante para mim por outra razão. Agora tenho dois filhos – um deles perdi. Quando se tem um filho, isso altera completamente a vida. Não se pode viajar pelo mundo consoante a nossa vontade momentânea. Vivemos portanto a vida segundo as circunstâncias em que nos encontramos. Não posso, contudo, dizer que alguma vez tive a intenção de viver a minha vida como sucedeu até aqui! As coisas limitaram-se a acontecer. Subitamente, dava por mim em determinada situação. Procurava ultrapassar um problema, com boa vontade e sem grande introspeção. Hoje em dia, o meu filho vive com a minha família, irmã e sobrinhos. Sete crianças partilham a minha casa:

dois gémeos, com dois anos de idade, a filha da minha cunhada, e quatro crianças sem pai. Mas vivemos numa grande família e isso dá ao meu filho muita satisfação. Sente-se inserido numa comunidade quotidiana.

O meu filho mais novo, cujo nome era Tzunun, que significa Colibri, nasceu de um parto muito difícil. Tive uma gravidez de risco desde o primeiro dia. Foi necessário um enorme desejo de ser mãe e levar a gravidez até ao fim, mas eu tinha decidido que queria ter este filho. Suspendi todo o meu trabalho e atividades. Ainda assim, infelizmente, ele só viveu três dias. Mas quando isso aconteceu, senti que ele tinha vivido comigo por muitos e muitos anos. Falava com ele, tentei compreendê-lo, agi como se ele pudesse perceber o que o rodeava.

Durante esse período, pensei sempre sobre o que acontecia no mundo, via notícias e procurava compreender o que se estava a passar. Isso foi muito produtivo e teve grande impacto sobre mim. Quando estamos constantemente a fazer conferências e as pessoas aplaudem e elogiam-nos, afastamo-nos um pouco do mundo real e esquecemo-nos da terrível situação em que vivem as mulheres e as crianças. Mas por outro lado, ao estar em casa, protegida pelas quatro paredes, senti também quão limitada era a minha capacidade para fazer algo quanto ao que acontece no mundo. Tive então oportunidade para pensar na condição das mulheres, das crianças, sobretudo as que não têm pais ou que são abusadas por eles. A minha condição de mãe é um enorme privilégio: não é apenas uma situação legal, ou fruto de um imperativo ou de um desejo, mas sim algo que transformou fundamentalmente a minha vida.

Posso dizer que tive muitos sucessos na vida. E quando isso acontece, ajuda a querer prolongar a luta. Não estamos sozinhos, pois não é verdade que só a dor motiva as pessoas a continuar a lutar para que as suas convicções se tornem realidade. O amor das outras pessoas, o apoio que delas recebes e, acima de tudo, a compreensão dos outros, são fundamentais para manter viva a nossa determinação. Quando compreendemos que há milhares de pessoas no mundo que pensam como nós, percebemos que estamos integrados numa tarefa maior. Todas as noites, antes de me deitar, rezo para que ganhemos mais aliados nas lutas importantes deste mundo. É isso que mais importa.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

RIGOBERTA MENCHÚ TUM

TEMAS

PROTEÇÃO LEGAL, DISCRIMINAÇÃO, TORTURA, GENOCÍDIO, DIREITOS DE PROPRIEDADE, LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- **Artigo 1.º** direito à igualdade
- **Artigo 3.º** direito à vida, liberdade e segurança pessoal
- **Artigo 7.º** direito à igualdade perante a lei
- **Artigo 9.º** proibição de detenções e exílio arbitrários
- **Artigo 15.º** direito a uma nacionalidade e à sua alteração
- **Artigo 17.º** direito à propriedade pessoal
- **Artigo 19.º** liberdade de opinião e de informação

TEMPO NECESSÁRIO

205 minutos.

QUESTÕES-CHAVE

- Quais são os direitos e responsabilidades dos cidadãos numa democracia?
- Que fatores influenciam as perspetivas das pessoas?
- Quais foram os eventos mais relevantes na vida de Rigoberta Menchú?
- Como foram violados os direitos humanos na Guatemala?
- Em que medida a entrega do Prémio Nobel da Paz a Rigoberta Menchú alterou a perspetiva mundial acerca dos incidentes na Guatemala?

OBJETIVOS

Após esta lição, os alunos devem ter competência para:

- descrever os eventos mais relevantes na vida de Rigoberta Menchú.
- analisar as causas e efeitos das decisões tomadas por Rigoberta Menchú, enquanto se tornava uma defensora dos direitos humanos.
- explicar o significado de certos direitos humanos específicos e dar exemplos de violações dos mesmos na Guatemala, na década de 1980.
- esclarecer o que significa ser uma pessoa indígena.
- analisar textos e escrever críticas a partir de duas perspetivas distintas.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- cópias de um artigo de jornal (para a atividade N.º 3): <http://www.argentinaindependent.com/tag/spanish-embassy/>
- Discurso de Rigoberta Menchú, aquando da recepção do Prémio Nobel: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1992/
- cópias da Declaração Universal dos Direitos Humanos: <http://www.un.org/en/documents/udhr/>

VOCABULÁRIO

- Indígena
- Discriminação
- Marginalizado
- Repressão
- Opressão
- Condenado
- Exílio
- Inospitalidade
- Emancipação
- Embaixada
- Cruz Vermelha
- Amnistia Internacional

CONCEITOS

- Direitos humanos
- Justiça social
- Poder na sociedade

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- Acesso à internet
- Projetor com LCD

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

Os alunos devem responder de imediato às seguintes questões:

- descrevam uma situação na qual se sentiram vítimas de tratamento injusto.
- escolham três palavras que melhor descrevem como se sentiram após essa experiência.
- como responderam a esse tratamento? (gritaram? lutaram? falaram com um amigo ou um adulto sobre isso? não fizeram nada?)

ATIVIDADE N.º 1

- assistam ao vídeo de introdução ao filme *When the Mountains Tremble* (“Quando as Montanhas Tremem”), disponível no YouTube. Este vídeo serve de introdução breve à situação na Guatemala, quando milhares de pessoas foram vítimas de tratamento injusto, e como Rigoberta Menchú decidiu que tinha de reagir a esses eventos.
- os alunos devem ler a biografia de Rigoberta Menchú Tum: <http://www.peacejam.org/laureates.aspx?laurID=10>. Em seguida, devem responder às seguintes questões:
 - Quais foram os eventos mais relevantes na juventude de Rigoberta Menchú?
 - Como pensam que estas experiências a fizeram sentir?
 - Esses sentimentos motivaram-na a fazer o quê?
 - Como se insurgiu ela contra a violência e a injustiça?
 - O que colocou Rigoberta em risco quando tomou essas decisões?
 - O que obteve com as suas escolhas?
 - Quais foram as consequências negativas das suas opções?
- a turma deve discutir as respostas dadas a estas questões, bem como às perguntas efetuadas na seção preparatória.
- os alunos devem ainda responder por escrito a duas perguntas adicionais (na sala ou como trabalho de casa):
 - o que o/a motivaria a correr os riscos e a sofrer as consequências negativas que Rigoberta correu e sofreu? Escolha uma situação que o/a afetaria, ou a alguém próximo de si, bem como um assunto que poderia afetar um grupo mais alargado, com o qual não tem nenhuma ligação pessoal.
 - à luz da sua reflexão pessoal, que tipo de pessoa pensa que Rigoberta Menchú é? Qual é, ou quais são, as coisas mais importantes que devemos saber acerca dela?

ATIVIDADE N.º 2

- os alunos devem responder à seguinte questão: quais são os direitos que todas as pessoas merecem?
- O professor deve dividir a turma em pequenos grupos. Em seguida, os alunos devem ler excertos do discurso de Rigoberta Menchú, aquando da receção do Prémio Nobel, compará-los com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e registar em que passagens se podem encontrar referências a um direito humano ou à violação de um direito humano universal.
- O professor deve então promover um debate entre toda a turma sobre as observações registadas pelos grupos acerca daqueles excertos e dos direitos humanos em geral.

ATIVIDADE N.º 3

- os alunos devem ler o relato de um jornal norte-americano sobre os protestos dos camponeses na Cidade da Guatemala, em 1980: <http://www.argentinaindependent.com/tag/spanish-embassy/>
- os alunos devem escrever uma crítica deste artigo, sob duas perspetivas:
 - como responderia um camponês guatemalteco maia, como Rigoberta Menchú Tum, ao relato do jornal dos protestos ocorridos em 1980? O que acharia ele de mais e de menos rigoroso no artigo? Escreve pelo menos uma frase que esse camponês gostaria de adicionar ao artigo.
 - como responderia um agente do governo guatemalteco, como o presidente ou um general do exército, ao relato do jornal dos protestos ocorridos em 1980? O que acharia ele de mais e de menos rigoroso no artigo? Escreve pelo menos uma frase que esse agente governativo gostaria de adicionar ao artigo.
- o professor deve, em seguida, promover um debate na aula, no qual os alunos partilham as respostas que deram anteriormente.

ATIVIDADE CONCLUSIVA

- os alunos devem fazer uma colagem representando os direitos humanos básicos abordados nesta lição.
- em seguida, os alunos devem escrever uma resposta à seguinte questão: tendo em conta as imagens que escolheram para a colagem, como foi possível um governo violar estes direitos humanos básicos?

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convênios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)

- **Artigo 2º** direito a não ser vítima de discriminação
- **Artigo 7º** proibição de tortura e tratamento desumano ou degradante
- **Artigo 14º** direito à igualdade perante os tribunais e direito a um julgamento justo
- **Artigo 19º** liberdade de expressão e de opinião.

PACTO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

Os alunos devem preparar e levar a cabo uma campanha para despertar a atenção do corpo estudantil em relação às questões que mais os podem afectar. Os alunos podem criar folhetos, posters, pins de lapela, etc. Essas questões podem incluir os seguintes tópicos:

- **privação de habitação**
- **pobreza**
- **peçoas sem documentação**
- **“bullying”**
- **abusos (psicológicos e físicos)**

Após pesquisarem sobre estes assuntos, os alunos devem participar em actividades como: fazer voluntariado num centro para pessoas sem-abrigo; criar na escola um espaço de recolha de roupa, alimentos, produtos de higiene ou material escolar para os sem-abrigo.

EXPANDIR HORIZONTES

- procure um defensor dos direitos humanos na comunidade local. Os alunos devem entrevistá-lo e, posteriormente, nomear o seu “defensor” para um Prémio Nobel da Paz.
- os alunos devem identificar um conflito mundial e analisar o papel e a influência que o seu governo nacional desempenha (ou pode desempenhar) nesse conflito. Os alunos devem criar uma campanha de consciencialização sobre esse conflito (escrever cartas, fazer telefonemas, etc.), dirigida aos legisladores dos seus países.
- Os alunos devem procurar obter informação sobre o “DREAM Act”, uma lei dos Estados Unidos que permite a filhos de pais sem documentação legal receberem bolsas de apoio escolar. As conclusões da sua pesquisa devem ser partilhadas com os colegas e usadas como base de uma campanha de apoio à criação de legislação nacional sobre esta matéria.

Peace Jam

www.peacejam.org/laureates.aspx?laurID=10

A Peace Jam é uma organização que permite a jovens conhecerem laureados com o Prêmio Nobel, para que juntos possam enfrentar as questões mais graves do planeta, desde necessidades básicas (como acesso à água) a direitos fundamentais (como o direito à segurança). No site da Peace Jam podemos encontrar uma pequena biografia de Rigoberta Menchú Tum, centrada na sua juventude e nos seus feitos, bem como uma entrevista à organização Global Call to Action (“Apelo Global à Ação”).

About.com

latinamericanhistory.about.com/od/historyofcentralamerica/p/menchu.htm

About.com está dividido em sites com vários tópicos, agrupados em função de temas muito diversos. O conteúdo é produzido por uma rede de escritores, denominados “guias”, que conhecem de perto a realidade sobre a qual escrevem. Latinamericanhistory.about.com é um desses sites; contém uma biografia de Rigoberta Menchú Tum’s e do seu permanente legado.

American Indian Heritage Foundation

www.indians.org/welker/menchu2.htm

Este site é ideal para realizar pesquisa e obter informação sobre os líderes e defensores das comunidades de índios norte-americanos.

YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=yvnUEup1hC4>

Rigoberta Menchú Tum fala sobre a sua vida e sobre a condição humana na “Human Forum Conference”. Visite www.anhglobal.org para mais informação.

“A Voice for Indigenous People” (“Uma Voz para o Povo Indígena”)

<https://www.youtube.com/watch?v=daMONiBBnwc>

Rigoberta Menchú Tum, Nobel da Paz, uma mulher indígena e sobrevivente do genocídio na Guatemala, defende um código ético para uma era de paz, que vê como a sua contribuição para a humanidade. Este vídeo apresenta de forma panorâmica os problemas que a população indígena da Guatemala enfrenta, o que nos permite compreender a importância dos esforços de Rigoberta Menchú.

Historical Clarification Commission

http://www.aaas.org/sites/default/files/migrate/uploads/mos_en.pdf

A “Comissão para a Clarificação Histórica”, criada pelos Acordos de Oslo de 1994, investigou numerosas violações de direitos humanos cometidas durante o período de guerra civil que se viveu na América Central. O relatório final, de grande substância (tanto em tamanho como em conteúdo), fornece uma base sólida para avaliar o trabalho de Rigoberta Menchú Tum.

Santa Clara University Ethics Center

<http://www.scu.edu/ethics/architects-of-peace/Menchu/lesson.html>

O Centro de Ética da Universidade de Santa Clara é um dos principais centros de investigação em assuntos éticos na América. A ligação eletrónica mencionada fornece biografias e artigos sobre a Guatemala e a vida e obra de Rigoberta Menchú Tum. Em www.scu.edu/ethics/architects-of-peace/Menchu/essay.html pode encontrar um ensaio original sobre o significado da paz, da autoria de Menchú Tum.

“(...) SE OS DIREITOS DE UM HOMEM LHE SÃO
NEGADOS, OS DIREITOS DE TODOS ESTÃO
EM PERIGO; SE É NEGADA A UM HOMEM A
IGUAL PROTEÇÃO DA LEI, NÃO PODEMOS TER
A CERTEZA QUE GOZAREMOS DE LIBERDADE
DE EXPRESSÃO OU DE QUALQUER OUTRO
DOS NOSSOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.”

Jamie Nabozny cresceu em Ashland, Wisconsin, uma pequena cidade localizada na margem sul do Lago Superior. Quando frequentava o ensino básico, foi vítima de violência e “bullying” por parte dos seus colegas de turma. Procurou ajuda das autoridades escolares, mas estas limitaram-se a dizer-lhe que estivesse preparado para ser vítima de abusos devido à sua orientação sexual, recomendando-lhe que deixasse de “agir de forma tão homossexual”.

As ofensas continuaram. Face à indiferença do corpo escolar, Jamie perdeu a esperança e mudou-se para Minneapolis. Finalmente livre da violência física e verbal que dominara a sua juventude, Nabozny percebeu que não estava sozinho. Estudantes por todo o país eram vítimas de atos semelhantes. Jamie decidiu então tomar parte ativa na defesa dos seus direitos e dos direitos dos seus colegas estudantes. Em 1995, iniciou um processo judicial contra a escola onde sofrera diversas provações, cuja violência fora tal que o obrigara a fazer uma operação abdominal devido aos ferimentos.

Apesar de os seus esforços no campo legal não terem dado frutos, o seu caso captou a atenção da Lambda Legal, uma firma de advogados especializada em matérias de direitos civis. Com o seu auxílio, Jamie recorreu aos tribunais federais, que reconheceram razão às suas queixas. Pela primeira vez na história norte-americana, um tribunal condenou uma escola pública por tolerar a prática de abusos contra homossexuais, designando as autoridades escolares como responsáveis pelos ferimentos de Jamie. Esta decisão histórica permitiu a milhares de estudantes dos EUA beneficiarem de uma experiência educativa segura, independentemente da sua orientação sexual.

Atualmente, Jamie viaja pelo país falando com estudantes e professores sobre os perigos do “bullying”, e de como este pode ser travado nas escolas e nas comunidades. A sua história foi abordada num pequeno documentário intitulado “Bullied”, produzido em 2011 pelo The Southern Poverty Law Center.



“SINTO QUE VIVEMOS UM PONTO DE VIRAGEM, NÃO APENAS NO QUE RESPEITA AO MOVIMENTO LGBT, MAS TAMBÉM NO MOVIMENTO CONTRA O «BULLYING». AS PESSOAS COMEÇAM A DIZER PARA SI PRÓPRIAS: «SE HÁ ADOLESCENTES E JOVENS A SUICIDAREM-SE DEVIDO AOS ABUSOS QUE SOFREM NAS ESCOLAS, PRECISAMOS DE FAZER ALGO QUANTO A ISSO. SE AS ATITUDES DA NOSSA SOCIEDADE SÃO RESPONSÁVEIS POR ESSA TRAGÉDIA, NÃO PODEMOS FICAR INDIFERENTES»”.

**EXCERTOS DE UM DISCURSO APRESENTADO NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL BRIDGEWATER, EM 5 DE ABRIL
DE 2011**

Gostaria de começar por contar-vos um pouco do que me aconteceu quando estava na escola. Fui vítima de ameaças e perseguições quando frequentava o 7.º ano. No início eram sobretudo ofensas verbais, como é costume nestas situações. Os rapazes chamavam-me “maricas” e “bicha”. Não sei porque não me deixavam em paz, mas sei que o seu comportamento era contínuo. Não tinha interesse em raparigas nem em desporto, por isso acabei definido como alvo. O facto de ser homossexual alimentou esta perseguição. Consultei o Livro do Aluno e procurei a melhor forma de lidar com este problema. O Livro sugeria que estes casos deveriam ser comunicados ao orientador escolar. Contactei-o e ele disse-me para falar com a diretora da escola. No início, esta procurou sossegar-me. “Tratarei do assunto”, afirmou. Mas nada mudou e as ofensas continuaram.

Até que um dia, quando estava na casa de banho com o meu irmão, fui surpreendido por um grupo de rapazes, que nos empurraram e esmurram. Pensei então: “Agora que houve violência, a diretora vai ter de agir”. Contei-lhe o que aconteceu e ela respondeu: “Jamie, se vais continuar a ser tão abertamente homossexual, estas situações vão repetir-se”. Fiquei chocado e saí da escola. Foi suspenso por tê-lo feito sem permissão. Quando cheguei a casa, falei com os meus pais, que logo exigiram ter uma reunião com aqueles rapazes e os seus pais. Compareceram dois rapazes, a mãe de um deles, eu, os meus pais e a diretora da escola. Falámos do que acontecera. A diretora disse então: “Senhor e senhora Nabozny, sabe como são os rapazes... Se o seu filho se quer assumir abertamente como homossexual, é melhor preparar-se para este género de situações”. Como podem imaginar, esta posição só incentivou os meus colegas a continuarem as suas ofensas e perseguições. A certa altura, pensei em suicidar-me e acabei internado numa ala psiquiátrica para adolescentes. Posteriormente, regressei à escola para frequentar o oitavo ano.

Certa vez, quando estava numa sala de aula de ciências, sentado junto a dois rapazes que eram também dois dos meus maiores agressores, eles começaram a provocar-me e a agarrar-me. Atiraram-me ao chão e fingiram estar a violar-me, à frente de toda a turma. A professora não estava na sala. Levantei-me, com a minha camisa rasgada e, a chorar, corri para o gabinete da diretora. Esperava, desta vez, que ela tomasse decisões sobre o assunto, pois ocorrera uma agressão sexual e eu sabia que existiam regras na escola que proibiam aquelas atitudes. Ao ver-me, ela limitou-se a abanar a cabeça, dizendo: “Jamie, se não marcaste uma hora de atendimento comigo, não tenho nada a dizer-te”. Saí da escola e fui para casa, onde voltei a tentar o suicídio. Regressei mais tarde a Ashland, onde me tornei um caloiro na escola secundária. Os meus pais procuraram assegurar-me que as coisas seriam agora diferentes, pois os rapazes que me atormentavam eram agora também novatos na escola e os mais velhos não me conheciam. Porém, logo na terceira semana na escola, fui atacado na casa de banho e urinaram em cima de mim. Tentei protestar junto das autoridades escolares, mas nem cheguei a ser recebido pelo diretor. A secretária ligou-lhe, mas a única coisa que me disseram foi para regressar a casa e mudar de roupa, e nada

mais aconteceu relativamente a este assunto. Rapidamente percebi que precisava de criar mecanismos de sobrevivência para resistir a estas provações na escola.

Muitas vezes fiquei num estado entorpecido, pois já nem sequer mostrava as minhas emoções na escola, apenas em casa, onde me fechava no quarto a chorar. Os meus pais estavam desesperados, tentando encontrar uma forma de me ajudar.

Quando estava no 11.º ano, encontrei um lugar para me esconder de manhã, antes da escola começar. Porém, houve um dia em que não me escondi devidamente e alguns miúdos encontraram-me. Estava sentado no chão, de pernas cruzadas, quando um deles pontapeou os livros que eu segurava nas minhas mãos, dizendo “levanta-te e luta comigo, maricas”. Quando tentei pegar nos livros, ele começou a dar-me pontapés, de forma continuada, até que alguém na biblioteca se deu conta do que estava a acontecer. Ao acender as luzes, os miúdos fugiram. Fui levado ao hospital, para uma operação cirúrgica de emergência ao abdómen, devido a ferimentos internos e hemorragia. Tinha uma ruptura no pâncreas e uma fissura no meu estômago.

Soube então que nunca mais estaria seguro na escola e que tinha de deixar Ashland. Acabei por fugir para Minneapolis-St. Paul, o único sítio onde sabia que existiam homossexuais. Imaginei que talvez pudesse sentir-me seguro ali. Contudo, logo percebi como era difícil sobreviver nas ruas, ainda por cima porque tinha apenas dezassete anos e havia coisas que não estava disposto a fazer. Telefonei aos meus pais e disse-lhes “vocês sabem como é difícil para mim ir à escola em Ashland, deixem-me viver aqui, ir à escola e sentir-me seguro”. A minha mãe aceitou, mas disse-me que deixar-me daquela forma foi a coisa mais difícil que fez na vida, pois eu era ainda apenas um adolescente.

Em Minneapolis, acabei por contactar o Conselho de Ação da Comunidade Lésbica e Homossexual, como se chamava na altura, e reuni-me com a conselheira para as vítimas de crimes. Por coincidência, ela era uma advogada e logo me disse que os abusos de que tinha sido alvo eram, não só injustos, como ilegais, pelo que deveria processar a escola. Falei com os meus pais acerca desta ideia bizarra de uma advogada lésbica, que então me parecia louca. A minha mãe ficou silenciosa por um segundo; percebi que estava a chorar, mas respondeu-me da seguinte forma: “Jamie, debes avançar com isto, há demasiados miúdos a sofrerem abusos. Tu tens agora a possibilidade de te assumires e lutar. Alguém tem de denunciar esta situação”.

Voltei então a falar com a “louca” advogada lésbica e concordei com a sua proposta. Procurámos um advogado local para nos ajudar, mas o caso foi recusado por um juiz federal. Porém, nesta altura entrou em cena a Lambda Legal, uma organização que defende os direitos dos homossexuais, que se juntou à Skadden Arps, uma das maiores firmas de advogados do mundo, para reanalisar o meu caso. O advogado que ficou responsável por isto não só aceitou defender-me, como assumiu perante a sua firma que ele próprio era homossexual e portador do vírus da SIDA. Disse então que este era o caso pelo qual desejava ser recordado, e não por todos os outros que defendera até ali. Como vêem, tive a sorte de contar com o apoio de pessoas incríveis.

Após insistência, conseguimos obter um veredito favorável contra os três diretores da escola, embora não tenha sucedido

o mesmo no que respeita ao organismo distrital escolar. Isto aconteceu porque as leis do Wisconsin, desde o início dos anos 80, proíbem a discriminação contra os estudantes por motivos de orientação sexual. O edifício e as regras dos organismos escolares existiam para me proteger, mas as pessoas que ocupavam cargos de autoridade não cumpriram o seu papel. Em última instância, creio que este foi o melhor resultado possível, pois a decisão do tribunal sublinhou que os administradores escolares têm a responsabilidade pessoal de proteger os estudantes de assédio por parte de outros alunos. Caso não o façam, podem agora ser processados individualmente, tal como um médico em casos de negligência. Sempre disse que não estou preocupado em saber o que leva uma pessoa a agir de forma correta; só me interessa que o façam. Se isto significa que agem por receio de perderem a sua casa ou as suas poupanças, mas que isso leva a que protejam os miúdos, então que seja assim, não importa.

A decisão judicial causou grande impacto por todo o país, tornando patente que não era aceitável que os adolescentes LGBT fossem vítimas de assédio nas escolas. Um dos motivos que tornou essa mensagem bem audível foi o facto de o tribunal ter definido um montante de indemnização de 900 mil dólares. Ficou assim claro para toda a gente: quem quiser praticar discriminação contra adolescentes LGBT, deve preparar-se para pagar um preço alto. De forma ingénua, contudo, pensei que isto produziria alterações súbitas e marcantes. Mas não aconteceu assim. Quinze anos depois aqui estamos. Como viram nas notícias, no Outono passado, houve uma série de suicídios de homossexuais, na sequência de assédios e abusos repetidos de que eram alvo. E não foram casos isolados, apenas casos que por coincidência ou outras circunstâncias mereceram atenção pública. Na verdade, estes abusos são frequentes e acontecem há muito tempo. Refleti sobre isto e decidi que estava na altura de falar publicamente sobre o meu caso, contar a minha história, denunciar os abusos e os assédios.

Penso que é fundamental apostar na prevenção. Se pudermos evitar algo mau desde logo, não necessitamos de lidar com o problema. É um conceito muito simples que parece cada vez mais esquecido neste país e, no entanto, precisamos de o recordar seriamente. É fundamental exercer a prevenção

desde cedo. Deve ser praticada no ensino básico ou até antes disso, através da divulgação junto das crianças de algo a que chamo “empatia”. A nossa cultura não a propala o suficiente, e infelizmente os pais também não, apesar de existirem vários estudos que mostram como a empatia pode ser ensinada.

Por outro lado, é necessária uma abordagem de largo espectro ao problema do “bullying”. Precisamos de nos dirigir a uma série de agentes envolvidos nesta situação, treinar um corpo especializado e encontrar ajuda para as vítimas, evitando que elas interiorizem as mensagens ofensivas que recebem. Devemos falar com os autores de práticas de abusos e assédios, tentar perceber porque as exercem, e tudo fazer para que esse não seja um prelúdio para uma vida ligada ao crime ou à violência doméstica, algo comum quando o “bullying” é ignorado numa fase prematura.

Sei que há muito trabalho a ser feito, mas estou esperançoso. Sinto que vivemos um ponto de viragem. Há uma maior cobertura mediática destes problemas e comparo o momento actual, de alguma forma, ao que sucedeu com o movimento dos direitos civis, nos anos 50 e 60, o qual recebeu um grande impulso em boa parte porque as pessoas passaram a estar mais envolvidas e a preocupar-se com o assunto. O que levou a isso? A cobertura dos media. Quando apareceram na televisão pessoas a serem atacadas e violentadas nas ruas, o povo Americano, que tem um grande coração, deu-se conta do que estava realmente a acontecer e sentiu que precisava de se envolver no processo. Vivemos um período semelhante, pois as pessoas viram as notícias e disseram para si próprias: “se há adolescentes e jovens a suicidarem-se devido aos abusos que sofrem nas escolas, precisamos de fazer algo quanto a isso. Se as atitudes da nossa sociedade são responsáveis por essa tragédia, não podemos ficar indiferentes”. É por isso que estou aqui, para vos dizer que há um grande problema neste país, mas que há também esperança de que possamos resolvê-lo. Estamos a assistir a importantes alterações, mas temos muito trabalho pela frente e todos seremos necessários nessa mudança.

BULLYING: LINGUAGEM, LITERATURA E VIDA

JAMIE NABOZNY

TEMAS

PADRÕES DE VIDA, EDUCAÇÃO, LIBERDADE FACE À
PERSEGUIÇÃO, LIBERDADE FACE À DISCRIMINAÇÃO, “BULLYING”

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- **Artigo 2.º** proibição de discriminação
- **Artigo 3.º** direito à vida, liberdade e segurança pessoal
- **Artigo 5.º** proibição de tortura e tratamentos cruéis
- **Artigo 25.º** direito a padrões de vida adequados
- **Artigo 26.º** direito à educação

QUESTÕES-CHAVE

- O que significa ser um “bully”, uma vítima, um espectador passivo ou um defensor?
- Em que medida o uso da linguagem contribui para a nossa compreensão do “bullying”, da tolerância que temos para com esse fenómeno, ou da forma como decidimos interferir com a sua prática ou simplesmente assistir de modo impávido a ela?
- Como se alterou ao longo do tempo a imagem do “bullying”?
- O que podemos aprender com essa mudança e com a forma como o “bullying” foi sendo visto ao longo da história?

TEMPO NECESSÁRIO

120 minutos.

OBJETIVOS

Após esta lição, os alunos devem ter competências para:

- compreender que a linguagem é um fator essencial na perpetuação ou na prevenção do “bullying”.
- identificar atitudes e comportamentos típicos dos agressores, vítimas, espectadores passivos e defensores.
- compreender o impacto que a ação de uma só pessoa pode ter ao denunciar e insurgir-se contra o “bullying”.
- analisar os fatores que contribuem para a existência de “bullying”.
- utilizar recursos linguísticos para combater o “bullying”.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- a história e discursos de Jamie Nabozny tal como narrada em “Diz a Verdade ao Poder” (cf. www.rfkhumanrights.org)

VOCABULÁRIO

- Passividade
- Agressividade
- Espectador passivo
- Bravura
- Perseguição
- Insegurança
- Cobardia
- Pânico
- Respeito
- Medo
- Rejeição
- Rumores
- Alvo
- Provocação
- Confiança
- Vítima
- Injustiçado
- Intimidação

CONCEITOS

- Empatia
- Equidade
- Justiça
- Valores
- Normas culturais
- Mudança sistémica

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- Acesso à internet

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- 1 Escreva a palavra “bullying” no quadro. Peça aos alunos que escrevam no quadro a primeira coisa que lhes ocorre ao lerem essa palavra.
- 2 Quando o quadro estiver preenchido com as respostas dos alunos, peça-lhes que expliquem as palavras que escreveram.
- 3 Faça as seguintes questões aos alunos:
 - o o que é o “bullying”?
 - o a quem é dirigido?
 - o A que se assemelha?
 - o Que papel desempenha o agressor?
- 4 Identifiquem semelhanças e diferenças entre as respostas dos alunos.
- 5 Apresente aos alunos o vocabulário associado ao “bullying”.
- 6 Peça aos alunos para identificar semelhanças e diferenças entre esse vocabulário e as palavras e termos usados por si próprios quando escreveram no quadro sobre esta matéria.
- 7 Usando os elementos anteriormente referidos, a turma deve formular agora uma definição de “bullying”. Mantenha esta definição visível na sala de aula.
- 8 Distribua aos alunos o texto de Jamie Nabozny.
- 9 Peça aos alunos para refletirem sobre as estatísticas mencionadas e para partilharem as suas conclusões com a turma.

ATIVIDADE N.º 1

- 1 Forneça aos alunos uma seleção de leituras opcionais retiradas dos manuais escolares, em que uma situação de “bullying” seja retratada. A sua escolha deve ser representativa de uma grande variedade de géneros literários, centrando-se em clássicos e livros antigos.
- 2 Peça aos alunos para escolherem quatro ou cinco dos textos selecionados.
- 3 Cada aluno deve explicar de que forma o texto retrata uma situação de “bullying”. Tal pode ser feito visto da perspectiva do agressor, da vítima, do observador passivo ou do defensor da vítima. Peça aos alunos que descrevam as suas atitudes, comportamentos, usos da linguagem, meios de comunicação e ações.

- 4 Em pequenos grupos, cada aluno deve partilhar as suas interpretações dos textos. Peça aos alunos que identifiquem semelhanças e diferenças nas suas leituras e as partilhem com os colegas.

ATIVIDADE N.º 2

Siga os mesmos passos da Atividade N.º 1, mas desta vez selecione textos de livros contemporâneos.

ATIVIDADE N.º 3

- 1 Em pequenos grupos, peça aos alunos para selecionarem uma situação do texto que retrate um caso de “bullying”.
- 2 Peça aos alunos para que transformem aquela situação numa cena “anti-bullying”. Os alunos podem representar a cena, como se fosse uma peça de teatro, usando palavras ou não, da forma que entenderem melhor.

ATIVIDADE CONCLUSIVA

- Compare as reações ao “bullying” tal como descritas nas leituras selecionadas, tanto nos textos antigos como nos mais recentes. Destaque as semelhanças e diferenças dessas atitudes.
- Regresse à definição de “bullying” sugerida aquando da preparação das atividades. Tendo em conta o que os alunos aprenderam sobre o uso da linguagem em situações de “bullying”, numa perspetiva literária, e recorrendo à sua definição tal como proposta pela turma, peça aos alunos que reflitam sobre o que poderá ser o “próximo capítulo” do “bullying”.
- Os alunos devem concentrar-se nas seguintes questões: que mudanças gostariam de ver em relação ao “bullying”? Como as descreveriam usando as suas próprias palavras, na sua escola e usando meios de comunicação variados, como a arte, a poesia, o teatro, a oralidade, blogs.
- Inclua estas conclusões num programa anti-“bullying”, a implementar na escola.

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convénios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

- Artigo 2º liberdade face à discriminação
- Artigo 6º direito à vida
- Artigo 7º proibição de tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes
- Artigo 26º proteção igual das leis

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC).

PACTO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES..

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

- 1 Identifique os esforços da sua escola na luta contra o “bullying”, nomeadamente a criação de programas específicos, espaços seguros, relatórios de ocorrências e planos de apoio. Inclua questões de “bullying” tradicional na escola mas também casos de cyberbullying neste exercício.
 - o relatório deve mostrar o impacto dos programas anti-“bullying”, uma representação gráfica dos espaços seguros para os alunos, uma visão panorâmica de como são identificados os casos de “bullying” na escola e quais são as características dos sistemas de apoio para agressores e vítimas.
 - a partir das informações recolhidas, colabore com professores, pais e outros membros do corpo escolar para reforçar o combate ao “bullying” na escola. Eis alguns exemplos de atividades possíveis:
 - Peça a cada aluno que escreva e assine um compromisso anti-“bullying” (tanto na sua vertente tradicional na escola, como em casos de cyberbullying). Estes compromissos podem ser afixados em vários locais na escola, recordando o empenho das comunidades na criação de um ambiente escolar livre de “bullying”.
 - Crie um folheto informativo com os contactos necessários a efetuar caso seja vítima de “bullying” ou assista à sua prática contra outras pessoas. A lista deve incluir contactos de professores, pessoal administrativo, números de emergência e as organizações estatais de educação. Inclua esta informação no “Livro do Aluno” e garanta que é visível na escola.
 - Divulgue junto dos alunos os números das linhas de apoio telefónicos e outros contactos das redes de apoio às vítimas de “bullying”.
 - Partilhe o seu trabalho com a comunidade em geral. Considere a possibilidade de organizar uma “noite anti-bullying” na sua localidade. Sublinhe quão importante é o papel dos pais, membros da família e da comunidade na criação de um ambiente seguro para as crianças. Peça a todos os participantes para que assinem um “compromisso anti-bullying”.
- 2 Divulgue nas redes sociais o texto sobre o “próximo capítulo do bullying”, elaborado nas atividades anteriormente descritas. Partilhe-o com o programa “Diz a Verdade ao Poder”. Escreva textos frequentes sobre o “anti-bullying” nas suas redes sociais, assuma um papel ativo no combate a este fenómeno na sua escola e partilhe o seu esforço com o maior número de pessoas possível.
 - O texto sobre o “próximo capítulo do bullying” deve incluir linguagem inclusiva e promotora do papel da comunidade na luta contra o “bullying”.

Jamie Nabozny

http://www.jamienabozny.com/Home_Page.html

Este site é o núcleo dos esforços de Jamie contra o “bullying”. Aqui podemos encontrar testemunhos, informação sobre atividades de Jamie e forma de o contactar, designadamente para agendar uma visita a uma escola ou cidade.

RFK Bullying Prevention

bullying.rfkcenter.org

Um projeto de “Diz a Verdade ao Poder”, o Centro de Prevenção contra o Bullying RFK tem como objetivo fornecer informação e recursos que sirvam de base a ambientes escolares seguros, livres de práticas de “bullying” e outros comportamentos negativos.

“Anti-bullying activist encourages students to take a stand” (“Um ativista anti-bullying encoraja os alunos a tomarem uma posição”):

<http://www.cantonrep.com/news/x789275026/Anti-bullyingactivist-encourages-student-to-take-a-stand>

Um artigo que narra a visita de Jamie Nabozny ao Liceu McKinley, e que mostra a reação entusiástica dos alunos ao seu discurso.

Not In Our Town: Light in the Darkness (“Não na nossa cidade: Luz na Escuridão”)

<http://www.pbs.org/programs/not-in-our-town/>

“Not In Our Town: Light in the Darkness” é um documentário, com a duração de uma hora, sobre a forma como os membros de uma pequena cidade se juntaram para lutar contra a violência anti-imigração, que então assolava a comunidade. Em 2008, uma série de ataques contra residentes latinos, em Patchogue (Estado de Nova Iorque), culminou com o assassinato de Marcelo Lucero, um imigrante equatoriano que vivia em Long Island há 13 anos.

“Patchogue Plus Three: A Look Back at a Fatal Hate Crime”

<http://www.thirteen.org/metrofocus/news/2011/09/patchogue-plus-three-a-look-back-at-a-fatal-hate-crime/>

Este artigo da Metro Focus analisa o caso de Marcelo Lucero, assassinado por um grupo de jovens que se divertia a perseguir latinos e hispânicos no seu bairro. Após este ataque brutal, Joselo, o irmão mais novo de Marcelo, dedicou a sua vida a criticar a violência contra imigrantes na sua cidade de residência, no Condado de Suffolk.

It Gets Better Project

www.itgetsbetter.org

O “Projeto Isto vai Melhorar” foi criado para mostrar aos adolescentes LGBT que as suas vidas podem ser felizes e bem-sucedidas, apesar das dificuldades que podem sentir na fase crítica da sua juventude. Estes jovens não estão sozinhos e o seu futuro será melhor – eis a mensagem fundamental desta organização.

The Megan Meier Foundation

<http://www.meganmeierfoundation.org/>

O objetivo da Fundação Megan Meier é chamar a atenção para o fenómeno do bullying e do cyberbullying, nomeadamente em relação a crianças. A sua missão é informar as crianças, pais e educadores para este problema, e assim tentar inverter a situação preocupante que se vive.

The Gay, Lesbian & Straight Education Network

<http://www.glsen.org/cgi-bin/iowa/all/home/index.html>

A Rede Educativa Homossexual, Lésbica e Heterossexual luta para

garantir que cada membro da comunidade escolar é valorizado e respeitado independentemente da sua orientação sexual, identidade ou expressão de género.

Alex Holmes—Taking a Stand: From Bullied to Anti-Bullying Leader (“Alex Holmes – assumir uma posição: de vítima de bullying a líder contra o bullying”)

<http://inspiremykids.com/2010/alex-holmes-making-a-stand-frombullied-to-anti-bullying-leader/>

Alex Holmes, um adolescente vítima de bullying em Inglaterra, decidiu tomar posição quanto a este problema. Na sua escola, criou o posto de “coordenador de alunos contra o bullying”. Em seguida, organizou eventos, criou vídeos, desencadeou campanhas e incentivou outros alunos a participar no movimento, chamando-os de “embaixadores” e “sentinelas” contra o bullying. Neste site podemos encontrar um vídeo que narra a história de Alex, bem como formas de levar a sua mensagem às salas de aulas, seja qual for o ambiente escolar.

Guidelines and Resources for Social and Emotional Development and Learning in New York State (“Guia de Orientação e de Recursos para o Desenvolvimento e Aprendizagem Social e Emocional no Estado de Nova Iorque”)

<http://www.p12.nysed.gov/ssd/sedl/SEDGuidelines.pdf>

Este documento orientador visa fornecer às comunidades escolares do Estado de Nova Iorque princípios e também a confiança para lidar com questões delicadas, tais como o desenvolvimento afetivo e cognitivo das crianças. Ao ter em conta a necessidade de criar ambientes escolares mais serenos e seguros, os professores dotam os indivíduos de condições emocionais e sociais mais propícias ao ensino, traduzindo-se numa melhor aprendizagem. Este facto traz também maior tranquilidade e orgulho aos pais e à comunidade em geral.

NEA's Bully Free: It Starts With Me

<http://www.nea.org/home/NEABullyFreeSchools.html>

O programa “Livre de Bullying” da NEA (Associação Nacional de Educação) foi concebido para ajudar os alunos e os professores a promover a prevenção e a lidar com o “bullying” nos EUA.

Born This Way Foundation

<http://bornthiswayfoundation.org>

Liderada por Lady Gaga e a sua mãe Cynthia Germanotta, a Fundação Born This Way (“Nascida desta Forma”) foi criada em 2011, para estimular a existência de uma sociedade mais aberta, onde as diferenças entre pessoas são aceites e a peculiaridade de cada indivíduo é celebrada como tal. A Fundação colabora na criação de uma comunidade segura, auxiliando os mais jovens a desenvolver as suas aptidões e a construir um mundo mais benevolente.

The Bully Project

<http://thebullyproject.com>

O “Projeto Bully” apresenta propostas para lidar com as necessidades mais imediatas que decorrem do bullying, bem como ideias para produzir uma mudança sistémica. Valendo-se do filme “Stop Bullying! Speak up!” (“Ponham fim ao bullying! Denunciemo!”), o “Projeto Bully” desperta a atenção do público para a urgência em assumir posições concretas, recorrendo a instrumentos e programas elaborados em colaboração com parceiros regionais e nacionais.

“POUCAS PESSOAS ESTÃO DISPOSTAS A RESISTIR À DESAPROVAÇÃO DOS SEUS COMPANHEIROS, À CENSURA DOS SEUS COLEGAS, À FÚRIA DA SOCIEDADE. A CORAGEM MORAL É UM BEM MAIS RARO DO QUE A BRAVURA NA GUERRA OU UMA INTELIGÊNCIA SUPERIOR. TODAVIA, É A MAIS ESSENCIAL E VITAL QUALIDADE DAQUELE QUE PROCURAM MUDAR O MUNDO, QUE RESISTE TERRIVELMENTE A ESSA MUDANÇA. **AQUELES QUE TIVEREM A CORAGEM PARA ENTRAR NESTE CONFLITO MORAL ENCONTRARÃO AMIGOS EM TODOS OS CANTOS DO GLOBO.**”

ROBERT F. KENNEDY

Em África, como em boa parte do mundo, as mulheres têm a responsabilidade fundamental de cultivar os campos, decidir o que deve ser plantado, cuidar das colheitas e recolher a comida. Elas são portanto as primeiras pessoas a aperceberem-se dos problemas ambientais que afligem a produção agrícola: se o poço seca, é a elas que cabe encontrar novas fontes de água, mesmo que seja necessário percorrer longas distâncias para esse efeito. Como mães, logo se dão conta quando a comida que alimenta as suas famílias estão contaminadas por poluentes ou impurezas; vêem-no nas lágrimas das suas crianças e ouvem-no no choro dos seus bebés. Wangari Maathai, a mais famosa ambientalista e defensora dos direitos das mulheres no Quênia, criou o Green Belt Movement (“Movimento Cinturão Verde”), no Dia da Terra de 1977, encorajando agricultores (70% dos quais eram mulheres) a plantar vegetação para impedir a erosão dos solos, fornecer sombras e criar uma fonte de abastecimento de madeira e lenha. Distribuiu sementes às mulheres que trabalhavam nos campos e criou um sistema de incentivos, premiando as que resistiam. Até hoje, o movimento plantou mais de quinze milhões de árvores, gerou rendimento para 80 mil pessoas no Quênia e expandiu os seus esforços a mais de trinta países africanos, aos EUA e Haiti.

Maathai recebeu o Prémio de África pelo seu trabalho no combate à fome e foi anunciada pelo governo queniano (que controla a imprensa) como uma cidadã exemplar. Alguns anos mais tarde, quando Maathai criticou a proposta do Presidente Daniel Toroitich arap Moi para a construção de um arranha-céus de 62 andares no centro do maior parque de Nairobi (encabeçado por uma estátua gigante do próprio Moi), os agentes do governo exigiram o seu silêncio. Todavia, Maathai apenas reforçou a sua denúncia, tornando a campanha pública – o que lhe valeu uma visita das forças de segurança. Recusando silenciar as suas críticas, foi vítima de perseguições e ameaças. Os membros do parlamento referiram-se jocosamente à sua organização como “um grupo de divorciadas”. Os jornais, controlados pelo governo, levantaram suspeitas sobre o seu passado sexual; a polícia deteve-a para interrogação, sem nunca apresentar uma acusação formal. O Presidente Moi acabou por ser forçado a abandonar o projeto, em grande medida devido à bem-sucedida pressão gerada por Maathai.

Anos mais tarde, quando regressou ao parque, liderando uma manifestação em defesa dos prisioneiros políticos, Maathai foi espancada por apoiantes do governo e posteriormente hospitalizada. Após este incidente, os parlamentares favoráveis ao governo de Moi ameaçaram submeter Maathai a mutilação genital, para forçá-la a comportar-se “como uma mulher deve fazê-lo”. Mas Wangari Maathai estava mais determinada do que nunca, e continuou o seu trabalho em prol da proteção ambiental, dos direitos das mulheres e da reforma democrática. De uma sementeira inicial – uma organização de reforço da participação política – nasceram muitos ramos fortes.

Em 2004, Maathai foi agraciada com o Prémio Nobel da Paz, como reconhecimento dos seus esforços. No ano seguinte, foi escolhida para presidir ao Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana. A revista “Time” considerou-a uma das cem pessoas mais influentes do mundo; a “Forbes” incluiu-a na sua lista das cem mulheres mais poderosas a nível global. Em 2006, recebeu a “Legião de Honra”, a mais elevada condecoração francesa. Wangari Maathai faleceu aos 71 anos, em setembro de 2011, numa altura em que lutava contra um cancro.



Wangari Maathai, © 2000 Eddie Adams

“É NECESSÁRIO AGIRMOS, OBTERMOS INFORMAÇÃO, FAZERMOS QUESTÕES, ESTARMOS DISPOSTOS A APRENDER. TEMOS TODO O DIREITO A CONTROLAR A DIREÇÃO DA NOSSA PRÓPRIA VIDA.”

ENTREVISTA RETIRADA DO LIVRO “DIZER A VERDADE AO PODER”, DE KERRY KENNEDY, 2000

O Green Belt Movement (“Movimento Cinturão Verde”) foi criado no Quênia, em 1977, quando mulheres das áreas rurais e dos centros urbanos começaram a falar repetidamente da degradação ambiental em diversos fóruns. As suas necessidades não tinham resposta adequada: não havia lenha disponível; precisavam de fruta para evitar a subnutrição das suas crianças; não havia água potável suficiente, devido ao uso de pesticidas e herbicidas nos campos de cultivo.

No passado, era fácil recolher lenha para queimar e encontrar alimentos saudáveis. Os novos métodos tecnológicos aumentaram a produção, mas a alimentação perdera qualidade e já não servia de sustento. As mulheres sentiam que as suas famílias eram então muito mais frágeis e não resistiam a doenças, devido à degradação ambiental.

O Conselho Nacional das Mulheres, uma organização não-governamental, respondeu a este problema aconselhando a plantação de árvores. Inicialmente, foi difícil pôr em prática esta recomendação, pois as mulheres sentiam que não possuíam conhecimento, tecnologia, nem fundos necessários para esta empresa. Porém, logo lhes mostrámos que não eram precisos recursos complexos para plantar árvores, e que esse gesto simples era um verdadeiro símbolo de esperança e de capacitação das mulheres quenianas. Era algo que elas podiam fazer por si próprias e assistir ao resultado da sua ação, assim melhorando a qualidade das suas vidas.

Os silvicultores reagiram com descrença quando dissemos que ambicionávamos plantar quinze milhões de árvores; chegaram a oferecer gratuitamente as sementes, por acharem impossível que prosseguíssemos o nosso esforço. Mas rapidamente tiveram de retirar essa oferta, pois a procura era muito superior àquilo que podiam de facto oferecer. Como não tínhamos dinheiro, decidimos nós próprios produzir as sementeiras. Recolhíamos sementes das árvores e plantávamo-las como as mulheres faziam com outras sementes, como o grão, milho e outros cereais. Elas desenvolveram assim técnicas básicas de gestão florestal, usando uma “tecnologia apropriada” para acomodar todas as suas sementeiras, como por exemplo colocar os vasos numa posição elevada, para que as galinhas e as cabras não comessem as sementes.

E este método funcionou! Um dia havemos de registar todas as técnicas engenhosas que estas mulheres desenvolveram. Um bom exemplo: por vezes, as árvores produziam sementes que o vento levava; elas germinavam depois nos campos de cultivo, quando caíam as primeiras chuvas. Foi muito interessante ver uma mulher a cultivar um campo com um pequeno recipiente de água, pois parecia que ela estava a tratar de ervas daninhas! Mas ela percebeu que, entre estas, estavam a crescer também sementes de árvores, as quais poderiam, posteriormente, ser recolhidas de forma separada. Então, passado algum tempo, ela colocou-as em recipientes e regressou a casa com centenas de sementeiras de árvores! Estas técnicas permitiram que plantássemos mais de vinte milhões de árvores no Quênia. Em outros países africanos, não temos registos.

As árvores são seres vivos, por isso reagimos a elas de formas muito diferentes. Com frequência, sentimos uma ligação com as árvores, porque nos fornecem comida e alimentam as nossas fogueiras. São como um amigo. Quando plantamos uma

árvore e assistimos ao seu crescimento, algo acontece dentro de nós. Queremos protegê-la e dar-lhe valor. Vi mudanças admiráveis nas pessoas durante este processo, pela forma como passaram a olhar de outra maneira para as árvores. Também achei curioso verificar que muitas pessoas só se dão conta de quão nefasta pode ser a ausência de árvores quando vêem os campos nus. Percebem que a chuva pode ser uma bênção, mas também uma maldição, pois caso os solos não estejam devidamente protegidos pela vegetação, quando a chuva começa a cair arrasta os solos com a sua força! O solo no qual iriam cultivar a sua comida no futuro... Imediatamente se apercebem da relação entre os seres humanos e o ambiente. É maravilhoso ver essa transformação nas pessoas – e é isso que mantém vivo este movimento!

Iniciámos programas em cerca de vinte países. Focamo-nos na mobilização de pessoas comuns na proteção ambiental. Trata-se sobretudo de um programa educativo; na plantação de árvores está implícita uma ação educativa, uma estratégia de reforço das capacidades dos indivíduos, conferindo-lhes a sensação de que estão a assumir as rédeas do seu destino e a ultrapassar os seus receios; no fundo, que estão a lutar por si próprios e pelos seus direitos ambientais. Chamámos à nossa estratégia o “síndrome do autocarro errado”, uma analogia muito simples que ajuda as pessoas a compreender o que está em causa. As pessoas procuram-nos com uma série de problemas: não têm comida, passam fome, a água está poluída, as infraestruturas colapsaram, não há água para os animais, não conseguem levar os filhos à escola. Cheguei a estar com cem pessoas e registar cento e cinquenta queixas. Elas acham mesmo que iremos conseguir resolver todos os seus problemas. Eu tomo nota dos seus nomes e problemas, mas sei desde logo que não vou resolvê-los diretamente, apenas faço esse registo para lhes transmitir uma sensação de alívio e permitir que expressem as suas preocupações.

Em seguida, perguntamos-lhes: “O que pensam que cria estes problemas?” Algumas pessoas culpam o governo, o presidente, os ministérios. A culpa é colocada nas autoridades. As pessoas não acham que elas próprias poderão estar a contribuir para o problema em causa. Então, usamos o símbolo do autocarro (pois é um meio de transporte muito comum no nosso país). Se apanharmos o autocarro errado, acabamos no destino errado. Podemos passar fome porque não temos dinheiro. Claro que até podemos ser salvos pela pessoa que iríamos visitar, mas também podemos ser detidos pela polícia por parecermos vagabundos e estarmos perdidos. Podemos ser assaltados – tudo pode acontecer! Por isso, perguntamos às pessoas: “O que vos pode levar a apanhar o autocarro errado? Como é possível chegarem à estação e, em vez de apanharem o autocarro certo, entrarem no veículo errado?” Esta é uma analogia com uma experiência vulgar. A razão mais comum para as pessoas apanharem o autocarro errado é o facto de não saberem ler nem escrever. Mas também podem enganar-se por terem medo, por serem arrogantes, por não estarem atentos nem focados. Há muitas razões possíveis.

Após fazermos este exercício, perguntamos às pessoas para analisarem os problemas que elas próprias enunciaram. Por que razão passamos fome? Por que somos perseguidos pela polícia? Por que não podemos manifestar-nos ou termos encontros públicos sem uma licença? Ao olharmos para isto, percebemos que entrámos no autocarro errado. Vivemos sem informação

demasiado tempo. A história do Quênia nos últimos quarenta anos explica porquê. Durante a Guerra Fria, o nosso governo tornou-se ditatorial. Existia apenas uma estação de rádio; a informação era controlada, o nosso país vivia no desconhecimento. O governo agia de forma opressiva, o medo instalou-se entre nós – era fácil apanharmos o autocarro errado. Cometemos erros e criámos problemas para nós mesmos. Não olhámos para o ambiente, não plantámos árvores e a nossa terra foi levada pelas chuvas. O solo arável, antes tão bonito, perdeu-se. O mal estava feito. Talvez porque não estivéssemos totalmente focados, porque sofriamos de alcoolismo, ou não tivéssemos trabalho, mas os nossos problemas pessoais não tinham nada que ver com o governo. Entrámos no autocarro errado e daí seguiram-se muitas coisas más. Era necessário sairmos do autocarro e melhorar a situação em que nos encontrávamos.

Daí a importância de agir, de nos informarmos, de fazermos questões, de estarmos dispostos a aprender. É por esta razão que as pessoas vinham aos nossos seminários: para saberem como plantar árvores, para terem conhecimento que lhes permitisse agir, para aprenderem a ler aquilo que queriam ler, para se encontrarem com quem desejassem sem pedir permissão. Sair do autocarro significa readquirir controlo sobre a direção da nossa própria vida.

Incentivamos então as pessoas a plantar árvores, a cultivarem e produzirem comida para a sua família, a integrarem o projeto “comida segura”, garantindo que plantam sementeiras locais, para que não se perca a biodiversidade local. Como vivemos nos trópicos, as árvores crescem muito depressa. Em cinco anos, ou menos, temos árvores de fruto enormes, como bananeiras. Sugerimos que falem com as outras pessoas sobre o que aprenderam connosco, que divulguem e expandam a nossa mensagem educativa na sua aldeia. Garantimos apoio para que encorajem as outras pessoas a sair do autocarro: podem incentivar um pequeno grupo a proteger um parque, uma floresta ou um espaço verde aberto local. A proteção ambiental não se alimenta só de palavras, mas também de ações concretas. As pessoas que vivem perto da floresta são as primeiras a dar-se conta de que ela está a ser destruída. As pessoas que vivem junto a nascentes de água são as primeiras a reparar que elas estão a ser contaminadas. Estas são as pessoas que devem, desde logo, chamar a atenção para estes problemas, a nível local e nacional.

É este processo que vi ocorrer com o Green Belt Movement. As mulheres que plantaram árvores influenciaram os seus vizinhos, os quais, mais tarde, se juntaram a elas. Em termos nacionais, conseguimos despertar a atenção do parlamento e até do presidente, para a necessidade de proteger o ambiente! E agora, vemos o governo a seguir recomendações dos ambientalistas, alertando contra a degradação das florestas, a privatização dos espaços públicos, a interferência no crescimento das florestas. Esta pressão é exercida por pessoas comuns. Reforçámos o poder das mulheres. E os homens juntaram-se a nós, pois reconheciam que elas estavam a fazer um trabalho positivo.

Muitos homens participam na plantação de sementeiras, mas não no seu cultivo continuado, pois essa tarefa é feita tradicionalmente (e bem) pelas mulheres. Os homens vêem as árvores como um investimento económico. Olham para o futuro e pensam: daqui a trinta anos teremos árvores enormes para

vender. Apesar disto, o Green Belt Movement conta com a participação de homens, mulheres e crianças – e isso é o mais importante. Podemos ter as mulheres a plantar árvores e os homens a cortá-las, mais tarde! Precisamos que todos trabalhem em conjunto na proteção do ambiente.

Quando iniciamos este tipo de trabalho há uma certa pureza de espírito, uma compaixão. Os nossos panfletos têm uma declaração de princípios: “o principal objetivo desta organização é consciencializar o nosso povo para a necessidade de proteger o ambiente, tocar nos seus corações e nas suas mentes, para convencer as pessoas a tomar as decisões certas, uma vez que isso é a única coisa lógica a fazer.”

A clareza do que deve ser feito dá-nos coragem, afasta o receio e o medo de fazer perguntas. E há tantas coisas que não sabemos e precisamos de saber. Ajuda-nos a focar a mente. Saímos do autocarro e estamos na direção certa. Movemo-nos com paixão, convicção e persistência, estamos concentrados. Antes, com frequência, era necessário ameaçar as pessoas que estavam no autocarro errado ou conduzindo os outros, para as convencer que não seguiam na direção certa. Mas agora sentimo-nos livres para dizer simplesmente às pessoas: “Acreditem em mim, estão a seguir na direção errada, incluindo aquele que vos lidera”. Claro que este não gosta de ouvir estas palavras, nem os apelos para que as pessoas que ele conduz saiam do autocarro. É neste momento que irrompe o conflito. O líder acusa-nos de enganar as pessoas, de deturpar a sua visão ou os seus objetivos, de desvirtuar o seu papel.

Foi isto que aconteceu entre mim e o Presidente Moi. Em 1989, ele quis tomar conta do Parque Uhuru, o único que então restava em Nairobi, para construir o mais alto edifício de África, com sessenta e dois andares. Junto ao arranha-céus, desejava construir uma estátua gigante de si próprio (talvez para que as pessoas lhe pudessem dar umas palmadinhas na cabeça a partir do quarto andar). Toda a baixa de Nairobi teria de ser reestruturada.

Esse edifício teria sido tão intimidante que, mesmo restando algum espaço verde no parque, ninguém mais o procuraria. Era mesmo muito intimidante e teria sido um enorme erro, bem como um desastre económico, pois envolvia pedir um grande empréstimo e aumentar a nossa dívida. Era um autêntico “elefante branco”, mas ele ambicionava muito este projeto para sua glorificação pessoal.

Levantámos objeções, pois este era o único parque da cidade que as pessoas mais pobres podiam frequentar. A polícia não tinha o direito de remover ninguém, era efetivamente um parque público aberto a todos. Tivemos o apoio de muita gente, até de investidores no projeto, que perceberam então que aquela não era uma boa ideia.

Organizámos um protesto no parque, mas fomos agredidos pela polícia. Éramos um pequeno grupo de mulheres pois, naquela altura, em 1989, havia muito medo entre a sociedade. Tinha levado a matéria a tribunal, argumentando que o parque era público e não podia ser privatizado. O presidente era um servidor da causa pública; apoderar-se do que não lhe pertencia e privatizá-lo era um crime. Perdemos a ação judicial, pois o tribunal considerou que não nos cabia falar do assunto e reclamar acerca do estatuto do parque. Mas, em última instância, acabámos por ser bem-sucedidos, pois os investidores – pressionados em grande medida pelo povo – retiraram o seu apoio ao projeto. Os membros do parlamento decidiram então

atacar-me e ao Green Belt Movement, recomendando que fosse considerada uma organização subversiva. Foi iniciada uma campanha suja para nos desacreditar, incluindo a designação pejorativa do movimento como “um grupo de mulheres divorciadas e irresponsáveis”.

A minha resposta foi agressiva e suscitou muitos comentários: “O que quer que pensem sobre as mulheres do Green Belt Movement, a verdade é que estamos a lidar aqui com a privatização de um parque público. Trata-se de uma questão sobre os direitos públicos e os direitos do povo. Este género de questões requer apenas as partes anatómicas situadas acima do pescoço”. A imprensa adorou esta declaração. Com efeito, o Parlamento estava apenas a ser medíocre, chauvinista e ofensivo. Felizmente, tenho uma carapaça dura que me proteger. Quanto mais me atacavam e me procuravam ridicularizar, mais forte me tornavam. Eu sabia que tinha a razão do meu lado, e eles não.

Alguns anos mais tarde, em 1992, juntamente com cerca de dez mulheres cujos filhos haviam sido detidos por reclamarem mais direitos democráticos para o povo, regresssei àquele parque e designei-o como “cantinho da liberdade”. Ficámos lá durante quatro dias. Ao quinto dia, o governo mandou avançar a polícia; algumas de nós foram agredidas violentamente. Mas nunca me esquecerei da coragem daquelas mulheres. Acabei por ser hospitalizada, por isso não sei exatamente o que aconteceu naquele dia, mas disseram-me que a polícia deteve as manifestantes e expulsou-as do parque. Porém, no dia seguinte, elas voltaram a Nairobi, procuraram umas pelas outras e reuniram-se novamente; recusavam voltar a casa. Ao invés, dirigiram-se ao responsável anglicano da Catedral de Todos os Santos, que lhes deu abrigo na cripta, onde elas podiam esperar pelas suas companheiras. O responsável pensou que elas ficariam apenas duas ou três noites, mas este episódio durou um ano. Elas permaneceram na cripta até que o Presidente Moi libertasse os seus filhos. As autoridades usaram de todos os meios para obrigar as mulheres a deixar a cripta: subornaram-nas, intimidaram-nas, enviaram familiares para as convencer a sair. Estivemos rodeadas de polícias armados, que ameaçaram arrombar as portas da igreja e carregar sobre nós. Felizmente isso nunca aconteceu, porque alguns dos polícias eram cristãos e recusaram invadir à força uma igreja.

PERDIDO LÁ, SENTIDO AQUI: PROTEGENDO OS PULMÕES DO PLANETA WANGARI MAATHAI

TEMAS
DIREITOS AMBIENTAIS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- **Artigo 20.º** liberdade de associação e de reunião pacífica
- **Artigo 27.º** direito a participar na vida cultural da comunidade

QUESTÕES-CHAVE

- O quais são os objetivos e propósitos do Green Belt Movement ("Movimento Cinturão Verde")?
- em que medida é Wangari Maathai uma pessoa corajosa?
- como é a nossa vida e a vida de todos os seres humanos afetada pela deflorestação?

TEMPO NECESSÁRIO

80 minutos (duas aulas de 40 minutos).

OBJETIVOS

Após esta lição, os alunos devem ter competência para:

- relacionar o conceito de deflorestação com a sua própria vida.
- analisar e utilizar vocabulário adequado para facilitar a compreensão do trabalho em prol dos direitos humanos realizado por Wangari Maathai.
- recolher dados, factos e ideias sobre o problema ambiental das alterações climáticas, e também sobre o reforço da intervenção das mulheres.
- usar materiais de apoio para desenvolver e sintetizar informação, resultando na criação de uma carta ou um filme originais.
- Criar um filme ou uma carta originais focados no conceito de deflorestação e no seu impacto negativo global.
- Defender o trabalho ambiental implementado por Wangari Maathai.

VOCABULÁRIO

- Deflorestação
- Defesa
- Ambientalista
- Erosão dos solos
- Incentivo
- Exemplar
- Denunciar
- Proposta
- Erigir
- Restringir
- Críticas
- Detido/A
- Compaixão
- Clareza
- Coragem
- Destino
- Interrogado/a
- Supracitado
- Degradação ambiental
- Subnutrição
- Carenciado
- Capital
- Capacitação
- Destino
- Infraestrutura
- Arrogante
- Condenação
- Rural

CONCEITOS

- Coragem
- Medo
- Perseverança
- Capacitação
- Empatia
- Sistemas físicos
- Sistemas humanos
- Ambiente e sociedade
- Justiça
- Valores cívicos
- Direitos humanos

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- computador com acesso à internet
- Leitor de CD's

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- "Paper and Ink", música de Tracy Chapman, com letra: <http://www.YouTube.com/watch?v=LDqrJlqTyw0>
- Transcrição do discurso de Kerry Kennedy na Cooper Union (juntamente com o discurso de Wangari Maathi)
- vídeo "Wangari Maathai and the Green Belt Movement": <https://www.youtube.com/watch?v=BQU7JOxkGvo>
- entrevista a Wangari Maathi: www.RFKHumanRights.org
- vídeo sobre deflorestação: "Long Hi Rez: Saving Our Rainforests — The Lungs of Our Planet": <http://www.youtube.com/watch?v=6lb1BNqj7eA>
- vídeo sobre a Campanha Mottainai: https://www.youtube.com/watch?v=KMw-fP_GRP8&feature=player_embedded

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- distribua aos alunos a letra da música “Paper and Ink”, de Tracy Chapman, para acompanharem enquanto ouvem a canção: <http://www.youtube.com/watch?v=LDqrlqTyw0>
- Após ouvirem a música, os alunos devem envolver-se numa discussão a partir das seguintes questões: quantas folhas de papel usamos num dia? Quantas folhas de papel são usadas na escola num dia? Numa semana? Num ano? Quem é proprietário do sol? E do mar?

ATIVIDADE N.º 1

- Peça aos alunos que leiam e ouçam o discurso de Kerry Kennedy na Cooper Union, sobre o direito de todos de acesso (à propriedade), ao longo da história, e de como a exploração ambiental está diretamente ligada à violações de direitos humanos. Transcrição do discurso: <http://greenbeltmovement.org>
- os alunos devem assistir ao vídeo sobre deflorestação “Long Hi Rez: Saving Our Rainforests—The Lungs of Our Planet,” com Harrison Ford: <http://www.youtube.com/watch?v=6lb1BNqj7eA>
- Peça aos alunos para registarem as suas reações ao vídeo, enquanto assistem ao mesmo.
- Os alunos devem partilhar as suas observações, numa discussão em grupo.

ATIVIDADE N.º 2

- Trabalhando em equipas de três elementos, os alunos distribuem palavras entre si e estabelecem definições para elas. Posteriormente, partilham as suas conclusões com o resto da turma

ATIVIDADE N.º 3

- Os alunos devem ler a entrevista a Wangari Maathai (www.RFKHumanRights.org) e responder às seguintes questões:
 - como se chama o movimento criado por Maathai e qual é o seu objetivo?
 - a plantação de milhões de árvores gerou rendimentos para quantas pessoas?
 - explique a sequência de eventos ocorrida após Maathai ter criticado o Presidente Daniel arap Moi, devido à sua proposta para criar um arranha-céus com sessenta e dois andares no seio do maior parque de Nairobi.
 - Que resultados produziram a sua perseverança, nomeadamente nas suas tomadas de decisão e ações públicas?
 - de que necessidades, provocadas pela degradação do ambiente, falavam as mulheres inicialmente em 1977?
 - compare e contraste a forma como as mulheres descreviam a situação ambiental no passado com a atualidade.
 - por que pensavam as mulheres inicialmente que não seriam capazes de plantar árvores?
 - em que medida plantar árvores reforça o poder das mulheres?
 - De que forma e por que razão são as mulheres um factor importante no Green Belt Movement?
 - por que motivo os silvicultores reagiram jocosamente ao número de árvores que o movimento desejava plantar?
 - por que razão os silvicultores retiraram a sua oferta gratuita de sementes?
 - explique por que motivo Wangari Maathai e o Green Belt Movement deixaram de precisar das sementes na posse dos silvicultores.
 - explicita os objetivos e propósitos do Green Belt Movement.
 - explique de que forma Wangari Maathai foi corajosa.
 - Interprete a frase de Maathai: “O medo é o teu maior inimigo”.
- os alunos devem partilhar as respostas numa discussão entre toda a turma e, em seguida, assistir ao vídeo intitulado “Wangari Maathai and the Green Belt Movement” (“Wangari Maathai e o Green Belt Movement”): <https://www.youtube.com/watch?v=BQU7JOxkGvo>
- os alunos devem debater as questões suscitadas pelo vídeo.

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convênios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)

- **Artigo 19º** liberdade de expressão
- **Artigo 21º** liberdade de reunião
- **Artigo 22º** liberdade de associação

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

- os alunos devem assistir ao vídeo “Wangari Maathai talks about the Mottainai Campaign” (“Wangari Maathai fala sobre a Campanha Mottainai”). Mottainai é uma palavra japonesa que significa “reduzir”, “reusar”, “reciclar”. Wangari deu início a esta campanha para reduzir o uso de milhões de pequenos sacos de plásticos que contribuem para a degradação da nossa sociedade: http://www.YouTube.com/watch?v=KMw-fP_GRP8&feature=player_embedded
- os alunos devem criar anúncios de serviço público para chamar a atenção das suas comunidades acerca do uso de sacos reutilizáveis.
- os alunos devem criar “planos de ação” para despertar atenção pública em relação à Campanha Mottainai nos seus bairros. Devem escrever cartas e, em seguida, distribuí-las nos supermercados que usem sacos de plástico, requerendo que os substituam por sacos reutilizáveis. Os alunos devem sublinhar a importância de criar incentivos para essa mudança.
- os alunos devem escrever uma carta persuasiva ou criar um pequeno filme e enviá-los a responsáveis políticos, pedindo-lhes para aderirem a organizações protetoras do ambiente, para incluírem no processo legislativo a obrigação de redução de emissões poluentes que causam deflorestação e degradação ambiental, bem como a integração de uma referência às florestas nos acordos sobre legislação ambiental e, por fim, que lhes mostre como a degradação das florestas afeta todos os seres humanos.
- os alunos devem participar na Campanha Mil Milhões de Árvores e plantar uma árvore na sua comunidade: <http://www.unep.org/billiontreecampaign/> e também <http://www.tree-planting.com/tree-planting-4.htm>
- os alunos devem criar uma interpretação e explicação visual da Campanha Mil Milhões de Árvores e expô-las na sua escola.
- os alunos devem escrever um poema sobre deflorestação e o seu impacto negativo na humanidade (personificando a Terra como tendo pulmões) e, em seguida, criar uma interpretação visual que se relacione com o poema.
- os alunos devem voluntariar-se para participar no Dia Internacional da Limpeza Costeira, intervindo nos seus bairros, se possível: <http://www.oceanconservancy.org/our-work/international-coastal-cleanup/>
- os alunos devem entrevistar o responsável pelo camião de reciclagem local, para descobrirem mais sobre o que acontece afinal aos sacos de plástico deitados fora.

RECURSOS ADICIONAIS

Baskets of Africa

www.basketsof africa.com

Baskets of Africa (“Cestos de África”) representam os tecedores de cestos africanos em todo o continente. Esta organização serve de meio de comunicação entre clientes e os trabalhadores que tecem manualmente os cestos, tendo por objetivo garantir que estes últimos recebem compensação justa pelo seu trabalho. A organização presta ainda auxílio às mulheres tecedeiras, para que estas obtenham independência e sucesso financeiro.

The Green Belt Movement

www.greenbeltmovement.org

O Green Belt Movement (“Movimento Cinturão Verde”) é uma organização da sociedade civil, criada por mulheres, no Quênia, que se dedica à defesa dos direitos humanos, boas práticas governativas e mudanças democráticas pacíficas através da proteção ambiental. Esta organização luta pela preservação e restauro da biodiversidade em África, tendo plantado mais de 40 milhões de árvores num esforço de prevenção contra a erosão do solo. Através destas ações, o Green Belt Movement reforçou a capacidade de ação de milhares de mulheres e das suas famílias na defesa dos seus direitos.

“O FUTURO NÃO PERTENCE ÀQUELES QUE ESTÃO SATISFEITOS COM O QUE EXISTE HOJE, OU QUE VIVEM APÁTICOS EM RELAÇÃO A PROBLEMAS COMUNS OU ÀS OUTRAS PESSOAS, TÍMIDOS E RECEOSOS FACE A PROJETOS ARROJADOS OU NOVAS IDEIAS. AO INVÉS, O FUTURO PERTENCERÁ AOS QUE FOREM CAPAZES DE JUNTAR PAIXÃO, RAZÃO E CORAGEM NUM COMPROMISSO PESSOAL PARA COM AS GRANDES INICIATIVAS E IDEAIS DA SOCIEDADE NORTE-AMERICANA. PERTENCERÁ ÀS PESSOAS QUE COMPREENDEM QUE A SABEDORIA SÓ PODE EMERGIR A PARTIR DO CONFRONTO ENTRE PERSPETIVAS DIFERENTES, E DA EXPRESSÃO APAIXONADA DE CRENÇAS PROFUNDAS E HOSTIS. PLATÃO DISSE: «UMA VIDA SEM CRÍTICAS NÃO VALE A PENA SER VIVIDA»”

Lucas Benítez, membro da Coligação de Trabalhadores de Immokalee (CIW, na sigla inglesa), ele próprio um trabalhador agrícola, é um líder na luta contra o trabalho escravo, tráfico humano e exploração laboral nos campos agrícolas nos EUA. Através da “Campanha pela Alimentação Justa”, de âmbito nacional, a CIW procura informar os consumidores da exploração laboral nos campos agrícolas norte-americanos, e ainda promover alianças entre os trabalhadores e os consumidores para combater o poder das grandes empresas que recorrem essa exploração. Em março de 2005 e abril de 2007, a CIW assinou documentos históricos com a Yum! Brands (a empresa da Taco Bell) e a McDonald’s, respetivamente, os quais respondem às exigências da CIW relativamente ao aumento de salários dos trabalhadores.

Em 2011, graças aos Acordos de Alimentação Justa, resultado direto da “Campanha pela Alimentação Justa”, a CIW lançou o “Programa Alimentação Justa”, um modelo inovador de responsabilidade social, que envolve uma parceria entre trabalhadores agrícolas, produtores de tomate da Florida, comerciantes e distribuidores, incluindo a Subway, a Whole Foods e o Walmart.

A CIW tem colaborado com a Robert F. Kennedy Human Rights para pressionar os grandes produtores na indústria da “fast food” a aplicarem uma sobretaxa na produção de tomates da Florida, de modo a suportar um salário decente para os trabalhadores agrícolas desse Estado. A Robert F. Kennedy Human Rights e a CIW unem também esforços para despertar a atenção dos consumidores e do governo sobre esta matéria, promovendo a adoção de leis que eliminem a exploração e a escravatura praticada sobre os trabalhadores agrícolas dos EUA. A Robert F. Kennedy Human Rights é também um membro fundador da Aliança para a Alimentação Justa, uma rede de organizações de direitos humanos, religiosos, estudantis, laborais e populares dedicadas à promoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores agrícolas.

Em 2015, o Secretário de Estado, John Kerry, atribuiu à CIW e ao Programa Alimentação Justa a Medalha Presidencial por Esforços Extraordinários no Combate ao Tráfico Humano. Em 2014, a CIW recebeu o Prémio Clinton Cidadão Global, devido ao notável impacto do Programa Alimentação Justa. Em 2013 a Coligação foi agraciada com a Medalha Liberdade de Pobreza, atribuída pelo Instituto Roosevelt.



“O DIREITO A UM SALÁRIO JUSTO, A PROIBIÇÃO DE TRABALHOS FORÇADOS, O DIREITO A PARTICIPAR NUMA ORGANIZAÇÃO SINDICAL – TRÊS DAS PREMISSAS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS – SÃO VIOLADAS REPETIDAMENTE NOS EUA, NO QUE RESPEITA AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS.”.

INTERVENÇÃO POR LUCAS BENÍTEZ (CIW), NA CERIMÓNIA DE ENTREGA DO “PRÊMIO DIREITOS HUMANOS RFK”, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2003

Senhora Kennedy, Senador Kennedy, Senhora Kerry Kennedy, gostaria de vos agradecer em meu nome e de todos os membros da Coligação de Trabalhadores de Immokalee, por este maravilhoso dia.

Mas antes de começar propriamente, julgo que devo dizer-vos que eu e os meus companheiros sentimo-nos um pouco desorientados, como se estivéssemos perdidos num mundo de sonho, onde já não conseguimos saber o que é real.

Apenas há dois dias, marchámos em direção à baixa de Miami, escoltados por cerca de três mil polícias – polícias anti-motim, polícia montada, polícias em motas, polícias a pé, polícias em helicópteros voando sobre Miami, com as suas hélices a servir de banda sonora para o que parecia ser um filme acerca da lei marcial nos EUA – tudo isto porque nos juntámos para defender o comércio justo, que respeite os direitos humanos, e não o comércio livre que explora os seres humanos.

E todavia, hoje encontramos-nos aqui, nesta cidade histórica, o coração do governo dos EUA, para receber este prestigiado prémio devido ao nosso esforço na defesa dos direitos humanos.

A verdade é esta: eu e os meus companheiros sentimo-nos confusos. É difícil perceber em que dois destes mundos vivemos efetivamente – no mundo onde a voz dos pobres é temida e os protestos em defesa dos direitos humanos é considerado uma das mais graves ameaças à segurança pública? Ou no mundo em que essa defesa dos direitos humanos é celebrada e encorajada na procura de uma sociedade mais justa e equitativa?

Apesar de esta ser possivelmente a mais complexa e importante questão que enfrentamos neste país, não tenho dúvidas como Robert F. Kennedy lhe responderia, se estivesse hoje connosco. Tal como o grande herói que nos foi roubado há 35 anos, o Dr. Martin Luther King, Robert F. Kennedy ter-se-ia juntado a nós nas ruas de Miami. Possivelmente teria sentido o mesmo receio que experienciámos ao ver tamanha força organizada contra nós, mas prosseguiria o seu caminho, movido pela fé e pelo seu forte empenho na defesa da justiça social.

Este prémio é a prova e o testemunho da visão de Robert Kennedy e da sua convicção que nós, trabalhadores e pobres, também fazemos parte desta democracia, que as nossas vozes também devem integrar o coro desta grande nação, e que os nossos interesses devem ser levados em conta, porque sem a justiça, é impossível obter a paz – uma verdadeira e duradoura paz.

Olhando à minha volta, vejo aqui trabalhadores e administradores empresariais, estudantes e homens religiosos, artistas, políticos, procuradores do Departamento de Justiça, líderes sindicais, amigos, membros da minha família, colegas da Freedom Network, acionistas, ativistas dos direitos civis. Posso assegurar-vos que não é frequente vermos reunidas todas estas pessoas no mesmo espaço!

E todavia, estamos aqui unidos apesar da diferença que existe nas nossas vidas e nos nossos pontos de vista. O que nos junta é um sentimento comum, profundamente enraizado na nossa humanidade: ficamos revoltados pelo facto de os direitos

humanos continuarem a ser violados neste grande país.

Por trás das imagens idílicas e reluzentes promovidas pela indústria da “fast-food”, através de anúncios intermináveis na TV, que lhes custam mais de três mil milhões de dólares anualmente, e por trás da publicidade dos supermercados, que celebram a abundância das nossas colheitas, em cada Dia de Ação de Graças, existe uma outra realidade.

Essa realidade oculta é a seguinte: os trabalhadores agrícolas, que contribuem com o seu sangue e suor para que corporações colossais possam obter avultados lucros, continuam a viver na miséria e na pobreza, sem benefícios sociais e sem direito a pagamento por horas extraordinárias. Muitos trabalham obrigados pela força, contra sua vontade, aterrorizados pelos seus empregadores violentos, sob a vigilância de guardas armados, cativos nesta escravatura moderna. O direito a um salário justo, a proibição de trabalhos forçados, o direito a participar numa organização sindical – três das premissas da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas – são violadas repetidamente nos EUA, no que concerne aos direitos dos trabalhadores agrícolas.

É esta a verdadeira face da democracia no século 21? É tudo isto que podemos esperar para o nosso futuro e para o futuro dos nossos filhos?

Respondemos do fundo dos nossos corações: NÃO! Podemos – devemos – acreditar num mundo melhor, porque um mundo melhor É possível.

Cabe-nos, portanto, continuar a lutar com o mesmo espírito, por um mundo onde os mais pobres, pessoas sem voz, exigem e obtêm o respeito e a dignidade que lhes é devida, onde as empresas não mais definem os limites da nossa liberdade, restringem os nossos sonhos, limitam a nossa imaginação e bloqueiam os caminhos do nosso destino.

Neste mesmo espírito, gostaria de concluir com um agradecimento especial a todos os membros da Coligação de Trabalhadores de Immokalee. Tivemos de abandonar a marcha em Miami para virmos até aqui, mas muitos dos nossos companheiros continuam com a sua luta e com o seu trabalho na construção, passo a passo, de um mundo melhor.

Como disse Robert F. Kennedy, “Algumas pessoas olham para o mundo como ele é hoje e perguntam: porquê? Eu vejo o mundo como ele poderia ser e pergunto: por que não?” A sua visão, exposta há 35 anos, não está hoje esquecida. A Coligação de Trabalhadores de Immokalee e os seus membros continuam, hoje, a marchar na direção dessa visão. Obrigado!

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Artigo 4.º proibição de escravatura
- Artigo 23.º direito ao trabalho e a associação sindical
- Artigo 24.º direito ao descanso e ao lazer
- Artigo 25.º direito a padrões de vida adequados

QUESTÕES-CHAVE

- De onde provêm e como chegam até à nossa mesa os alimentos que comemos?
- As pessoas que produzem e colhem os nossos alimentos são tratadas de forma justa?

TEMPO NECESSÁRIO

120 minutos.

OBJETIVOS

- Após esta lição, os alunos devem ter competências para:
- descrever as condições dos trabalhadores agrícolas nos EUA.
- criar um plano de ação para defender os direitos desses trabalhadores.

VOCABULÁRIO

- Agricultor
- Trabalhador agrícola
- Agricultura familiar
- Sector agro-alimentar
- Agricultura industrial
- Coligação dos Trabalhadores de Immokalee

CONCEITOS

- Trabalhador migrante
- Dignidade humana
- Coragem
- Comércio justo

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- computador com acesso à internet
- Equipamento de projeção de vídeo

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- A biografia de Lucas Benítez: www.rfkhumanrights.org
- vídeo “Immokalee: From Slavery to Freedom” (Immokalee: da escravidão à liberdade): <https://www.youtube.com/watch?v=zBc4cOg9-ks>
- reportagem da CBS sobre o programa “Alimentação Justa”: <https://www.youtube.com/watch?v=b6s4YAOISns>
- editoriais e artigos de opinião sobre a Lei de Práticas Laborais Justas para Trabalhadores Agrícolas: “This Must Be NY’s Final Harvest of Shame,” (NY Daily News, 26 de novembro de 2009): http://www.nydailynews.com/opinions/2009/11/26/2009-11-26_this_must_be_new_yorks_final_harvest_of_shame.html#ixzz0xgWNzaei; “Don’t Kill Our Local Farms”, (NY Post, 23 de Janeiro de 2010): http://www.nypost.com/p/news/opinion/opedcolumnists/don_kill_our_local_farms_Ji6VYXqZJLb4CFtNeQc3wK
- “Lewis County Uncovered: Is this Darrel’s Time?”, texto de Bruce Krug, um produtor de laticínios reformado: <http://lewiscountyuncovered.blogspot.com/2010/03/is-thisdarrels-time.html>
- “Same Old Politics Hurts N.Y. Farmworkers”, Times Union, 29 de Janeiro de 2010: <http://albarchive.merlinone.net/mweb/wmsql.wm.request?oneimage&imageid=9368953>
- um tomate

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- mostre um tomate aos alunos. Pergunte-lhes: “o que vêem?” Peça aos alunos para que escrevam nos seus cadernos o que vêem, durante pelo menos três minutos.
- os alunos devem mostrar as suas respostas a um parceiro. Peça a alguns voluntários para partilhar as suas observações com a turma.
- após terem sido ouvidas algumas descrições, faça notar aos alunos que eles referem-se ao que viram, mas não à proveniência do tomate nem às pessoas que o cultivaram, recolheram ou produziram. Pergunte aos alunos como acham que o tomate chegou ao mercado ou supermercado. Peça a voluntários que respondam.
- peça aos alunos que definam as palavras incluídas no “Vocabulário” e descrevam como elas se relacionam. Caso disponham de um quadro interativo, os alunos podem organizar as palavras de forma hierárquica ou criar uma rede de conceitos, que devem posteriormente ser registadas nos seus cadernos.
- leia os seguintes excertos aos alunos:
“(…) não se esqueçam, ao fazer algo pelos outros, que têm algo devido aos outros. Não se esqueçam disso. Estamos todos ligados na vida e no mundo. Podem pensar que tudo o que têm foi obtido apenas por vós próprios (...). Mas servem-se de um café e ele foi colocado na vossa chávena por um sul-americano. Decidem que vão beber um pouco de chá esta manhã, apenas para descobrir que ele foi colocado na vossa chávena por um chinês. Ou então preferem um cacau quente, mas ele foi colocado na vossa chávena por um africano. Em seguida, desejam um pouco de pão, que vos é colocado nas mãos por um agricultor que fala inglês, já para não falar do padeiro. Antes de terem terminado o vosso pequeno-almoço, já se tornaram dependentes de mais de metade do mundo”, Martin Luther King, “The Three Dimensions of a Complete Life” (“As Três Dimensões de uma Vida Plena”), discurso apresentado na Igreja Baptista da Nova Aliança, em Chicago, no dia 9 de abril de 1967.

Transcrição completa: <http://seattletimes.nwsources.com/mlk/king/words/completelife.html>

“Basta olhar para os alimentos que temos na nossa cozinha ou no frigorífico para perceber que eles foram feitos por milhares de pessoas em diferentes continentes. Os limões que compramos no supermercado ligam-nos a uma distribuidora comercial de alimentação, composta por pessoas que vieram do México, e que são pulverizadas com pesticidas. É fácil ver apenas o limão, mas apenas quando olhamos de forma abrangente para todo o quadro é possível sentirmos uma verdadeira conexão e responsabilidade”, Barbara Kingsolver (escritora), em *Animal, Vegetable, Miracle: A Year of Food Life* (Animal, Vegetal, Milagre: Um Ano de Vida Alimentar), Harper Collins, 2007.

pergunte aos alunos para relacionarem as citações com a reflexão anterior sobre a proveniência do tomate.

ATIVIDADE N.º 1

- distribua aos alunos a biografia de Lucas Benítez.
- mostre aos alunos os vídeos: “Immokalee: From Slavery to Freedom” (Immokalee: da Escravidão à Liberdade), um olhar sobre a história da Coligação de Trabalhadores de Immokalee, com enfoque no muito bem sucedido boicote ao Taco Bell (o Professor pode optar por apresentar aos alunos apenas seções do vídeo, para uma apresentação mais curta): <https://www.youtube.com/watch?v=zBc4cOg9-ks>; e ainda a reportagem da CBS sobre o Programa Alimentação Justa: <https://www.youtube.com/watch?v=b6s4YAOISns>.
- após o visionamento, discutam os seguintes tópicos:
 - em que medida é Lucas Benítez um líder na luta pelos direitos humanos dos trabalhadores agrícolas?
 - Descreva a vida de um apanhador de tomate em Immokalee, na Florida.
- No vídeo diz-se que os apanhadores de tomate trabalham doze horas por dia, sob um calor abrasador, para apanharem cerca de 1800 kg de tomates, ganhando com isso algo como 50 dólares por dia. Assim sendo, quanto ganham por hora? Como se compara este valor com o salário mínimo federal de 7,25 dólares por hora? Como é possível que os produtores de tomate paguem um salário tão baixo?
- Considere ainda as seguintes perguntas complementares:
 - de que forma a Coligação de Trabalhadores de Immokalee mudou até aqui as vidas dos trabalhadores?
 - Por que decidiu a Coligação fazer um boicote à Taco Bell (uma grande compradora de tomates)?
 - Que métodos usou a CIW para divulgar a sua mensagem quanto à situação dramática dos trabalhadores?
 - Foram esses métodos eficazes? Porquê ou por que não?
- peça aos alunos que visitem o site da CIW: www.ciw-online.org, o qual inclui magníficas fotos e vídeos de ações em curso. Desde a vitória obtida sobre a Taco Bell, em 2005, a CIW teve êxito nas suas disputas contra a MacDonald's, o Burger King e grandes distribuidoras alimentares como a Aramark e a Sodexo. As suas campanhas na atualidade centram-se em cadeiras de supermercados, como a Ahold, Stop and Shop, Publix, Kroger e Chipotle.

ATIVIDADE N.º 2

- questione aos alunos:
 - em que situação se encontra a produção alimentar nos EUA?
 - De que forma são tratados a nível nacional os trabalhadores agrícolas?
- peça aos alunos para que comentem a seguinte citação (a qual deve ser colocada no quadro), registando as suas observações nos seus cadernos:

“Nem toda a gente pode ter uma alimentação saudável nos EUA, o que é lamentável, mas a maioria de nós pode: em média, os norte-americanos gastam menos do que 10% do seu salário em alimentação, uma grande descida em relação a 1947 (quando se gastava 24%), e também um valor que é mais baixo do que os cidadãos de qualquer outra nação”, Michael Pollan, “Unhappy Meals,” (“Refeições Infelizes”, The New York Times Magazine, 28 de janeiro de 2007.

CONSELHOS AOS PROFESSORES informe os alunos que Pollan é autor do grande êxito *The Omnivore's Dilemma* (“O Dilema do Onívoro”) e de outros livros e artigos sobre a produção alimentar nos EUA.

- antes de mostrar aos alunos o site do Projeto Alimentação Justa, pergunte-lhes as seguintes questões:
 - por que pensam que a comida nos EUA é tão barata?
 - quem está a pagar estes custos?
 - estariam dispostos a pagar mais pela alimentação para que os trabalhadores, os animais e o ambiente recebessem um tratamento melhor?
- mostre aos alunos os vídeos do site do Projeto Alimentação Justa: <http://www.fairfoodproject.org/main/>.
- após o visionamento, promova uma discussão da turma sobre as seguintes questões:
 - que imagens produziram maior impacto nos alunos?
 - houve algo no vídeo que os surpreendeu?
 - quais são algumas das causas de fundo das más condições de trabalho na agricultura?
 - apesar de a definição de sustentabilidade referir-se habitualmente ao respeito pelo ambiente, à viabilidade económica e à equidade social, este último ponto é muitas vezes esquecido quando se discute a sustentabilidade alimentar em especial. O que pensam sobre isto?
 - quando compram alimentos, têm conhecimento sobre a forma como os trabalhadores que os cultivam ou colhem são tratados? Consideram ser fácil ou difícil encontrar informação sobre a alimentação que consomem? Porquê?
 - o que consideram ser a forma mais promissora de melhorar as condições de trabalho nos campos agrícolas? Com mudanças legislativas, mediante ações de organizações ou sindicatos, ou através do apoio dos consumidores?
 - quais são os prós e contras de cada uma dessas abordagens?
 - como podemos ter um sistema alimentar que seja, ao mesmo tempo, justo para os trabalhadores e economicamente acessível para o consumidor?
 - como podemos apoiar os trabalhadores na sua luta por melhores condições de trabalho?
 - as políticas de imigração são uma das maiores barreiras à melhoria das condições do trabalho agrícola. Como podemos elaborar um sistema de imigração que dê uma resposta eficaz às necessidades dos trabalhadores, das suas famílias e também dos empregadores? Que aparência teria esse sistema?
 - quais são os principais obstáculos à criação de um melhor sistema alimentar?
 - quais são as mais promissoras oportunidades nesta matéria?
 - em que medida têm capacidade para produzir uma mudança? O que poderiam fazer para se envolverem e apoiarem a luta por um sistema alimentar mais justo?

ATIVIDADE N.º 3

- O- Pergunte aos alunos: como acham que são tratados os trabalhadores agrícolas no Estado de Nova Iorque? São protegidos a nível local por leis laborais justas?
- Distribua pelos alunos dois a três editoriais acerca do Projeto de Lei de Práticas Laborais Justas para Trabalhadores Agrícolas. Peça-lhes para tomarem uma posição relativamente à legislação e qual acham que deve ser o próximo passo a dar nesta matéria.
 - Pergunte aos alunos as seguintes questões:
 - o que é um editorial?
 - O que é um artigo de opinião num jornal?
 - O que é um blog?
 - Em que medida são estes artigos diferentes das notícias propriamente ditas? Como são publicados em jornais ou online?
 - Quem decide o que é impresso num jornal?
- Distribua aos alunos o artigo de opinião “This Must Be NY’s Final Harvest of Shame,” publicado no NY Daily News, em 26 de novembro de 2009:
 - http://www.nydailynews.com/opinions/2009/11/26/2009-11-26_this_must_be_new_yorks_final_harvest_of_shame.html#ixzz0xgWNzaei
- promova uma discussão da turma sobre as seguintes questões:
 - Qual é a história de vida da autora deste artigo de opinião?
 - Qual é a sua posição em relação ao Projeto de Lei de Práticas Laborais Justas para Trabalhadores Agrícolas? Porquê?
 - Por que motivo terá a autora publicado este artigo no Dia de Ação de Graças?
 - Que contraste procura estabelecer?
 - Como descreve as condições dos trabalhadores agrícolas?
 - O que as explica?
 - Por que razão os abusos cometidos contra os trabalhadores agrícolas foram há muito denunciados e, todavia, nada mudou quanto a isso?
- distribua pelos alunos o artigo de opinião “Don’t Kill Our Local Farms”, publicado no NY Post, em 23 de janeiro de 2010:
 - http://www.nypost.com/p/news/opinion/opedcolumnists/don_kill_our_local_farms_Ji6VYXqZJLb4CFtNeQc3wK
- promova uma discussão sobre as seguintes questões:
 - Quem escreveu o artigo?
 - Qual é a sua posição em relação ao Projeto de Lei de Práticas Laborais Justas para Trabalhadores Agrícolas?
 - Porquê?
 - Quem são os “grupos de interesses especiais” descritos no artigo?
 - Segundo o autor, os trabalhadores agrícolas devem ter os mesmos direitos e proteções garantidas as trabalhadores de outras profissões? Porquê?
 - Segundo o artigo, quem mais perderia se os órgãos legislativos interferissem com as práticas agrícolas familiares?
 - De acordo com o autor, que efeitos teria o Projeto de Lei, se aprovado? O artigo alega que o projeto de lei colocaria em causa a capacidade de fornecimento de comida local aos habitantes da comunidade local. O que pensam sobre isto?

- distribua pelos alunos o artigo de opinião “Same Old Politics Hurts N.Y. Farmworkers,” (“As políticas de sempre prejudicam os trabalhadores agrícolas de Nova Iorque”), publicado no Times Union, em 29 de janeiro de 2010:
 - <http://albarchive.merlinone.net/mweb/wmsql.wm.request?oneimage&imageid=9368953>
- promova uma discussão sobre as seguintes questões:
 - Qual é a história de vida da autora deste artigo de opinião? Qual é a sua posição em relação ao Projeto de Lei de Práticas Laborais Justas para Trabalhadores Agrícolas?
 - Porquê?
 - O que previa a autora do artigo?
 - O que aconteceu ao projeto de lei que visava proteger os trabalhadores agrícolas no Estado de Nova Iorque?
 - Porquê?
 - Quais são os argumentos do Departamento da Agricultura relativamente à possibilidade de mudanças nos direitos dos trabalhadores agrícolas?
 - Segundo a autora, por que motivo não foi aprovado o projeto de lei para proteger os direitos dos trabalhadores agrícolas?
 - De que forma a Califórnia protege os trabalhadores agrícolas?
 - A existência de proteções laborais na agricultura californiana prejudicou os seus negócios? Por que razões tem sido tão difícil melhorar a proteção de direitos dos trabalhadores agrícolas?
- peça aos alunos para ler o texto de um blog, intitulado “Lewis County Uncovered: Is this Darrel’s Time?”, da autoria de Bruce Krug, um produtor de laticínios reformado:
 - <http://lewiscountyuncovered.blogspot.com/2010/03/is-this-darrelstime.html>
- promova uma discussão sobre as seguintes questões:
 - qual é a história de vida do autor deste blog?
 - Qual é a sua posição em relação ao Projeto de Lei de Práticas Laborais Justas para Trabalhadores Agrícolas?
 - Porquê?
 - Segundo o autor, por que motivo a exploração de laticínios atravessa uma crise?
 - O que conferiria aos trabalhadores agrícolas a proposta-de-lei referida?
 - Quem se opôs aos direitos dos trabalhadores agrícolas?
 - De que dependem essencialmente as grandes explorações agrícolas para sobreviver?
 - Para o autor do texto, quem deve ser parcialmente responsabilizado pelos problemas dos trabalhadores agrícolas?
 - Segundo o autor, que outras razões existem para apoiar aquele projeto de lei?
- peça aos alunos para registarem as respostas nos seus cadernos. Uma vez concluída esta tarefa, promova um debate entre a turma sobre as seguintes questões:
 - que autor tem um argumento mais convincente?
 - Com qual dos autores mais concorda?
 - Apoia o Projeto de Lei de Práticas Laborais Justas para Trabalhadores Agrícolas?
 - Por que sim ou por que não?
 - O Projeto de Lei foi rejeitado, em 2010. Qual deverá ser o passo seguinte nesta matéria? Devemos esquecer este Projeto de Lei ou insistir na tentativa de o ver aprovado?

CONSELHOS AOS PROFESSORES Leia em voz alta ou distribua pelos alunos o editorial do NY Daily News, publicado em 6 de agosto de 2010, que explica os motivos pelos quais o Projeto de Lei foi rejeitado, e por que razão várias pessoas anteriormente favoráveis à sua aprovação acabaram por votar contra ele: http://articles.nydailynews.com/2010-08-06/news/29439269_1_farmworker-rights-state-senate-vote

EXPANDIR OPORTUNIDADES

- Leia o conto “The Circuit” (“O Circuito”), de Francisco Jimenez, um antigo trabalhador migrante que nos narra a história de uma criança e da sua chegada ao mercado laboral após emigrar.
- peça aos alunos para ler as histórias de trabalhadores imigrantes no Estado de Nova Iorque, incluídas no Sowing Seeds for Justice Dinner Journal, publicadas em novembro de 2008.

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convênios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais.

Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS

- **Artigo 1º** âmbito da aplicação das disposições
- **Artigo 2º** definições
- **Artigo 7º** proteção sem distinção de sexo, etnia, cor da pele, língua, religião ou convicção, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, nacionalidade, idade, situação económica, propriedade, estado civil, nascimento ou outro estatuto

- **Artigo 10º** proibição de tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes
- **Artigo 11º** proibição de escravatura e servidão
- **Artigo 16º** direito à liberdade e segurança pessoal
- **Artigo 21º** proibição de confiscar os documentos a migrantes
- **Artigo 22º** proibição de expulsões coletivas
- **Artigo 25º** exigência de condições básicas de trabalho
- **Artigo 40º** direito de associação; direito de pertencer a um sindicato
- **Artigo 43º** direitos iguais aos cidadãos de um Estado)

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP).

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)

PROTOCOLO PARA PREVENIR, SUPRIMIR E PUNIR TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS (SUPLEMENTO À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL)

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

- omente a seguinte citação, relacionando-a com algumas das histórias ou artigos lidos durante a lição; reflita em particular como o excerto se pode aplicar à sua própria pessoa:
“De cada vez que uma pessoa assume uma posição devido a um ideal, ou age para melhorar a vida dos outros, ou luta contra a injustiça, envia uma pequena onda de esperança; cruzando-se a partir de um milhão de diferentes centros de energia e ousadia, essas ondas juntam-se numa corrente que pode derrubar os mais imponentes muros da opressão e resistência” – Senador Robert F. Kennedy, 6 de junho de 1966.
relacione esta citação com Lucas Benítez e a Coligação de Trabalhadores de Immokalee.
- leia o seguinte excerto da autoria de César Chavez, fundador do Sindicato Unido de Trabalhadores Agrícolas, em 1984:
“Em toda a minha vida, foi movido por um sonho, um objetivo, uma visão: derrubar um sistema laboral agrícola que trata os trabalhadores nesta nação como se não fossem seres humanos importantes. Os trabalhadores não são ferramentas agrícolas. Não são animais de carga para serem usados e descartados”.
o sonho de Chavez já se realizou? Por que sim ou por que não? O que podemos fazer para defender os direitos dos trabalhadores agrícolas e realizar o seu sonho?

apresente algumas das seguintes ideias para os alunos escolherem como atividades opcionais:

- a nível pessoal, reflita sobre o que o motivaria a agir de modo a fazer a diferença. Se tivesse um sonho ou um objetivo, qual seria ele?
- escreva um poema sobre trabalho infantil para partilhar com os seus colegas de turma e com a escola. Envie-o para o jornal local, representante político ou membro do

parlamento. Pode também publicar o poema na internet. Inclua informação recolhida de pelo menos duas fontes. O poema deve ter no mínimo vinte linhas.

- crie um poster que informe os outros alunos sobre o trabalho infantil. Refira-se pelo menos a duas fontes. Os alunos devem usar as suas próprias palavras e não recorrer a plágio. O texto deve ser visível a uma distância considerável e deve ser acompanhado de gráficos que ilustrem os seus argumentos. Exponha o poster com a maior visibilidade possível na escola. Se possível, envie-o a responsáveis políticos e encoraje-os a adotar legislação que proteja os direitos dos trabalhadores.
- escreva uma carta ao editor de um jornal local sobre as injustiças sofridas pelos trabalhadores agrícolas, deixando aos leitores uma reflexão sobre o que pode ser feito para mudar a situação. Encoraje-os a apoiarem projetos de lei favoráveis à proteção dos direitos dos trabalhadores.
- crie uma apresentação em PowerPoint para ensinar aos outros alunos o que aprendeu na sua pesquisa. Envie uma cópia por email para um agente governativo ou um gerente na indústria alimentar, com responsabilidade e capacidade para produzir mudanças nesta área.
- escreva ao presidente da “Subway” (empresa alimentar), solicitando apoio a legislação que proteja os direitos dos trabalhadores:

Sr. Fred DeLuca, President Subway Headquarters
325 Bic Drive Milford, CT 06460, USA.

- envie cartas a diretores de várias empresas alimentares, pedindo que dêem o seu apoio à CIW e ao fim do trabalho agrícola escravo. Exemplos de cartas podem ser encontrados aqui: <http://www.ciw-online.org/tools.html>.
- faça uma pesquisa sobre outras indústrias e países por todo o mundo onde os direitos laborais são violados.

Labor-Religion Coalition of New York State

<http://www.labor-religion.org/>

A Coligação Religiosa do Trabalho do Estado de Nova Iorque trabalha em parceria com organizações de justiça social.

Labor-Religion, Rural and Migrant Ministry and the Justice for Farmworkers Movement

<http://ruralmigrantministry.org/>

<http://www.justiceforfarmworkers.org/>

Membros da Coligação Religiosa colaboram com o Ministério dos Assuntos Rurais e dos Migrantes e o movimento Justiça para os Trabalhadores Agrícolas num esforço conjunto para promover condições de trabalho justo para os trabalhadores agrícolas. O seu objetivo principal é garantir a aprovação da Lei de Práticas Laborais Justas para os Trabalhadores Agrícolas.

The Alliance for Fair Food (AFF)

<http://www.allianceforfairfood.org/>

A Aliança para a Alimentação Justa é uma rede de organizações de direitos humanos, grupos religiosos, estudantes, trabalhadores, associações de defesa de alimentação e agricultura sustentável, e grupos de proteção ambiental, que cooperam com a Coligação de Trabalhadores de Immokalee, uma organização de direitos humanos reconhecida internacionalmente pelo seu esforço no combate às más condições de trabalho e à escravatura moderna praticada em alguns sectores agrícolas na Florida.

Student/Farmworker Alliance (SFA)

<http://sfalliance.org/>

A Aliança de Estudantes/Trabalhadores Agrícolas é uma rede nacional de estudantes e jovens que colaboram com trabalhadores agrícolas, com o objetivo de combater más condições de trabalho vividas por estes últimos.

Heroes and Saints & Other Plays (Heróis e Santos & Outras Peças), por Cherríe Moraga

http://westendpress.org/catalog/books/heroes_and_saints.htm

Esta é uma coleção de três peças de grande êxito de Cherríe Moraga. *Heroes and Saints* (Heróis e Santos) foi particularmente elogiada pela crítica devido à sua importância na história do povo chicano (norte-americanos de origem mexicana). A sua redação foi suscitada pela luta da organização Trabalhadores Agrícolas Unidos, em 1988, e pela polémica envolvendo uma região na Califórnia, em McFarland, onde se verificava um muito elevado e suspeito registo de cancro, particularmente entre a comunidade de origem mexicana, que afetava sobretudo crianças.

Interfaith Action

<http://www.interfaithact.org/>

Esta organização promove a educação e a mobilização entre os crentes, para que colaborem com a Coligação de Trabalhadores de Immokalee na sua luta por melhores salários e contra as más condições de trabalho na indústria agrícola.

Farmworker Justice

<http://fwjustice.org/>

Esta organização sem fins lucrativos tem por objetivo melhorar as condições de trabalho dos migrantes e dos trabalhadores sazonais, atendendo nomeadamente ao seu estatuto legal de imigrantes, saúde, segurança no trabalho e acesso ao sistema judicial. Recomenda-se o vídeo "Fighting for Justice for Farmworkers" ("Lutando pela Justiça para os Trabalhadores Agrícolas"): http://store.bioneers.org/product_p/2008-benitez.htm

Equal Exchange

<http://www.equalexchange.coop/resources>

A missão desta organização é criar parcerias comerciais de longo-prazo que sejam economicamente justas e ambientalmente sustentáveis, promover relações mutuamente benéficas entre produtores e consumidores, e demonstrar que, através da cooperação entre trabalhadores e produtores, no sentido de fomentar o comércio justo, é possível construir um mundo mais equitativo, democrático e sustentável.

Michael Pollan

<http://michaelpollan.com>

Michael Pollan é um activista e autor de vários livros sobre a industrialização e processos corporativos relacionados com a produção alimentar. O seu site tem muitos artigos úteis, sobretudo para alunos do ensino secundário.

Food Inc.

<http://www.foodincmovie.com/>

Este documentário de 2008 também se foca na industrialização e processos corporativos da produção alimentar. Ilustra de forma chocante as péssimas condições de trabalho de algumas fábricas.

Food Chains

<http://foodchainsfilm.com>

Uma tentativa de expor as insuficiências do mercado tradicional da alimentação (que vale 4 biliões de dólares a nível global), defendendo, por oposição, um inventivo programa de "Alimentação Justa", que estabelece parcerias com produtores e vendedores para melhorar as condições dos trabalhadores agrícolas nos EUA.

“POUCAS PESSOAS ESTÃO DISPOSTAS A RESISTIR
À DESAPROVAÇÃO DOS SEUS COMPANHEIROS,
À CENSURA DOS SEUS COLEGAS, À FÚRIA DA
SOCIEDADE. A CORAGEM MORAL É UM BEM
MAIS RARO DO QUE A BRAVURA NA GUERRA OU
UMA INTELIGÊNCIA SUPERIOR. TODAVIA, É A
MAIS ESSENCIAL E VITAL QUALIDADE DAQUELE
QUE PROCURAM MUDAR O MUNDO, QUE
RESISTE TERRIVELMENTE A ESSA MUDANÇA.”

FRANK MUGISHA

Num país com 33 milhões de habitantes, Frank Mugisha é um dos poucos ativistas homossexuais assumidos no Uganda. Ele é um porta-voz dos direitos da comunidade lésbica, homossexual, bissexual e transsexual (LGBT), protestando contra a legislação anti-homossexualidade. Em 2007, Frank Mugisha foi designado para liderar a SMUG (Minorias Sexuais do Uganda), uma organização de direitos humanos LGBT. Devido às suas posições públicas, foi despedido do seu emprego, perdeu amigos e foi ostracizado por membros da sua família. Um amigo próximo e co-diretor do SMUG, David Kato, foi brutalmente assassinado em sua casa, após um jornal local ter exposto a sua identidade. Inabalável face às ameaças de violência, Frank Mugisha manteve-se na SMUM e continua a dar voz às aspirações das comunidades mais vulneráveis do Uganda. Em 2011, recebeu o Prémio Robert F. Kennedy para os Direitos Humanos.



© Lonnie Tague

“AO ASSUMIRMOS QUE SOMOS HOMOSSEXUAIS NO UGANDA,
A DISCRIMINAÇÃO COMEÇA DE FORMA IMEDIATA.”

EXCERTO DE UMA ENTREVISTA COM KERRY KENNEDY, EM 2000

Tinha seis ou sete anos quando percebi que me sentia atraído por pessoas do meu sexo. Pensei que era o único. Existiam todo o tipo de nomes insultuosos para os homossexuais. Mas a forma como as pessoas falavam disso não se relacionavam com quem eu era. Sou uma boa pessoa. Não podia dizer a ninguém o que sentia, pois receberia todos aqueles nomes insultuosos. À medida que o tempo passou, vi pessoas serem expulsas das escolas apenas devido a rumores de que poderiam ser homossexuais. Ao voltarem para as suas casas, essas pessoas eram ameaçadas violentamente pelos seus pais, ou até mesmo desalojadas. Por vezes, eram enviados pelos pais para viverem com os avós, numa aldeia distante, onde ficavam a trabalhar no campo. Não voltavam à escola. O meu medo aumentou.

Tinha tantos sonhos. Queria ser médico ou advogado. Se fosse expulso da escola, nunca poderia consegui-lo. Decidi portanto nunca contar a ninguém. Procurei integrar-me e agir como os meus colegas. Tentei mudar-me a mim próprio. Rezava a Deus. Mas não funcionou. Quanto tinha 14 anos, decidi falar com amigos muito próximos, pois não aguentava mais o silêncio. Muitos deles reagiram mal e afastaram-se de mim. Na escola, espalhou-se o rumor de que eu era homossexual. A Comissão Pedagógica perguntou-me se era verdade. Não consegui responder. Fiquei quieto e chorei. Nessa altura, chamaram por um dos meus pais.

Não disse à minha mãe que era homossexual, mas sim que a escola pensava que eu era. Ela não me perguntou nada. Foi até à escola e reuniu-se com os diretores. Quando me chamaram, elogiaram o meu registo disciplinar e o facto de eu trabalhar também como monitor. Fiquei aliviado, pois não me expulsaram. Pensei que podia ficar tranquilo e dizer às pessoas mais próximas a verdade. Falei com o meu irmão: riu-se do assunto. Não fiquei magoado; o pior foi que ele não guardou segredo e espalhou a notícia a toda a gente.

Um ano mais tarde, a minha mãe levou-me ao encontro de um líder religioso no Uganda, que logo começou a recitar versos bíblicos. Falava de coisas muito estranhas, que em nada se relacionavam comigo. Eu queria que alguém conversasse comigo sobre o que realmente sentia dentro de mim. Disse então à minha mãe: “Como seria bom se eu fosse feito de tijolos. Ninguém magoa os tijolos. E até são usados para construir casas”. Por que não me criou Deus para que ninguém me perseguisse? Por que tenho de aguentar tudo isto? Acredito em Deus. Consigo rezar o terço de memória. Não sou um rebelde nem cometo pecados. Não podia controlar o que sentia nem o que me estava a acontecer.

Mas continuava a tentar mudar-me a mim próprio, pois achava que a homossexualidade podia ser um pecado. Um amigo disse-me que eu iria para o Inferno. Pensei para mim próprio: como posso mudar?

Aos poucos compreendi que não havia nada a fazer. Mantive a minha fé religiosa, mas deixei de ouvir o que os outros diziam, pois não refletiam o que sentia interiormente. A dado momento, receei que as minhas orações me estivessem a prejudicar e deixei de as fazer. Mas era muito difícil retirar a religião da minha cabeça. Eu sou o que sou e é tudo.

Tornei-me ativista de forma gradual. Procurava alterar a

percepção das pessoas sobre a homossexualidade. Sempre que falava com alguém, ficava com vontade de continuar. Tenho de trabalhar muito para me fazer ouvir e produzir uma mudança. Talvez consiga chegar a 7 milhões das 33 milhões de pessoas que vivem no Uganda. Ou talvez 15 milhões. E quem sabe, no futuro, alguém continue o meu trabalho e vá ainda mais longe. Ao menos, sei que iniciei um caminho rumo à compreensão.

O simples facto de aparecer na televisão no Uganda e falar abertamente ajuda muitas pessoas a aceitarem a sua condição. Ficam a saber que não estão sozinhas no mundo e que existe um espaço para a sua voz lá fora. É daí que retiro a minha coragem: é verdade que posso apenas fazer uma pequena diferença, todos os dias, em cada minuto da minha vida, mas essa pequena diferença pode ter uma grande impacto em tantas pessoas diferentes.

A luta é muito difícil no Uganda para ativistas como eu. Ao assumirmos que somos homossexuais no Uganda, a discriminação começa de forma imediata. Amigos e família afastam-se de nós. Perdemos o nosso emprego. Nunca sabemos quem nos vai importunar nas ruas, atacar-nos ou até prender-nos. Não posso ir fazer compras livremente. Não é seguro usar os transportes públicos. Sempre que saio de casa tenho de pensar: será que estou seguro? Tenho mesmo de sair ou é preferível ficar em casa? Todos os dias recebo chamadas informando-me que um amigo foi preso ou agredido ou expulso de sua casa por ser homossexual.

No Uganda, muitos homossexuais foram presos e torturados. Há pessoas agredidas na rua. Milícias invadem casas particulares onde suspeitam que vive um homossexual, espancam-no ou entregam-no às autoridades. Mulheres lésbicas são violadas pelos seus próprios parentes. É comum pedir-se a um tio que viole a sobrinha lésbica para a ensinar a ser uma mulher. Isto sucede ao longo de várias noites. Muitas mulheres são forçadas a abandonar as suas famílias, por medo ou pressão, saindo de casa sem rumo. Por vezes ficam mesmo a viver nas ruas.

Existe discriminação quando um homossexual utiliza os serviços médicos públicos. Perdi um amigo que tinha SIDA. Morreu num hospital, porque teve medo de dizer aos médicos que era homossexual. Sabia que se falasse, ninguém lhe daria atenção, nem mesmo a sua família. Pedi aos médicos que lhe dessem a medicação adequada, mas a reação foi negativa. Não fosse pelo medo e pelo estigma, ele poderia ter sobrevivido.

Uma das razões pelas quais sou ativista e procuro visibilidade é para evitar que os media discriminem e denunciem as pessoas. Se os media desejam ver os nossos rostos, eis-nos aqui. Mostrá-los-emos e diremos a verdade sobre a nossa sexualidade. Mas deixem de ir atrás das pessoas que não estão preparadas para revelá-lo. Há um tablóide, chamado Red Pepper, que persegue os homossexuais, revela as suas moradas e os seus locais de trabalho. Um outro jornal do Uganda, chamado Rolling Stone, publicou um artigo com nomes e fotos de homossexuais, apelando a que fossem mortos. Quando o artigo saiu, essas pessoas foram obviamente hostilizadas e perseguidas. Tínhamos de os parar. Começámos por pedir aos media que respeitassem as pessoas, mas não surtiu efeito. Iniciámos então um processo judicial e, felizmente, os tribunais decidiram que a publicação de nomes de pessoas potencialmente homossexuais era uma ilegítima invasão da

privacidade. A Rolling Stone continua a publicar artigos repletos de desinformação, mas já não podem referir nomes nem incluir fotos como fizeram no passado.

O meu colega David Kato foi assassinado após a sua foto ter sido publicada no jornal. Morreu na sua casa, quando repousava à noite na cama. Ninguém sabe quem foi o autor deste crime, nem qual a sua motivação. Não consigo tirar isto da cabeça. O David disse-me uma vez que não conseguiria viver se não fosse um ativista. Não sei se eu próprio conseguiria. Enfrento muitos desafios e estas imagens horríveis perseguem-me. Mas são elas que me fazem continuar. São as histórias das pessoas que conheci que me fazem prosseguir o meu trabalho, pois desejo ver mudanças rapidamente, nas próximas horas, se possível...

O LGBT E O DIREITO À NÃO-DISCRIMINAÇÃO

FRANK MUGISHA

TEMAS

IGUALDADE, LIBERDADE, SEGURANÇA, PRIVACIDADE, RESPEITO, DIREITOS LGBT, NÃO-DISCRIMINAÇÃO.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- **Artigo 1.º** direito à igualdade
- **Artigo 2.º** proibição de discriminação
- **Artigo 3.º** direito à vida, liberdade e segurança pessoal
- **Artigo 7.º** direito à igualdade perante a lei
- **Artigo 12.º** proibição de intromissões arbitrárias na vida privada, familiar, domicílio e correspondência

QUESTÕES-CHAVE

- De que forma factores económicos, políticos, civis e sociais influenciam a vida dos cidadãos no Uganda?
- O que sucede quando os valores culturais entram em conflito com os direitos individuais?
- Que tipo de liderança pode trazer alterações sociais?

TEMPO NECESSÁRIO

Quatro blocos de 45 minutos.

OBJETIVOS

Após esta lição, os alunos deverão ter competências para:

- localizar o Uganda no mapa de África.
- analisar e compreender que lugar ocupam os direitos humanos na experiência de vida dos cidadãos do Uganda.
- compreender o contexto no qual Frank Mugisha procura gerar mudança.
- analisar estratégias que possam produzir alterações importantes para as pessoas socialmente marginalizadas.
- avaliar as ações de líderes que geraram alterações sociais importantes na área dos direitos humanos, quer na história, quer na atualidade.

COMPETÊNCIAS DOS ALUNOS

- pensamento crítico e solução de problemas
- estabelecer comparações
- analisar informação
- estabelecer inferências e retirar conclusões

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- A entrevista a Frank Mugisha a “Diz a Verdade ao Poder”: www.rfkhumanrights.org
- Clip da Organização de Frank: <https://sexualminoritiesuganda.com/smug-edmessage-for-idahot-2015/>
- Declaração Universal dos Direitos Humanos: <http://www.un.org/en/documents/udhr/>
- Folha de exercícios N.º 1: Processo Legislativo, Atitudes, Agir! (www.rfkhumanrights.org – clicar em “Speak Truth to Power”, depois em “Defenders”, depois em “Handout #1”, no perfil de Frank Mugisha)

VOCABULÁRIO

- **LGBT**
- **Igualdade**
- **Processo legislativo**
- **Atitudes**
- **“Assumir-se”**
- **Justiça popular**
- **Draconiano**
- **Homofobia**
- **Homossexualidade**
- **Orientação sexual**
- **Identidade de género**
- **Liderança transformadora**
- **Contexto cultural**
- **Contexto civil**

CONCEITOS

- **Empatia**
- **Equidade**
- **Justiça**
- **Valores**
- **Normas culturais**
- **Mudança sistémica**

TECNOLOGIA NECESSÁRIA

- computador com acesso à internet

ATIVIDADES DOS ALUNOS

PREPARAÇÃO

- localize o Uganda no mapa.
- Comece por mostrar dois vídeos que apresentam o contexto cultural, religioso, económico, político e civil da atualidade no Uganda:
- Vídeo 1: uma visão panorâmica do Uganda, incluindo um contexto histórico (documentário da BBC, de vinte minutos): <https://www.youtube.com/watch?v=8-HfARzLWYk&index=1&list=PLAC9F5A34B69AF1A5>
- Vídeo 2: as tradições culturais do país, o conflito ideológico entre os valores ocidentais e a cultura da África subsariana, e o papel da Igreja na supressão dos direitos LGBT no país: <https://www.youtube.com/watch?v=jLvHqOgIOLY&feature=channel&list=UL>
- Reúna os alunos em grupo. Peça-lhes que identifiquem os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que julgam estarem a ser violados no Uganda.
- Peça aos alunos que escrevam um parágrafo sobre três direitos fundamentais violados no Uganda, na medida em que afetam a comunidade LGBT.
- Após leitura da entrevista a Frank Mugisha e visionamento do clip “Gays Abandoned” (“Homossexuais Abandonados”, duração de 22 minutos - https://www.youtube.com/watch?v=8M_WgQPJdQ), peça aos alunos para enumerarem três desafios enfrentados por Frank na sua luta pelos direitos LGBT no Uganda.

ATIVIDADE N.º 1

CONSELHO AOS PROFESSORES: OS ALUNOS DEVEM POSSUIR UM CONHECIMENTO BÁSICO ACERCA DOS MOVIMENTOS REFERIDOS NESTA ATIVIDADE; O ESTUDO DE OUTRAS MATÉRIAS COMPLEMENTARES (MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS) PODEM SER INCLUÍDOS NAS TAREFAS REFERIDAS.

- Os alunos devem pesquisar sobre um dos seguintes movimentos sociais:
 - movimento pelos direitos civis;
 - movimento pelos direitos dos trabalhadores agrícolas;
 - movimento pelos direitos das mulheres;
 - movimento pelos direitos laborais.
- Explique aos alunos que o objetivo é avaliar diferentes formas de gerar mudanças políticas e civis.
- Entregue a cada grupo um envelope com uma série de frases retiradas da “Folha de exercícios N.º 1: Processo Legislativo, Atitudes, Agir!”, explicando como estas três abordagens são necessárias para produzir mudanças.

CONSELHO AOS PROFESSORES: AS FRASES DEVEM SER CORTADAS EM TIRAS DE PAPEL E MISTURADAS, ANTES DE SEREM COLOCADAS NOS ENVELOPES. SE O PROFESSOR ACHAR NECESSÁRIO, PODEM SER INCLUÍDAS FRASES ADICIONAIS. SE OS ALUNOS PERGUNTAREM QUAL A RAZÃO PARA AS FRASES ESTAREM IMPRESSAS EM CORES DIFERENTES, RESPONDA DIZENDO QUE O MOTIVO SERÁ EXPLICADO NO FINAL DA ATIVIDADE.

- Cada grupo deve ter um conjunto de folhas de papel, dispostas na vertical e divididas em três colunas, com os seguintes títulos: “Essencial”, “Útil” e “Irrelevante”.
- À medida que os membros de cada grupo lêem uma frase, devem colocá-la na coluna que consideram mais apropriada.
- Os alunos devem responder à seguinte questão:
 - para obter sucesso na luta pelo movimento em causa (direitos civis, direitos dos trabalhadores agrícolas, direitos das mulheres ou direitos laborais), que ações são essenciais, úteis ou irrelevantes?
- Os grupos devem começar por colocar nas colunas respetivas as frases sobre as quais obtiveram um acordo claro e, em seguida, discutir as frases sobre as quais há um desacordo. Os grupos devem então tentar obter um consenso sobre estas últimas. Se for necessário, poderão alterar a formulação linguística, de modo a facilitar esse acordo. Novas frases poderão ser adicionadas a qualquer momento. Para finalizar o processo, os alunos devem colar as frases nas folhas de papel, nas colunas selecionadas.
- Os alunos devem analisar as opções dos outros grupos e identificar diferenças nas prioridades definidas por cada um. Em seguida, deverão examinar as suas folhas e registar se existe um padrão nas suas opções.
- Nesta altura, o professor deve chamar a atenção para o significado das diferentes cores em que as frases estão impressas. As frases impressas em papel branco são sobre a necessidade de alterar as leis para produzir mudanças. As frases impressas em papel azul dizem respeito à alteração das atitudes das pessoas na obtenção dessas mudanças. Por fim, as frases impressas em papel amarelo referem-se à existência de ações diretas na luta pelo surgimento de mudanças em matérias de direitos humanos.
- Faça aos alunos as seguintes questões:
 - existe um padrão nas opções dos alunos que revela a preferência por frases sobre mudanças de legislação, mudança de atitudes ou ações diretas?
 - O que explica estas preferências, caso elas existam?
- A turma deve discutir conjuntamente as opções dos grupos. Examine as semelhanças e diferenças entre elas e peça aos alunos para responder às seguintes questões:
 - de que forma a escolha do movimento necessário para lutar por um direito humano específico condiciona a escolha da melhor abordagem a seguir?
 - Que abordagens ou estratégias parecem ser adequadas para todos os movimentos?
 - E quais delas não parecem aplicar-se a nenhum deles?
- Peça a cada aluno que escreva uma página de reflexão sobre as atividades levadas a cabo.

ATIVIDADES DOS ALUNOS (CONTINUAÇÃO)

CONSELHO AOS PROFESSORES: EXPLIQUEM AOS ALUNOS QUE NÃO EXISTE UMA FORMA ÚNICA E CORRETA DE LUTAR PELA MUDANÇA NA ÁREA DOS DIREITOS HUMANOS. O PROPÓSITO DO EXERCÍCIO NÃO É DETERMINAR QUE MÉTODO É O MAIS EFICAZ NESSE ESFORÇO. NA VERDADE, OS ALUNOS PODERÃO, POR EXEMPLO, OBSERVAR QUE EXISTE UMA LIGAÇÃO UMBILICAL ENTRE A NECESSIDADE DE MUDANÇAS LEGISLATIVAS PARA ALTERAR ATITUDES, MAS QUE A INVERSÃO DOS TERMOS TAMBÉM É VERDADEIRA. A ATIVIDADE SERVE PARA AJUDAR OS ALUNOS A COMPREENDER QUE TODAS AS ESTRATÉGIAS REFERIDAS SÃO IMPORTANTES; O OBJETIVO NÃO É ESCOLHER UMA, MAS INTEGRÁ-LAS E EQUILIBRÁ-LAS NUMA ESTRATÉGIA COMUM.

ATIVIDADE N.º 2

- Peça aos grupos para que considerem a importância da liderança para os movimentos em discussão. Os alunos devem escolher entre um a três líderes de cada um dos movimentos selecionados: direitos civis, direitos dos trabalhadores agrícolas, direitos das mulheres, direitos laborais.
- Em seguida, os alunos devem escrever num papel quais as características dos líderes desses movimentos.
- Repita o procedimento da actividade número 1, quanto à divisão de folhas de papel em três categorias (“essencial”, “útil”, “irrelevante”).
- Os alunos devem responder à seguinte questão: para que um movimento seja bem-sucedido, que características de liderança são essenciais, úteis ou irrelevantes?
- Peça aos alunos para que partilhem as suas conclusões com a turma, respondendo às seguintes questões complementares: os alunos registaram características de liderança semelhantes em todos os casos? Algum grupo identificou uma característica peculiar, que nenhum outro grupo referiu? Discutam as respostas a estas perguntas.
- Peça a cada aluno para que escreva uma página sobre a atividade levada a cabo.

ATIVIDADE CONCLUSIVA

- forme novos grupos e peça aos alunos que partilhem as suas reflexões.
- os alunos devem considerar o exemplo de Frank Mugisha e o seu trabalho no Uganda. Em seguida, cada grupo deve criar um “plano de ação” para o Uganda, tendo em conta os seguintes tópicos:
 - a situação cultural e política no Uganda;
 - a influência de organizações como a União Africana e a União Europeia, dos Estados Unidos da América, da sociedade civil ou das comunidades religiosas.
- os alunos devem incluir pelo menos duas ações nos seus planos. Alguns exemplos:
 - fazer circular uma petição apelando ao apoio da comunidade LGBT no Uganda.
 - escrever uma carta ao editor de um jornal local, promovendo o apoio dos direitos LGBT a um nível global.
 - organizar um programa educativo sobre direitos LGBT, com a redação de cartas pedindo apoio nesta matéria.
 - organizar uma angariação de fundos para organizações LGBT como a SMUG (Minorias Sexuais do Uganda)
 - Divulgue um vídeo nas redes sociais sobre a situação da comunidade LGBT no Uganda, destacando como podem as pessoas contribuir para lutar contra ela.
- peça a cada grupo que apresente o seu plano, através de um PowerPoint, usando cartolinas ou recorrendo simplesmente a uma apresentação oral. Os grupos devem relevar os elementos legislativos, as questões envolvendo comportamentos e as ações diretas do seu plano.
- a turma deve discutir as semelhanças e diferenças dos seus planos, bem como as características de liderança que entende serem necessárias para pô-los em prática.

ENQUADRAMENTO LEGAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pelas Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos outros documentos internacionais – tratados, convênios, resoluções ou convenções – foram elaborados para levar estes direitos mais além. Os países comprometem-se a proteger os direitos enumerados nestes tratados através da sua ratificação. Por vezes, a ONU cria instituições específicas que procuram garantir que os vários países estão a cumprir essas disposições legais. Alguns exemplos de documentos internacionais relevantes nesta matéria:

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)

- **Artigo 2º** (proibição de discriminação baseada na etnia, cor da pele, género, língua, religião, opinião política ou outra, origem social ou nacional, propriedade, nascimento ou outro estatuto)
- **Artigo 6º** (direito à vida; proibição de atentar arbitrariamente contra a vida de uma pessoa)

- **Artigo 7º** (proibição de tortura e tratamento desumano ou degradante)
- **Artigo 9º** (direito à liberdade e segurança pessoal)
- **Artigo 10º** (direito à dignidade e a um tratamento com humanidade)
- **Artigo 17º** (proteção da privacidade, proibição de interferência ilegítima com a privacidade da família)
- **Artigo 18º** (liberdade de pensamento, consciência e religião)
- **Artigo 19º** (direito a possuir e proferir livremente uma opinião, sem interferência).

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC).

PACTO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES.

Para mais informação, visite o site do Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org

COMO TORNAR-SE UM DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS

- Peça a cada aluno para escrever um texto de uma página, onde reflitam sobre a possibilidade de gerarem mudanças no Uganda. Os estudantes devem considerar como poderão ajudar Frank no seu esforço. Peça aos alunos que enumerem duas ou três ações concretas para levar a cabo. Posteriormente, deverão elaborar um relatório sobre a experiência e os seus resultados.
- Os alunos devem considerar ainda as seguintes atividades complementares:
 - Numa sessão aberta ao público, projetar um vídeo sobre direitos LGBT (ou outros direitos humanos fundamentais destacados neste programa curricular), seguida de uma discussão pública.
 - Criar um posto de informação num centro comercial, para alertar o público para a situação no Uganda. Divulgar e promover ações concretas, como assinar uma petição, por exemplo.
 - Convidar líderes locais para participar num debate sobre direitos LGBT na sua comunidade ou a nível global.

RECURSOS ADICIONAIS

SMUG

<http://www.smug.4t.com>

Minorias Sexuais do Uganda (SMUG, em inglês) é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover uma plena igualdade social para a comunidade LGBT no Uganda. É a associação agregadora de todos os movimentos de direitos homossexuais no Uganda.

GLSEN

<http://www.glsen.org>

A Rede de Educação Homossexual, Lésbica e Heterossexual (GLSEN, em inglês) luta para garantir que todos os membros da comunidade escolar são valorizados e respeitados, independentemente da sua orientação sexual ou identidade ou expressão de género. A GLSEN promove a criação de ambientes escolares onde se valoriza a diferença, pelo seu contributo positivo na formação de uma comunidade mais vibrante e diversa. Todos os indivíduos são aceites como membros, seja qual for a sua orientação sexual, identidade ou expressão de género, ou ocupação, desde que se reveja nestes princípios a aplicar em ambiente escolar.

CALL ME KUCHU

<http://callmekuchu.com>

Call Me Kuchu (“Chamem-me Kuchu”) é um documentário sobre a luta pelos direitos humanos no Uganda. Sinopse: um novo projeto de lei ameaça tornar a homossexualidade um crime punível com a morte. David Kato, o primeiro homem assumidamente homossexual no Uganda, e o Bispo anglicano Christopher Senyonjo combatem afincadamente a homofobia apoiada pelo

próprio Estado, lutando contra as perseguições ferozes de que são vítimas no dia-a-dia. Mas ninguém podia imaginar o que se seguiria: um brutal assassinato que fez vacilar o seu movimento e provocou ondas de choque por todo o mundo.

HUMAN RIGHTS CAMPAIGN

<http://www.hrc.org>

Fundada em 1980, a HRC defende a comunidade LGBT norte-americana, mobiliza ações populares em diversas comunidades, financia candidatos a cargos políticos que se identifiquem com os seus valores e promove a educação pública sobre assuntos LGBT.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA

www.yogyakartaprinciples.org

Os Princípios de Yogyakarta foram assinados em 2006 por juristas, ativistas, políticos e outras figuras, referindo-se a um conjunto de valores fundamentais na aplicação de padrões internacionais de direitos humanos em matérias de orientação sexual, identidade de género e direitos LGBT.

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LÉSBICAS, HOMOSSEXUAIS, TRANSSEXUAIS E PESSOAS INTERSEXUAIS)

www.ilga.org

A ILGA é uma federação de expressão mundial, que engloba 1100 organizações, oriundas de 110 países, cujo papel é o de promover os direitos da comunidade LGBT. Este site tem um mapa interativo onde podemos conhecer a legislação existente nesta matéria em diversos países.

DIZ A VERDADE AO PODER

VOZES DO OUTRO LADO DA ESCURIDÃO

Peça de ARIEL DORFMAN

Adaptada de DIZ A VERDADE AO PODER - DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS
QUE ESTÃO A MUDAR O NOSSO MUNDO,
um livro de Kerry Kennedy



SOBRE ESTA PEÇA

Diz a verdade ao poder: Vozes do outro lado da escuridão é uma peça para dez atores (se possível, cinco homens e cinco mulheres, ainda que também possa, se necessário, ser feita com quatro mulheres e seis homens). Oito atores, quatro homens e quatro mulheres, representam os defensores dos direitos humanos. Os restantes dois (um homem e uma mulher, ou dois homens) representam apóstolos do mal, personificações malévolas e sarcásticas, num primeiro momento, do medo e da repressão, e posteriormente, à

medida que a peça se vai desenrolando, da indiferença que é o eterno oposto do amor. Estes opressores deverão apresentar-se vestidos de maneira diferente dos defensores dos direitos humanos, como diferentes devem ser também, no seu caso, os efeitos de iluminação, o gesto e a fala. Devem ter maior mobilidade, permitindo-se-lhes percorrer o palco à vontade, sussurrando, sondando, ameaçando, determinados a desmentir a mensagem dos heróis e heroínas. Essa diferenciação é fundamental para o elemento dramático da peça.

ALGUNS EXCERTOS DA PEÇA

Muitos daqueles que mais sofreram, na África do Sul, conseguiram perdoar – gente que seria de esperar que estivesse consumida pelo azedume, pela sede de vingança. Tivemos uma sessão aberta da Comissão da Verdade e Reconciliação, a abarrotar de gente que tinha perdido os seus entes queridos, vítimas de massacres. Foram chamados quatro agentes da autoridade, um branco e três negros. O branco disse: “Fomos nós que demos voz de fogo aos soldados” – a tensão na sala, de tão palpável, era de cortar à faca. A seguir virou-se para a plateia e disse, “Perdoai-nos, por favor. E por favor deixai estes homens, estes meus colegas, reintegrar-se na comunidade.” Aquela mesma plateia enfurecida irrompeu então num aplauso ensurdecedor. E eu disse, “Façamos silêncio, porque estamos na presença de qualquer coisa de sagrado”.

PAUSA

O meu nome é Desmond Tutu.
Fiz o que tinha de fazer. Ou isso, ou ficar para sempre com um amargo na boca. Seria viver uma mentira. Eu podia ter tido uma posição de menos destaque na luta. Mas Deus agarrou-me, como se costuma dizer, pelo cachão, como ao profeta Jeremias. O meu Deus não é dos que diz, “Ah-ha, apanhei-te!” Não, Deus diz, “Levanta-te.” E Deus sacode-nos o pó e diz, “Tenta outra vez.” Diz Deus, “Tenta outra vez.”
O meu nome é Kailash Satyarthi.

COM UM GESTO DO HOMEM, O NOME (OU A IMAGEM DE) KAILASH SATYARTHI SURGE NO ECRÃ.

Quando tinha aí uns cinco, seis anos, no meu primeiro dia de escola passei por um sapateiro que estava com o filho, sentados ambos na soleira da porta da escola, a escovar e engraxar os sapatos das crianças, e à entrada para a aula o ambiente era de alegria e felicidade. Com os meus livros novos em folha, pasta nova, roupa nova, bata nova, tudo novo, olhei para aquele menino e detive-me um pedaço porque na minha experiência, ou no meu consciente, era o primeiro encontro do género, então dei comigo a pensar, porque é que um menino da minha idade está aqui sentado a engraxar os sapatos de crianças como eu, enquanto eu

vou para a escola? Deu-me vontade de perguntar ao menino, mas não tive coragem, e quando entrei para a sala o professor deu-me as boas vindas, mas não fiz a pergunta, embora o meu coração continuasse a dizer-me que a devia fazer, mas ao cabo de umas duas horas lá arranjei coragem e perguntei, senhor professor, queria saber porque é que aquele menino, da mesma idade que eu, está ali, logo à entrada da porta, a escovar sapatos? O professor olhou-me de uma forma estranha e disse, “Que pergunta é essa? vieste para cá foi para estudar, não para estar com perguntas dessas, coisas que não têm interesse nem são da tua conta.” A resposta irritou-me. Achei que devia fazer as perguntas à minha mãe ao chegar a casa, e assim fiz, e ela disse, “Não sabias? Há muitas crianças que trabalham. É o destino delas. É gente pobre. Têm de trabalhar.” Disseram-me que não me preocupasse. Mas um dia fui ter com o pai sapateiro e disse-lhe, “Tenho reparado no teu filho todos os dias e tenho uma pergunta. Porque não o pões na escola?” O pai fitou-me e durante uns minutos não conseguiu dizer nada. Depois, falando devagar, respondeu, “Sou intocável, e nós, os intocáveis, nascemos para trabalhar.” Eu não entendia porque é que algumas pessoas nascem para trabalhar e outras, como nós, nascem para andar a estudar. De onde é que sai uma coisa dessas? Isso deu-me um espírito um bocado rebelde, porque não havia ninguém que tivesse resposta. A quem mais havia eu de perguntar? O professor não tinha resposta. Ninguém me dava uma boa resposta. Carreguei isso no coração durante anos. Finalmente, estou agora a fazer alguma coisa.
Só na Índia há cinco milhões de crianças que nascem escravas. Crianças de seis, sete anos, obrigadas a trabalhar catorze horas por dia. Se choram pelos pais, são espancadas e, às vezes, penduradas das árvores, de cabeça para baixo, e marcadas ou queimadas com cigarros. E o número de crianças não pára de aumentar – como as exportações. Se as exportações de tapetes aumentam, lá aumentam também as crianças mantidas em servidão. Daí as nossas campanhas dirigidas ao consumidor. E as ações diretas: incursões secretas para libertar essas crianças e devolvê-las às famílias. Mas libertá-las é só o começo do muito trabalho que há por fazer.

GLOSSÁRIO DE TERMOS

ADVOCACY

A political process consisting of actions designed to transform citizen or popular interests into rights; a process aimed at influencing decisions regarding policies and laws at national and international levels; actions designed to draw a community's attention to an issue and to direct policymakers to a solution.

APARTHEID - ADVOCACIA DE DIREITOS

Processo político alicerçado em ações que visam transformam interesses populares ou dos cidadãos em direitos; um processo que procura influenciar decisões políticas ou iniciativas legislativas a nível nacional e/ou internacional; ações que intentam chamar a atenção da comunidade e exigir aos decisores políticos uma solução para um problema particular.

APARTHEID

Sistema de segregação e discriminação racial imposta pelo governo da África do Sul, dominado pela minoria branca, de 1948 até à sua abolição, após as eleições nacionais de 1994.

ASILO

Um lugar que oferece proteção ou segurança.

AUTO-DETERMINAÇÃO

Capacidade de um povo de uma unidade territorial determinar o seu próprio futuro político, livre de coerção de outros poderes exteriores a essa região.

BULLYING

Um comportamento agressivo continuado que procura intencionalmente magoar outra pessoa, física ou mentalmente. Implica um desejo de perseguir ou agir de forma arrogante em relação a um colega, nomeadamente na escola, quer diretamente (provocando um distúrbio físico ou psicológico), quer indiretamente (através da exclusão e isolamento da pessoa). Este assunto suscita grande atenção na atualidade, especialmente devido às nefastas consequências potenciais do mesmo sobre o desenvolvimento da personalidade e do bem-estar das crianças e dos jovens. Práticas como o cyberbullying e a utilização da internet, telemóveis e outros meios de comunicação para o envio ou divulgação de textos e imagens, com o objetivo de prejudicar ou humilhar outra pessoa, têm resultado em incidentes graves, por vezes mesmo na morte de indivíduos, levando ao sobressalto das autoridades e a um esforço para lutar contra uma perigosa tendência.

CENSURA

Controlo e restrição da liberdade de expressão e imprensa, bem como das telecomunicações. A censura é habitualmente praticada através de mecanismos de revisão e aprovação prévia, para garantir o respeito pelas políticas governativas em nome de valores tradicionais, da segurança nacional ou da moralidade da comunidade. A auto-censura é exercida pela imprensa ou pela indústria das telecomunicações para se manter em conformidade com a ideologia do governo.

CRIMES DO APARTHEID

A Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid declara o apartheid um crime contra a humanidade, devido às práticas e políticas de segregação e discriminação racial, violando os princípios do direito internacional, em particular os propósitos e os princípios da Carta das Nações Unidas, constituindo assim uma séria ameaça à paz e segurança internacionais.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Um "padrão comum de conquistas para todos os povos e nações", redigido pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos e aprovada pela Assembleia Geral em 1948. Embora não seja legalmente compulsória, serviu de fonte de inspiração para cartas de direitos, tratados de direitos humanos e outros mecanismos que almejam garantir a proteção internacional dos direitos humanos.

DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

Direitos civis e políticos são um tipo de liberdades e direitos que protegem os indivíduos de ações injustificadas por parte do governo, organizações privadas ou outros indivíduos, garantindo a capacidade de cada pessoa para participar na vida política e civil de um Estado, livre de discriminação e repressão. Estes direitos estão incluídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, bem como no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP). Os direitos civis incluem garantias quanto à integridade e segurança física das pessoas; proteção contra discriminação baseada em incapacidade física ou mental, género, religião, etnia, orientação sexual, origem nacional, idade, estatuto de imigrante, etc.; e ainda direitos individuais como a liberdade de pensamento e consciência, expressão, religião, imprensa e movimento.

DIREITOS CULTURAIS

A cultura designa o conjunto variado e complexo de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que distinguem uma sociedade ou um grupo social particular, incluindo não apenas as artes e as letras, mas também modos de vida, sistemas de valores, tradições e crenças. Os direitos à cultura são frequentemente mencionados nos documentos internacionais sobre direitos humanos, muitas vezes em conjunto com direitos económicos e sociais.

DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Os direitos económicos, sociais e culturais distinguem-se dos direitos civis e políticos; estão incluídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e inscritas no Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Exemplos de alguns destes direitos: direito à alimentação, à habitação, à educação, à saúde e a padrões adequados de vida.

DIREITO INTERNACIONAL CONSUETUDINÁRIO

Quando existe um largo consenso entre Estados acerca de uma norma, ela torna-se internacionalmente válida e, por conseguinte, uma fonte do direito internacional.

DIREITOS POLÍTICOS

Direitos que permitem aos cidadãos participarem livremente nos processos políticos de um país, incluindo o direito ao voto, liberdade de expressão política, liberdade de associação e de reunião. Os direitos políticos são protegidos pelo direito internacional, nomeadamente pelo Pacto Internacional das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos.

DEVIDO PROCESSO LEGAL

Termo habitualmente usado nos EUA, refere-se ao facto de um procedimento legal ter de estar em conformidade com regras e princípios que protegem os direitos das partes envolvidas. Embora este conceito não seja normalmente usado em documentos internacionais sobre direitos humanos, estes tendem habitualmente a proteger os direitos humanos das partes que são objecto de ações e processos judiciais.

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Divulgação de informação com o objetivo de criar uma cultura universal de direitos humanos, recorrendo ao conhecimento, desenvolvimento de aptidões e ao incentivo de comportamentos que reforcem o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais; fomentem o desenvolvimento da personalidade humana e o seu sentido de dignidade, promovam a compreensão e o respeito, a igualdade de género e a amizade entre as nações, povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; permitam a todas as pessoas participar efetivamente numa sociedade livre; cumpram os princípios e as atividades das Nações Unidas para a Manutenção da Paz.

EXPULSÃO

Termo que designa o ato de obrigar pela força uma pessoa a regressar ao país de origem, apesar de a sua vida e liberdade estarem aí ameaçadas; também designado de “repatriamento forçado”.

GENOCÍDIO, CRIMES CONTRA A HUMANIDADE, CRIMES DE GUERRA E CRIMES DE AGRESSÃO

Estes são os crimes mais graves, por constituírem uma ameaça à paz e segurança. O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi criado para julgar estes crimes, embora não exerça efetivamente jurisdição sobre o crime de agressão. O genocídio é definido como atos cometidos com a intenção de exterminar, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Crimes contra a humanidade são ações violentas cometidas no contexto de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil, estando os agressores cientes das características e consequências dos seus ataques. Crimes de guerra são crimes cometidos em larga escala, no quadro de um plano ou de uma política, envolvendo violações graves da Convenção de Genebra. O crime de agressão é “o planeamento, preparação, iniciação ou execução de atos violentos por uma pessoa que exerce controlo efetivo sobre as ações políticas ou os instrumentos militares de um Estado, cuja natureza, gravidade e escala constitua uma clara violação da Carta das Nações Unidas”.

INDIVISÍVEL

Refere-se à igual importância dos direitos humanos fundamentais. Não se podem negar estes direitos a qualquer pessoa sob pretexto de que ela é “menos importante” ou “não-essencial”.

I.N.S.

Acrónimo inglês para U.S. Immigration and Naturalization Service (Serviços de Imigração e Naturalização dos EUA, hoje denominados Serviços de Cidadania e Imigração dos EUA).

INTERDEPENDENTE

Refere-se ao enquadramento complementar do direito internacional em matéria de direitos humanos. Por exemplo, a capacidade para participar no governo é diretamente afetada por outros direitos interdependentes, como o direito à auto-expressão, o direito à educação ou até o direito a usufruir de necessidades básicas à vida.

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGS)

Organizações formadas por pessoas que não pertencem ao governo. As ONGs monitorizam os procedimentos de corpos associados aos direitos humanos, como a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas; são os verdadeiros vigilantes do respeito pelos direitos humanos. Algumas têm dimensão alargada e internacional; outras são mais pequenas e agem a um nível local. Em todo o caso, as ONGs desempenham um papel fulcral na proteção dos direitos humanos e influenciam decisivamente as políticas da ONU.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Refere-se à atração emocional ou conduta sexual de uma pessoa e a forma como ela é dirigida, ora a pessoas do sexo oposto (orientação heterossexual), ora a pessoas de ambos os sexos (orientação bissexual), ora a pessoas do mesmo sexo (orientação homossexual).

PERSEGUIÇÃO

Sucedendo quando alguém insiste num padrão de atenção continuada e indesejada, assédio, contacto ou conduta dirigida a uma pessoa específica, causando-lhe receio de danos físicos ou psicológicos. A perseguição é proibida por lei em todos os Estados, incluindo em territórios federais (nos quais assume a forma de lei federal).

POVOS INDÍGENAS

Pessoas que são originárias ou habitantes naturais de um país.

PRIMADO DA LEI

Relacionado diretamente com a ideia de Estado liberal e a tradição política liberal do Ocidente, o primado da lei requer um grau mínimo de separação de poderes e a proteção dos direitos individuais. Em particular, considera-se que a existência de um poder judicial independente é indispensável num Estado democrático e plural.

PUNIÇÃO CRUEL OU DESUMANA

O Artigo 5.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos determina que: “Ninguém deve ser sujeito a tortura, nem a um tratamento ou punição cruel, desumanos e degradantes”. A punição cruel é uma preocupação central na atualidade em várias partes do mundo, estando relacionada com o problema da pena de morte e com doutrinas que consideram a espera prolongada no “corredor da morte” um tratamento desumano.

REFUGIADO

Uma pessoa que deixa um país estrangeiro para escapar de perseguição ou de perigo iminente para a sua vida.

TORTURA

Infligir a uma pessoa dor intensa, sob forma física ou psicológica, habitualmente como meio de punição ou para obter uma confissão ou informação, ou simplesmente pelo prazer sádico de violentar um indivíduo. A tortura é proibida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), mesmo em casos de resposta a ameaças terroristas ou de investigação de suspeitos de terrorismo. A proibição de tortura é vista como um exemplo de direito internacional consuetudinário e de natureza peremptória e, como tal, é considerada um crime internacional punível por tribunais nacionais ou internacionais.

TRANSGÉNERO

Refere-se a pessoas que sentem uma identificação psicológica com o sexo biológico oposto, de tal maneira profunda e convincente, que pode levar ao desejo de uma alteração de sexo através de procedimentos médicos. Este é habitualmente considerado um direito relacionado com a identidade de género de cada pessoa.

TRATADO

Um acordo formal entre Estados que define e modifica os seus deveres e obrigações mútuos. Usado como sinónimo de convenção ou convénio.

VERDADE E RECONCILIAÇÃO

Este termo é frequentemente associado com Comissões para a Verdade e Reconciliação, estabelecidas por todo o mundo para permitir que vítimas e agressores de crimes violentos ou abusos cometidos durante a existência de conflitos ou regimes opressivos possam ter um fórum público para falar sobre as suas experiências. Trata-se de um encorajamento à transparência e ao estabelecimento de uma descrição precisa dos eventos históricos, decisivas para promover a “cicatrização de feridas” entre diversos grupos e a reconciliação social.

VIOLÊNCIA DE GÉNERO

A violência exercida sobre uma vítima devido ao seu género, por exemplo, a violência cometida contra uma mulher (violação, assédio sexual, excisão feminina, violência por falta de pagamento de dote, etc.); violência exercida sobre mulheres por estas recusarem obedecer a normas culturais

ou sociais restritivas. A Declaração de Viena reconhece especialmente a violência de género como uma das maiores preocupações no domínio dos direitos humanos.

XENOFOBIA

Medo ou desprezo por aquilo é que estranho ou desconhecido; manifesta-se especialmente em relação a pessoas de origem estrangeira.

